



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

PODER LEGISLATIVO

Nº 038 CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 02 DE MAIO DE 2007 ANO XXXII

Mesa Executiva

NELSON JUSTUS Presidente - Democratas		
ANTONIO ANIBELLI 1º Vice-Presidente - PMDB	AUGUSTINHO ZUCCHI 2º Vice-Presidente - PDT	FELIPE LUCAS 3º Vice-Presidente - PPS
ALEXANDRE CURI 1º Secretário - PMDB	LUCIANA RAFAGNIN 2ª Secretária - PT	LUIZ ACCORSI 3º Secretário - PSDB
CIDA BORGHETTI 4ª Secretária - PP	CHICO NOROESTE 5º Secretário - PL	
ABIB MIGUEL Diretor Geral		

Lideranças

Líder do Governo	Luiz Claudio Romanelli
Líder da Oposição	Valdir Rossoni
PMDB	Waldyr Pugliesi
PSDB	Luiz Nishimori
Democratas	Plauto Miró
PT	Elton Welter
PP	Duílio Genari
PDT	Luiz Carlos Martins
PTB	Fábio Camargo
Bloco PPS/PMN	Marcelo Rangel
Bloco PSB/PL/PRB/PV	Reni Pereira

Representação Partidária

PMDB - 17: Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Beti Pavin - Caíto Quintana - Cleiton Kielse - Dobrandino da Silva - Edson Strapasson - Geraldo Cartário - Luiz Claudio Romanelli - Luiz Eduardo Cheida - Mamede - Mauro Moraes - Nereu Moura - Stephanes Júnior - Teruo Kato - Waldyr Pugliesi; **PSDB** - 07: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes Litro - Luiz Nishimori - Rui Hara - Valdir Rossoni; **PT** - 06: Elton Welter - Luciana Rafagnin - Pedro Ivo - Péricles de Mello - Professor Luizão - Tadeu Veneri; **Democratas** - 05: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Osmar Bertoldi - Plauto Miró; **PP** - 04: Antonio Belinati - Cida Borghetti - Duílio Genari - Ney Leprevost; **PDT** - 03: Augustinho Zucchi - Edgar Bueno - Luiz Carlos Martins; **PPS** - 03: Douglas Fabrício - Felipe Lucas - Marcelo Rangel; **PTB** - 03: Carlos Simões - Fábio Camargo - Jocelito Canto; **PSB** - 02: Reni Pereira - Ribas Carli Filho; **PL** - 01: Chico Noroeste; **PRB** - 01: Pastor Edson Praczyk; **PMN** - 01: Dr. Batista; **PV** - 01: Rosane Ferreira

S U M Á R I O

DIÁRIO Nº 038

36ª SESSÃO ORDINÁRIA

SUMÁRIO

Mesa Executiva 02

Presenças 02

Abertura da Sessão 03

Expediente:

Indicações 03

Designação 05

Requerimentos 05

Projetos de Lei 08

Projeto de Lei Complementar 11

Grande Expediente:

Agenda Legislativa do Paraná - FIEP

Sr. Rodrigo Rocha Loures

Presidente da FIEP 13

Interpeladores:

Dep. Elio Rusch 14

Dep. Valdir Rossoni 14

Dep. Antonio Belinati 17

Dep. Rosane Ferreira 17

Horário das Lideranças:

Liderança do PTB

Dep. Jocelito Canto 18

Liderança do PT

Dep. Tadeu Veneri 20

Liderança da Oposição

Dep. Valdir Rossoni 21

Liderança do Governo

Dep. Luiz Claudio Romanelli 23

Ordem do Dia:

Leitura do Expediente 24

Discussão/Votação

Redação Final 24

3ª Discussão 29

2ª Discussão 29

1ª Discussão 29

Requerimentos 52

Encerramento da Sessão 57

DIÁRIO Nº 038

36ª SESSÃO ORDINÁRIA

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA

16ª LEGISLATURA

ATA DA 36ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM

02 DE MAIO DE 2007

(quarta-feira)

Mesa Executiva:

Presidência do Sr. Deputado Nelson Justus, secretariado pelo Sr. Deputado Edgar Bueno e pela Sra. Deputada Luciana Rafagnin.

Presenças:

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Nelson Justus, Antonio Anibelli, Augustinho Zucchi, Felipe Lucas, Alexandre Curi, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Antonio Belinati, Beti Pavin, Caíto Quintana, Carlos Simões, Cleiton Kielse, Douglas Fabrício, Duílio Genari, Durval Amaral, Edgar Bueno, Edson Strapasson, Elio Rusch, Fábio Camargo, Francisco Bühner, Jocelito Canto, Luiz Carlos Martins, Luiz Cláudio Romanelli, Luiz Fernandes Litro, Marcelo Rangel, Mamede, Mauro Moraes, Nereu Moura, Ney Leprevost, Pastor Edson Praczyk, Pedro Ivo, Péricles de Mello, Plauto Miró, Professor Luizão, Ribas Carli Filho, Rosane Ferreira, Rui Hara, Stephanes Júnior, Tadeu Veneri, Teruo Kato, Valdir Rossoni e Waldyr Pugliesi (44).

Ausentes os Srs. Deputados: Ademar Traiano, Artagão Júnior, Dobrandino da Silva, Dr. Batista, Elton Welter, Luiz Eduardo Cheida, Luiz Nishimori, Osmar Bertoldi e Reni Pereira (09).

Ausente com justificativa o Sr. Deputado Geraldo Cartário (01).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão.

Abertura da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A SRA. 2ª SECRETÁRIA

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

Expediente:

Indicações

INDICAÇÃO Nº 083/07

SÚMULA:

Propõe a instalação de mais uma Subdivisão Policial, bem como a instalação do Batalhão de Polícia Militar no município de Umuarama.

Sr. Secretário de Estado da Segurança Pública.

O Deputado Douglas Fabrício, valendo-se de suas competências constitucionais e regimentais, dirige-se a V. Exa. para expor e reivindicar o seguinte:

I - A instalação de mais uma subdivisão policial no município de Umuarama.

II - A instalação do Batalhão da Polícia Militar no mesmo município.

III - Estas são reivindicações antigas dos moradores que, representados por diversas instituições, realizou em 11 de abril de 2007, uma Mobilização pela Paz no município e encaminhou ao Prefeito um rol das principais medidas necessárias.

IV - Umuarama tem sido utilizada como uma das principais vias de entrada de drogas e armas em nosso estado, alimentando a criminalidade e a delinquência.

V - A administração municipal está, também, pleiteando junto aos órgãos federais, medidas que contribuam para o enfrentamento da situação.

VI - Dentre os órgãos que assinam o manifesto em busca de soluções para a segurança no município destacamos:

Sindicato Patronal do Comércio de Umuarama.

Sindicato dos Empregados no Comércio de Umuarama.

Sindicato Rural Patronal de Umuarama.

Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Construção e Mobiliário de Umuarama.

Sindicato dos Empregados na Indústria de Alimentos de Umuarama.

Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Umuarama.

Sindicato dos Empregados na Saúde Privada de Umuarama.

Sindicato dos Empregados em Turismo e Hotelaria de Umuarama.

Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Umuarama.

O atendimento destas reivindicações trará enormes benefícios tanto à comunidade local como para todo o povo paranaense.

Ainda, aproveito o ensejo para manifestar a elevada estima e consideração.

Sala das Sessões, em 02.05.07.

(a) DOUGLAS FABRÍCIO

INDICAÇÃO Nº 088/07

SÚMULA:

Propõe a pavimentação asfáltica da PR-553 no trecho que liga Luiziana a Mamborê.

Sr. Secretário de Estado dos Transportes

O Deputado Douglas Fabrício, valendo-se de suas competências constitucionais e regimentais, dirige-se a V. Exa. para expor e reivindicar o seguinte:

I - A pavimentação asfáltica da PR-553 no trecho que liga Luiziana a Mamborê.

II - É de conhecimento de todos o nosso empenho no enfrentamento dos problemas do estado do Paraná, reconhecendo que são muitos os desafios vencidos e dificuldades enfrentadas.

III - Neste sentido nos foi encaminhado pedido da Câmara Municipal de Luiziana e da Câmara Municipal de Mamborê, justificando que os dois municípios têm uma participação considerável em tudo que se produz na região, mais especialmente no que diz respeito a produção de soja, representando a terceira maior produtora de grãos do estado.

IV - A pavimentação pretendida, reduzirá a distância entre os municípios de Mamborê, Luiziana e Curitiba, bem como o acesso ao porto de Paranaguá em mais de 30 (trinta) quilômetros, evitando uma praça de pedágio (Mamborê - Campo Mourão) e beneficiando também vários municípios da região.

V - A pleiteada pavimentação foi iniciada no começo dos anos 80, no entanto, ficou somente na terraplanagem e a sua manutenção ficou a cargo do DER. Como resultado disso, as pessoas que utilizam este caminho precisam enfrentar uma estrada esburacada e sem manutenção, que em dias de chuva fica quase intransitável.

VI - Portanto o escoamento da safra sofreria um impacto muitíssimo significativo com o atendimento desta reivindicação.

Ressaltamos que o atendimento a este pleito trará enormes benefícios tanto à comunidade local como a todo o povo paranaense.

Ainda, aproveito o ensejo para manifestar a elevada estima e consideração.

Sala das Sessões, em 02.05.07.

(a) DOUGLAS FABRÍCIO

INDICAÇÃO Nº 089/07

SÚMULA:

Propõe a conclusão da pavimentação asfáltica da estrada Campo Mourão - Fazenda Boa Esperança.

Sr. Secretário de Estado dos Transportes

O Deputado Douglas Fabrício, valendo-se de suas competências constitucionais e regimentais, dirige-se a V. Exa. para expor e reivindicar o seguinte:

I - A pavimentação asfáltica da estrada Campo Mourão - Fazenda Boa Esperança, através do Programa “Caminhos do Saber”, no município de Campo Mourão.

II - O Poder Legislativo de Campo Mourão pleiteia o atendimento deste anseio na certeza de que esta é uma das mais importantes estradas rurais do município de Campo Mourão, uma vez que atende uma das mais produtivas regiões do município. Além deste fato, tal estrada localiza-se em região de relevo acidentado, o que dificulta, e muito, o trânsito pela mesma, principalmente em períodos chuvosos.

III - A falta de manutenção no trecho já pavimentado está contribuindo para a sua depredação. O abandono vem causando uma perda significativa dos investimentos já efetuados no local. A quantidade de buracos na pista demonstra tal necessidade.

IV - É de conhecimento de todos o nosso empenho no enfrentamento dos problemas do estado do Paraná, reconhecendo que são muitos os desafios a serem vencidos e dificuldades enfrentadas. O asfaltamento desta estrada representa um sonho de décadas de toda a população local.

Ainda, aproveito o ensejo para manifestar a elevada estima e consideração.

Sala das Sessões, em 02.05.07.

(a) DOUGLAS FABRÍCIO

INDICAÇÃO Nº 090/07

SÚMULA:

Propõe a instalação de um redutor de velocidade na BR-369, sentido Cascavel - Campo Mourão.

Sr. Secretário de Estado dos Transportes

O Deputado Douglas Fabrício, valendo-se de suas competências constitucionais e regimentais, dirige-se a V. Exa. para expor e reivindicar o seguinte:

I - A instalação de um redutor de velocidade na BR-369, sentido Cascavel - Campo Mourão.

II - A Câmara Municipal de Campo Mourão também encaminhou pedido formal dirigido ao Superinten-

dente Regional do DNIT, Sr. David José de Castro Gouvea, e ao Presidente da VIAPAR, Sr. Inaro Fontan Pereira, requerendo a instalação do redutor de velocidade na BR-369, sentido Cascavel - Campo Mourão, no trevo de acesso à Universidade Tecnológica do Paraná - UTFPR.

III - O referido trevo tem um movimento muito intenso e os veículos transitam em alta velocidade pelo local, colocando incessantemente em risco toda a população local.

IV - A instalação pretendida, reduzirá, em muito tal risco, beneficiando todos que por ali transitam.

Ainda, aproveito o ensejo para manifestar a elevada estima e consideração.

Sala das Sessões, em 02.05.07.

(a) DOUGLAS FABRÍCIO

INDICAÇÃO Nº 091/07

SÚMULA:

Propõe a pavimentação asfáltica da BR-158, no trecho que liga os municípios de Campo Mourão a Roncador.

Sr. Secretário de Estado dos Transportes

O Deputado Douglas Fabrício, valendo-se de suas competências constitucionais e regimentais, dirige-se a V. Exa. para expor e reivindicar o seguinte:

I - A pavimentação asfáltica da BR-158 no trecho que liga os municípios de Campo Mourão a Roncador.

II - É de conhecimento de todos o nosso empenho no enfrentamento dos problemas do estado do Paraná, reconhecendo que são muitos os desafios vencidos e dificuldades enfrentadas.

III - Neste sentido, nos foi encaminhado pedido da Câmara Municipal de Campo Mourão, justificando que os dois municípios têm este anseio já a muitas décadas.

IV - A pavimentação pretendida, reduzirá a distância entre os municípios, beneficiando também vários municípios da região.

Ainda, aproveito o ensejo para manifestar a elevada estima e consideração.

Sala das Sessões, em 02.05.07.

(a) DOUGLAS FABRÍCIO

INDICAÇÃO Nº 092/07

SÚMULA:

Construção e pavimentação do “Contorno Norte” de Cambé e Londrina.

Exmo. Sr. Governador do Estado, Roberto Requião.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, dirige-se a V. Exa. para expor e reivindicar o que segue:

I - Requer a construção e pavimentação do “Contorno Norte”, abrangendo as cidades de Cambé e Londrina.

Sala das Sessões, em 02.05.07.

(a) FÁBIO CAMARGO

JUSTIFICATIVA:

Tal obra visa facilitar o tráfego de veículos, principalmente caminhões que fazem o transporte das safras agrícolas, tirando-os das áreas centrais de Londrina e Cambé, bem como possibilitará o desenvolvimento de nossa região, possibilitando a implantação de novos parques industriais e oferecerá maior segurança a toda a população.

Conforme informações, a via já está projetada a alguns anos, mas até o momento não se tornou realidade.

INDICAÇÃO Nº 093/07**SÚMULA:**

Providências para o recapeamento e construção de acostamento na rodovia PR-218.

Exmo. Sr. Governador do Estado, Roberto Requião.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, dirige-se a V. Exa. para expor e reivindicar o que segue:

I - Requer o recapeamento e acostamento na PR-218 - Rodovia Jorge Baggio.

Sala das Sessões, em 02.05.07.

(a) FÁBIO CAMARGO

JUSTIFICATIVA:

A rodovia acima citada está em péssimas condições, colocando em constante risco as vidas das pessoas que da rodovia se utilizam.

INDICAÇÃO Nº 094/07**SÚMULA:**

Indica a cidade de Campo Mourão, para a construção de uma Biblioteca Cidadã.

Exmo. Sr. Governador do Estado, Roberto Requião.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, dirige-se a V. Exa. para expor e reivindicar o que segue:

I - Indico a cidade de Campo Mourão para a construção de uma Biblioteca Cidadã.

Sala das Sessões, em 02.05.07.

(a) FÁBIO CAMARGO

JUSTIFICATIVA:

A referida Biblioteca Cidadã trata-se de um espaço de democratização da cultura e do conhecimento, onde toda a comunidade de Campo Mourão terá acesso à informação e entretenimento.

Designação**DESIGNAÇÃO**

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, atendendo disposto no Ato da Comissão Executiva nº 170/06, designa o Sr. Deputado Ney Leprevost, para representar esta Casa de Leis e a Comissão de Saúde Pública, nos dias 03 e 04 de maio do

corrente ano, em visita a instituições hospitalares nos municípios de Pirai do Sul, Wenceslau Braz, Siqueira Campos, Santo Antonio da Platina, Jacarezinho e Santa Mariana.

Sala das Sessões, em 02.05.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

LUCIANA RAFAGNIN - 2ª Secretária

Requerimentos**REQUERIMENTO Nº 1052**

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, nos termos do artigo 181 do Regimento Interno, regime de urgência ao Projeto de Lei nº 311/07 - oriundo da Mensagem nº 015/07, que visa estabelecer índices e critérios para reajustar os vencimentos das carreiras estatutárias do Poder Executivo do estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 02.05.07.

(a) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

REQUERIMENTO Nº 1073

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, a dispensa de redação final para os projetos que não sofreram emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 02.05.07.

(a) CHICO NOROESTE

REQUERIMENTO Nº 1057

Senhor Presidente:

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, a prorrogação do prazo para entrega das emendas ao Projeto de Lei nº 263/07, que dispõe sobre a Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2008, até o dia 14 de maio de 2007.

Sala das Sessões, em 02.05.07.

(a) BETI PAVIN

REQUERIMENTO Nº 1071

Senhor Presidente:

Solicita encaminhamento à Mesa Executiva REQUERENDO o adiamento da Sessão Solene marcada para o dia 10 de maio de 2007, às 20h00, em homenagem a FEMOCLAM - Federação Comunitária das Associações de Moradores de Curitiba e Região Metropolitana, para a seguinte data:

Dia: 31 de maio de 2007.

Horário: 19h00.

Sala das Sessões, em 02.05.07.

(a) FÁBIO CAMARGO

REQUERIMENTO Nº 1054

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja enviado à família enlutada, voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Neraldo Ferreira Lopes, no dia 29 de abril, nesta capital, no Hospital Costantini.

Sala das Sessões, em 02.05.07.

(a) RIBAS CARLI FILHO

JUSTIFICATIVA:

Neraldo Ferreira Lopes, empresário em Guarapuava no ramo de doces e nutrimentos.

Suplente de Vereador, em Guarapuava, teve uma vida voltada à comunidade de seu bairro e uma atuação política exemplar.

Sua ausência deixa uma lacuna difícil de ser preenchida.

Guarapuava lamenta a perda de seu filho ilustre.

REQUERIMENTO Nº 1056

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos ao município de Alto Paraná, pela comemoração, no próximo dia 05 do corrente, de seus 53 anos de emancipação política.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa seja dada ciência a Exma. Sra. Tereza Rozin Roncaglio, Prefeita Municipal; ao Sr. Luiz Cripa Filho, Vice-Prefeito Municipal, bem como a todos os Srs. Vereadores, para que em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná, recebam e cumprimentem a laboriosa população de Alto Paraná.

Sala das Sessões, em 02.05.07.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Compartilhamos da alegria de toda a população de Alto Paraná, pela comemoração de seus 53 anos de emancipação política, no próximo dia 05 de maio corrente.

Com a finalidade de consolidar cada vez mais os serviços prestados ao povo de Alto Paraná, é que a Sra. Prefeita, o Vice-Prefeito e os Srs. Vereadores vêm dando o máximo de seus esforços para o cumprimento de seus objetivos.

Através desta proposição, transmitimos ao laborioso povo nossas felicitações pela grata efeméride, e rendemos nossa gratidão a todos aqueles que deram sua parcela de colaboração para o engrandecimento do município.

A política é definida ora como ciência, ora como arte de governar. Não importa, entretanto, o sentido da palavra, mas sim a sua finalidade de promover o bem comum. O fundamental é que, em qualquer campo, se

busque o aprimoramento das relações humanas e a construção de uma sociedade mais justa, igualitária e feliz.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná, por intermédio deste Deputado, associa-se às homenagens devidas a toda a população de Alto Paraná na festiva data da comemoração de seus 53 anos de emancipação política.

REQUERIMENTO Nº 1074

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações, ao Sr. Luiz Lázaro Sorvos.

Sala das Sessões, em 02.05.07.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao Sr. Luiz Lázaro Sorvos, Prefeito de Nova Olímpia, por sua extraordinária gestão como Presidente da AMP - Associação dos Municípios do Paraná.

Destacamos as ações desenvolvidas em prol da comunidade paranaense.

REQUERIMENTO Nº 1075

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações a Dra. Aline Welp.

Sala das Sessões, em 02.05.07.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem a Dra. Aline Welp, por sua importante contribuição na área do Direito.

Destacamos sua brilhante atuação como Delegada da Caixa de Assistência dos Advogados - Superintendência de Rio Negro - Paraná.

REQUERIMENTO Nº 1072

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja encaminhada ao Exmo. Sr. Ministro da Educação e ao Magnífico Reitor da Faculdade Campo Real, a aprovação de moção de apoio da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, em apoio a Faculdade Campo Real em sua reivindicação junto ao Ministério da Educação, de que seja autorizada a implantação do curso de medicina.

Sala das Sessões, em 02.05.07.

(a) RIBAS CARLI FILHO

JUSTIFICATIVA:

A sociedade moderna, organizada e exigente, espera um médico formado que possa resolver suas necessidades de saúde individual, familiar, comunitária e ambiental. Busca integração da medicina com a população para a promoção da saúde diretamente relacionada com a melhoria da qualidade de vida da população.

No Brasil, atualmente 140 escolas de medicina estão em atividade e ofertam 12.224 vagas/ano, formando cerca de 10 mil médicos anualmente, com a tendência do profissional em fixar-se na região onde se graduou e/ou realizou sua residência médica. A CINAEM - Comissão Interinstitucional de Avaliação do Ensino Médio, entre 1991 e 1997, fez uma radiografia das escolas médicas e concluiu que elas não estão atendendo as necessidades nacionais, pois não se encontram inseridas na comunidade. Há um descompasso entre a formação do médico e o perfil necessário à região e ao país, e finalmente o governo tem dificuldades em modificar o modelo atualmente proposto.

Habitualmente, cita-se como relação adequada médico/habitantes 1/1000, preconizada pela Organização Mundial de Saúde. Facilidades ou dificuldades de acesso aos hospitais e postos de saúde, diversidade de especialidades e qualidade de vida desequilibram esta relação. Relatório do Conselho Federal de Medicina, março de 2005 - *Aberturas de Escolas de Medicina no Brasil* - mostra uma relação médico/habitante muito menor. A densidade médica francesa é de aproximadamente três médicos para 1000 habitantes, no Reino Unido é de 1,8; 2,7 nos Estados Unidos; 3,4 na Alemanha e 5,9 na Itália. No Paraná a relação médico/habitante é de 1/698, e no cenário da região de Guarapuava (5ª Regional de Saúde) esta é de 1/1.600.

André C. Médici (1985), em artigo intitulado *A Estrutura da Força de Trabalho Médica no Brasil na Década de 70*, fixa como ótima a relação de 1 médico para 700 habitantes como padrão adequado e vigente nos países desenvolvidos.

Região onde o curso será implantado

O município de Guarapuava foi criado através da Lei Estadual nº 271, de 12 de abril de 1871. Está situado no 3º Planalto Paranaense: na região centro-sul; com uma altitude média de 1.120 metros e uma área de 3.503 Km².

A economia sustentada na agricultura de subsistência e na pecuária extensiva predominou até a década de 1930, quando o município começou a sofrer as primeiras mudanças a partir de concessões de áreas de matas nativas à indústrias de madeira, e da profissionalização da indústria ervateira. Na década de 1950 houve transição da agricultura de subsistência para a agricultura comercial e agroindústria, marcada pela imigração de mão-de-obra qualificada, principalmente de origem européia, que introduziu na região novos cultivos e novas formas de uso da terra. Em que pesa o esforço de industrialização do estado, a economia continua, ainda hoje, predominantemente agrícola, sendo a segunda região em participação do PIB agropecuário do Paraná. Destaca-se ainda, em toda a América Latina, na produção de malte, de ervamate e de carvão ativado.

A década de 90 trouxe uma significativa mudança no perfil econômico do município, conservando as características de grande produtor agropecuário, mas agregando

novos setores, com ênfase no setor de serviços e educação.

Alguns dados sobre a população e a economia da região (IBGE 2000):

População	155.002 habitantes
População urbana	141.516 habitantes (91,3%)
População rural	13.486 habitantes (8,7%)
TAC (Taxa Anual de Crescimento)	0,68%
PIB (1997)	R\$ 844.132.555,90
PIB <i>per capita</i>	R\$ 5.497,73
Número de empresas	5.520

Atualmente a iniciativa privada do município caracteriza-se por empresas do setor terciário. O último censo econômico, realizado em 2002 pela Associação Industrial e Comercial de Guarapuava (ACIG), acusou que 90% das empresas pertencem ao segmento de serviços e comércio. As empresas públicas representam 7% da força econômica do município em número de empresas.

Quanto ao ramo de atividades, coletivamente a cadeia produtiva da madeira possui a maior representatividade em número de empresas, que vão desde o desdobramento da madeira até o comércio de seus artefatos para o consumidor final (145 empresas somente no setor industrial, 20% das empresas do setor).

O último censo econômico identificou 33.442 postos de trabalho, sendo que deste 24,5% estão nas indústrias, 26,5% nas empresas voltadas ao comércio em geral e 49% nas atividades de prestação de serviços.

O setor industrial é o que detém o maior número de empregados por estabelecimento, representando em média 14,8 por empresa.

Estrutura de Saúde.

O município de Guarapuava é sede da 5ª Regional de Saúde Paraná, órgão responsável pela coordenação de saúde pública, realização de campanhas de vacinação, combate e prevenção de epidemias, bem como campanhas educativas de saúde. Guarapuava mantém 19 unidades, de saúde da família que prestam atenção primária à saúde, clínica geral, assistência de enfermagem, odontologia e atendimento domiciliar; 11 unidades com capacidade para atendimentos a uma população de até 15 mil habitantes com atendimento médico (clínica geral, obstetrícia, pediatria), assistência de enfermagem, odontologia e terapias de apoio (nutrição, psicologia, fisioterapia). Serviços de atendimento de urgência e emergências 24 horas, realizando mais de 200 mil consultas médicas ao ano.

Complementando a rede municipal de saúde, Guarapuava conta com 4 hospitais com um total aproximado de 700 leitos, 147 clínicas médicas, 102 consultórios

odontológicos e 41 farmácias, além de diversos convênios de saúde.

A cidade possui uma Faculdade Estadual, a UNICENTRO, que oferece vagas na área de saúde, porém não oferta o curso de medicina.

REQUERIMENTO Nº 1051

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, conforme dispõe o artigo 54, XXXIII da Constituição do Estado do Paraná, a convocação do Sr. Airton Pisseti - Secretário de Estado da Comunicação, para prestar esclarecimentos referentes aos critérios técnicos utilizados no emprego dos recursos públicos em investimentos publicitários do governo do estado no exercício de 2005 e 2006.

Sala das Sessões, em 02.05.07.

(a) MARCELO RANGEL

REQUERIMENTO Nº 1078

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, com fundamento no artigo 54, inciso XXXIII da Constituição Estadual e no artigo 97, inciso I e II parágrafos 1º e 2º do Regimento Interno desta Assembléia Legislativa, após ouvido o douto Plenário, seja procedida a convocação do Sr. Rafael Iatauro, Secretário Chefe da Casa Civil, para que compareça nesta Casa de Leis, em Sessão Plenária, a ser designada, para prestar esclarecimentos relativos ao expediente Circular CEE/CC 004/07, no qual anuncia o sorteio de um ônibus aos Deputados Estaduais que se fizerem presentes na “Escolinha do Governo”, a ser realizada dia 08 próximo.

Sala das Sessões, em 02.05.07.

(aa) LUIZ CARLOS MARTINS, VALDIR ROSSONI, MARCELO RANGEL, DURVAL AMARAL e ELIO RUSCH.

REQUERIMENTO Nº 1079

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições constitucionais, legais e regimentais, REQUER ao Secretário de Estado da Comunicação Social, Sr. Airton Pisseti, após ouvido o douto Plenário, informações sobre a publicação, em Diário Oficial do Estado, do relatório de despesas da administração direta, indireta e fundacional, com propaganda e publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas, conforme segue:

1. Informar se a publicação é feita de forma centralizada, através dessa Secretaria da Comunicação ou se cada unidade da administração, direta e indireta, providencia a sua própria publicação? Informar as respectivas datas das publicações e os períodos a que se referem.

2. Informar as datas das publicações de responsabilidade dessa Secretaria da Comunicação Social, procedidas nos exercícios de 2004 a 2006 e o período a que se referem.

3. Todas as unidades da administração direta ou indireta que realizaram gastos dessa natureza providenciaram a publicação do seu relatório de despesas, informando, inclusive, o nome dos veículos publicitários contratados? Informar as datas das publicações e os períodos a que se referem.

Sala das Sessões, em 02.05.07.

(aa) MARCELO RANGEL, LUIZ CARLOS MARTINS, AUGUSTINHO ZUCCHI, ELIO RUSCH, DUÍLIO GENARI e DURVAL AMARAL.

Projetos de Lei

PROJETO DE LEI Nº 312/07

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a ACIAI - Associação Comercial, Industrial e Agrícola de Irati, com sede e foro no município de Irati-PR.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 02.05.07.

(a) FELIPE LUCAS

JUSTIFICATIVA:

Fundada em 20 de maio de 1946 a Associação Comercial Industrial e Agropecuária de Irati - ACIAI, tem sua origem em outras entidades de classes há anos constituídas, que hoje já não existem, mas que tiveram como seus objetivos, fortalecer, dignificar e proteger todos aqueles que viviam em torno da agricultura, comércio e indústria, e em defesa da liberdade e da cidadania, os princípios que norteiam as associações comerciais atuais.

Em 23 de novembro de 1948, foi declarada de utilidade pública municipal através da Lei Municipal nº 010.

Além de outras conquistas, essa associação firmou convênio com a Junta Comercial do Paraná em 1987, trazendo para Irati o posto de atendimento, que funciona até hoje nas dependências da ACIAI, prestando serviços para as empresas e contabilistas de Irati e região.

Com a missão de integrar a mulher empresária dentro da ACIAI, foi criado em 1990, o Conselho da Mulher Empresária e Executiva. Além de promover o desenvolvimento e o aprimoramento da mulher, o Conselho da Mulher auxilia a ACIAI em eventos e campanhas, sendo responsável há anos pelas comemorações do Dia da Vovó, Dia Internacional da Mulher e Árvore da Solidariedade.

A ACIAI está localizada na cidade de Irati, em um edifício de 03 pavimentos, na Travessa Frei Jaime, 40 e CNPJ nº 78.246.535/0001-34 com espaço adequado e confortável para oferecer novos serviços, tudo isto sendo possível graças ao empenho e determinação da diretoria e parcerias.

PARCERIA COM A UNICENTRO

Numa parceria da Universidade Estadual do Centro Oeste - UNICENTRO, foi iniciada no dia 10 de março de 2004 a primeira turma do Curso Sequencial de Nível Superior em Gestão Operacional de Empresas, no campus de Irati. Oferecer uma nova opção de aperfeiçoamento aos profissionais que atuam nas empresas filiadas, visando sua qualificação, difundir ainda mais o ensino superior, como fator de mudanças na sociedade, são as justificativas da parceria. Os cursos oferecidos são: Gestão Operacional de Empresas, Políticas Públicas e Negócios Comerciais.

60 ANOS DE COMPROMISSO E TRABALHO

Não foi por acaso que a associação comercial alcançou tanta projeção e respeito. Contando atualmente com 313 associados, são 60 anos construindo parcerias, oferecendo serviços, trabalhando em prol da comunidade, firmando compromisso com o desenvolvimento local, e se transformando dia-a-dia na verdadeira casa do empresário.

O exemplo de união e perseverança de seus Diretores deverá ser para sempre seguidos e a cada gestão novos projetos e realizações serão acrescentados a esta história de sucesso.

PROJETO DE LEI Nº 313/07

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação dos Pobres e Carentes de Braganey, com sede e foro no município de Braganey, estado do Paraná.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 02.05.07.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

A Associação dos Pobres e Carentes de Braganey é sociedade civil, sem fins lucrativos, tendo por principais objetivos:

a) desenvolver ações que concordam para o atendimento simultâneo de pobres, desabrigados, desamparados e idosos, dentro de um conceito familiar, no que se refere à educação, saúde, nutrição, religião, alimentação, cultura, esportes e saneamento a aspectos gerais;

b) organizar, implantar e atender grupos de jovens;

c) participar da organização da comunidade com intuito de tornar viável a todas as famílias o acesso à assistência primária a saúde;

d) promover a educação das famílias para hábitos da vida, incentivando os aspectos de nutrição, saneamento domiciliar, controle de doenças infecciosas e exame de saúde periódico da gestante e criança;

e) estimular o aleitamento materno, promovendo incentivos e orientações sobre seu valor nutritivo, imunológico e psicológico;

f) divulgar e interpretar os princípios básicos de crescimento e de desenvolvimento da criança, com o propósito de identificar de maneira precoce e prevenir deficiências físicas e mentais, e incentivar no esporte e cultura;

g) promover condições de acesso das famílias para a regularização de sua situação legal, civil, previdenciária e eleitoral;

h) desenvolver atividades que concordam para o aumento da renda familiar e proteção da criança carente;

i) promover abrigo e alimentação para pessoas necessitadas e desamparadas.

A associação preenche os requisitos exigidos para sua declaração de utilidade pública estadual, possui personalidade jurídica, seus estatutos estão registrados no Serviço Notarial e de Registro de Braganey, comarca de Corbélia - Paraná, prestando desinteressadamente serviços à comunidade e sua Diretoria não é remunerada.

Anexa-se, ainda, ata de eleição da Diretoria atual, bem como o relatório de atividades do último ano.

Isto posto, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação do presente projeto de lei.

PROJETO DE LEI Nº 314/07

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica alterado o artigo 2º, da Lei nº 13867, de 08 de novembro de 2002, que autorizou o Poder Executivo a reverter doação de imóvel ao município de Icaraíma, que passará a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º O imóvel a que se refere o artigo 1º desta lei, será utilizado pela prefeitura municipal exclusivamente para a construção de um barracão industrial para o desenvolvimento de atividades sociais e de geração de empregos e renda para a comunidade carente do município, não podendo ter destinação diversa, sob pena de esta tornar-se automaticamente sem efeito, revertendo o imóvel e as benfeitorias que porventura venham a ser edificadas ao patrimônio do estado do Paraná, sem direito a futuros ressarcimentos, ficando, ainda, gravadas com as cláusulas de impenhorabilidade e inalienabilidade.”

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 02.05.07.

(a) ALEXANDRE CURI

JUSTIFICATIVA:

Por intermédio da Lei nº 13867/02, de 08 de novembro de 2002, o município de Icaraíma recebeu em

reversão os lotes 2, 3, 4, 5 e 6 da quadra 05, com área 2240 m², todos situados no distrito de Porto Camargo, nesse município, os quais eram destinados à construção de uma quadra coberta. Ocorre que, na época em que foi solicitada a reversão destes terrenos, fazia-se urgência à concretização da obra. Enquanto o projeto de lei tramitava na Assembléia Legislativa, o município conseguiu destinar outra área onde, de fato, foi construída a referida quadra. Hoje o município têm a posse dos terrenos, porém não tem como utilizá-los por motivos de impeditivos legais constantes no artigo 2º da Lei 13867/02.

Ocorre que, já algum tempo, o município vem desenvolvendo um trabalho social naquele distrito e conta com o auxílio de parceiros, os quais empenham-se no desenvolvimento de ações que vão ao encontro da recuperação de crianças e adolescentes, resgatando-as da prostituição, do trabalho infantil e demais irregularidades que afetem sua inserção social. Também estamos a procurar o maior engajamento das famílias envolvidas neste trabalho. Dentro desta proposta, vislumbramos a possibilidade de instalar uma indústria de confecções naquele distrito, que geraria diversos postos de trabalhos, principalmente para as mães das crianças em situação de risco. Para que possamos dar continuidade a esses trabalhos, o município precisa dispor de um barracão para instalação de indústria e uma área para continuidade desses trabalhos sociais. O único terreno que dispomos apto para este fim é o recebido do estado, porém com cláusula impeditiva.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação do projeto de lei em tela, que, temos certeza, trará enormes benefícios à sociedade.

PROJETO DE LEI Nº 315/07
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica o doador de sangue isento do pagamento de taxas de inscrição a concursos públicos realizados pelo estado do Paraná.

Parágrafo Único. Equipara-se a doador de sangue, para os efeitos desta lei, a pessoa que integre associação de doadores e que contribua, comprovadamente, para estimular de forma direta ou indireta, a doação.

Art. 2º Considera-se para enquadramento ao benefício previsto por esta lei somente a doação de sangue promovida a órgão oficial, ou a entidade credenciada pela união, pelo estado ou por município.

Art. 3º Os órgãos estaduais que irão realizar concurso, deverão inserir em seus editais o benefício da isenção e as regras para sua obtenção.

Art. 4º A comprovação da qualidade de doador de sangue será efetuada através da apresentação de docu-

mento expedido pela entidade coletora, que deverá ser juntado no ato de inscrição.

§ 1º O documento previsto por este artigo deverá discriminar o número e a data em que foram realizadas as doações, não podendo ser inferior a 03 (três) vezes anuais.

§ 2º A comprovação da hipótese prevista pelo parágrafo único do artigo 1º, será efetuada mediante documento específico firmado por entidade coletora oficial ou credenciada, que deverá relacionar minuciosamente as atividades desenvolvidas pelo interessado, declarando que o mesmo enquadra-se como beneficiário desta lei.

Art. 5º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 02.05.07.

(a) ALEXANDRE CURI

JUSTIFICATIVA:

Estamos apresentando a presente proposição com o objetivo de estimular a doação de sangue entre o povo paranaense, bem como colaborar para o aumento das reservas nos bancos de sangue do estado do Paraná.

Destacamos que o disposto no parágrafo único do artigo 1º desta lei, trará igualdade de condições, afastando definitivamente a existência de possíveis discriminações entre candidatos, que porventura, não poderiam contribuir com seu próprio sangue por restrições médicas ou demais questões de foro íntimo, mas que ajudariam por intermédio de sua contribuição pessoal para um eventual acréscimo aos estoques das entidades anteriormente referidas.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação do projeto de lei em tela, que, temos certeza, trará enormes benefícios ao sistema de saúde do nosso estado.

PROJETO DE LEI Nº 316/07
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica o exercício de trabalho voluntário equiparado à prestação de serviço público para fins de titulação em concursos públicos realizados pelo estado do Paraná.

§ 1º O exercício do trabalho voluntário será realizado em caráter *pro bonno*.

§ 2º Se o voluntário obtiver qualquer forma de vantagem pecuniária, não poderá ser beneficiado por esta lei.

Art. 2º Considera-se, para enquadramento ao benefício previsto por esta lei, que cada 2 (dois) anos de trabalho voluntário serão equivalentes a 1 (um) ano de serviço público.

Art. 3º Os órgãos estaduais que irão realizar concursos públicos, com prova de títulos, deverão inserir em seus editais o benefício e as regras para sua obtenção.

Art. 4º A comprovação do tempo de trabalho voluntário será efetuada através da apresentação de documento específico expedido pelo PROVOPAR - Programa do Voluntariado Paranaense, que deverá ser apresentado no momento indicado no edital.

Art. 5º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 02.05.07.

(a) ALEXANDRE CURI

JUSTIFICATIVA:

Estamos apresentando a presente proposição com o objetivo de estimular e reconhecer a importância do trabalho voluntário, objetivando a real construção de um estado democrático e social.

Temos de reconhecer que o trabalho voluntário, na contemporaneidade, constitui importante auxílio ao poder público do nosso povo.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação do projeto de lei em tela, que, temos certeza, engrandecerá a prática do trabalho voluntário no estado do Paraná.

PROJETO DE LEI Nº 317/07

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública o MOOPAR - Movimento Pró-Alto Boqueirão e Região, com sede e foro nesta capital.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 02.05.07.

(a) NELSON JUSTUS

JUSTIFICATIVA:

O MOOPAR - Movimento Pró-Alto Boqueirão e Região, com sede e foro nesta capital, entidade sem fins lucrativos, tem por finalidade principal promover e contribuir para a formação e desenvolvimento de vida comunitária dos moradores.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação da presente proposição.

PROJETO DE LEI Nº 319/07

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a efetuar a cessão de uso ao município de Irati, do imóvel situado à rua Coronel Pires nº 826, com área de 3.750m², contendo

um prédio edificado em alvenaria de tijolos, com 2 pavimentos, matrícula nº 7.816, do Cartório de Registro de Imóveis do 2º Ofício de Irati.

Art. 2º O imóvel de que trata o artigo 1º desta lei, será utilizado pelo município de Irati para funcionamento de Secretarias e Órgãos Municipais, Telecentro "Inclusão Digital" além de atividades sócio-educacionais destinadas à comunidade, ficando a presente revogada, a qualquer momento, em caso de comprovar-se utilização diversa, revertendo o imóvel e benfeitoria ao patrimônio do estado, sem direito a ressarcimento.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 02.05.07.

(a) FELIPE LUCAS

JUSTIFICATIVA:

A prefeitura de Irati já faz uso há longo tempo do prédio situado na rua Coronel Pires, 826, Centro, matrícula 7.816, do 2º Ofício de Registro de Imóveis de Irati, com área de 3.750m², contendo prédio edificado em alvenaria com 2 pavimentos. Ali funciona a Secretaria de Educação, Serviços à Comunidade, PROVOPAR. Pretende-se ainda que funcione o Telecentro e programa de inclusão digital voltado à população.

A aprovação do projeto de lei trará grande benefício à comunidade, assim como regularizará uma situação pendente no tempo.

Projeto de Lei Complementar

PROJETO DE LEI Nº 318/07

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Os artigos 8º e 156, da Lei Complementar Estadual nº 92, de 05 de julho de 2002, passam a ter a seguinte redação:

"Art. 8º O provimento do cargo de Auditor Fiscal, a partir da data da publicação desta lei, será privativo das pessoas com grau de instrução superior".

"Art. 156. Os atuais ocupantes do cargo de Agente Fiscal de que trata o artigo 7º desta lei, serão realocados na carreira de Auditor Fiscal, na classe correlata, conforme segue:

I - os Agentes Fiscais 3-A serão enquadrados na classe de Auditor Fiscal "C";

II - os Agentes Fiscais 3-B serão enquadrados na classe de Auditor Fiscal "D";

III - os Agentes Fiscais 3-C serão enquadrados na classe de Auditor Fiscal "E";

IV - os Agentes Fiscais 2-A serão enquadrados na classe de Auditor Fiscal "F";

V - os Agentes Fiscais 2-B serão enquadrados na classe de Auditor Fiscal "F";

VI - os Agentes Fiscais 2-C serão enquadrados na classe de Auditor Fiscal “F”;

VII - os Agentes Fiscais 1-A serão enquadrados na classe de Auditor Fiscal “G”;

VIII - os Agentes Fiscais 1-B serão enquadrados na classe de Auditor Fiscal “H”;

XI - os Agentes Fiscais 1-C serão enquadrados na classe de Auditor Fiscal “I”.

§ 2º A realocação de que trata este artigo aplicar-se-á também aos agentes fiscais aposentados e pensionistas.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 02.05.07.

(a) RENI PEREIRA

JUSTIFICATIVA:

O projeto de lei ora apresentado tem por fim alterar disposições da Lei Complementar nº 092/02, em duas situações específicas.

Na primeira hipótese altera o artigo 8º da referida lei, ajustando-a aos ditames legais e constitucionais exigidos, trazendo agora o termo Auditor Fiscal, corrente e apropriado para o cargo estudado.

A segunda altera o artigo 156, modificando sua expressão transposição por realocação. Esta alteração dá-se por respeito aos princípios da isonomia e do acesso ao concurso público. Ocorre que o cargo de Auditor da Receita Estadual foi criado pela Lei Complementar nº 092/02. Assim sendo, os antes denominantes Agentes Fiscais continuaram a exercer exatamente as funções do agora denominado Auditor Fiscal. Neste passo, esclareça-se que os Agentes Fiscais foram aprovados em concurso público, respeitando norma constitucional, como a do artigo 23, II da Constituição Estadual e artigo 37, II, da Constituição Federal.

Assim sendo, o que se busca não é a ascensão, tampouco a remodelação de cargos, mas apenas a correção do dispositivo legal que trate sobre o cargo. A expressão atualmente utilizada pode criar confusões, advindas da imprecisão do termo “transposição”, pois esta palavra poderia abrir azo a colocação de servidores que não cumprem as funções de Agente Fiscal no cargo de Auditor Fiscal, situação que pode consubstanciar quebra ao princípio da impessoalidade no serviço público, hipótese combatida pela ordem jurídica em que se vive.

Ademais, estará sendo efetivada a igualdade, prestigiada e buscada no serviço público. Ainda sobre a terminologia utilizada, vale dizer que o Órgão Especial do Tribunal de Justiça do Paraná em Ação Incidental de Inconstitucionalidade de nº 315.883-8/1 decidiu pela inconstitucionalidade da transposição de cargos de Agentes fiscais para Auditores Fiscais. Mais um motivo para que seja aprovada a presente iniciativa, adequando os termos para correta aceção da disposição legal.

No que tange a iniciativa de lei, esta pertence de fato ao Poder Legislativo, consoante disposição do artigo

53, VIII e IX da Constituição Estadual (abaixo transcrito), que por seu turno reproduz o artigo 48, de nossa Constituição Federal em atenção ao princípio da simetria.

Art. 53. Cabe à Assembléia Legislativa, com a sanção do Governador do Estado, a qual não é exigida, no entanto, para o especificado no artigo 54, dispor sobre todas as matérias de competência do estado, especificamente:

VIII - criação, transformação e extinção de cargos, empregos e funções públicas na administração direta, autárquica e fundacional e fixação de remuneração, observados os parâmetros estabelecidos na Lei de Diretrizes Orçamentárias;

IX - servidores públicos da administração direta, autárquica e fundacional, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria de civis, reforma e transferência de militares estaduais para a inatividade;

Continuando na análise, faz-se importante ressaltar que o presente projeto não trará impacto financeiro algum, pois está apenas alterando a denominação legal;

Deste modo, a aprovação desta proposição evidencia-se como necessária e indispensável para a cristalização de justiça, igualdade e prestígio para aqueles que exercem tão nobre função em nosso estado, quais sejam, os Agentes ou Auditores Fiscais.

São estas as razões que nos levam a solicitar o apoio dos demais nobres Parlamentares, para a aprovação do presente projeto de lei.

O SR. ANTONIO BELINATI

Questão de ordem, Sr. Presidente.

(Assentimento)

Sr. Presidente, tivemos um feriado ontem, muitos descansaram, mas parece que alguns cansaram com o feriado, porque o Plenário está vazio. Requeiro de V. Exa. a chamada nominal para a “meninada” comparecer ao batente.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Vai se proceder à chamada nominal. Solicito ao Sr. 1º Secretário, Deputado Edgar Bueno, que proceda à chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Edgar Bueno**)

(Procede à chamada nominal dos Srs. Deputados).

Grande Expediente:

Agenda Legislativa do Paraná - FIEP

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Esta presidência anuncia, com satisfação, a presença do Presidente da FIEP, Dr. Rodrigo Rocha Loures, e demais membros da FIEP para, como fazem anual-

mente, apresentar a agenda legislativa do Paraná editada pela FIEP. É um privilégio recebê-los, aqui, hoje.

O Grande Expediente desta Sessão será cedido ao Dr. Rodrigo Rocha Loures, Presidente da FIEP, para que por 30 minutos faça uso da palavra.

Sr. Rodrigo Rocha Loures - Presidente da FIEP

O SR. RODRIGO ROCHA LOURES

Exmo. Sr. Deputado Nelson Justus, Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná; Exmo. Deputado Edgar Bueno, 1º Secretário da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná; Exma. Deputada Luciana Rafagnin, 2ª Secretária da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná; Sras. Deputadas, Srs. Deputados, senhoras e senhores.

Este encontro aqui na Assembléia Legislativa, Presidente, é no entendimento da humanidade industrial, se reveste da maior importância, uma vez que é o nosso entendimento que o desafio de crescimento, de desenvolvimento da economia do nosso estado passa necessariamente por uma relação de cooperação entre o setor privado e o setor público. E, com relação à área pública, temos uma dimensão programática de atividades voltadas ao apoio ao empreendedorismo. Mas, também essa dimensão programática tem que ser acompanhada de uma dimensão institucional. E a dimensão institucional é dada pela Assembléia Legislativa, é dada pelos Parlamentares porque, em última análise, a dimensão institucional passa necessariamente por esta Casa.

E também passa por esta Casa a missão de definir, onde está a vontade política da sociedade paranaense, dos brasileiros residentes neste estado. Daí a importância de nos reunirmos aqui para apreciarmos os resultados dos trabalhos que fizemos da nossa federação, para indicar quais são as prioridades e qual é o posicionamento da nossa federação com relação aos diversos projetos que tramitam dentro da Assembléia Legislativa, colocando com clareza e porque razão nos posicionamos a favor ou contra.

Essa agenda legislativa da indústria, apresentamos pela terceira vez. Fizemos o 1º encontro em 2005. Tivemos o 2º encontro em 2006. Agora, estamos realizando este 3º encontro, em 2007. Por conseguinte, a essa altura, nos sentimos bastante maduros para apresentarmos os nossos trabalhos de uma forma bastante consistente. Uma vez que para a federação se posicionar, foram ouvidos todos os setores da nossa comunidade, todos os setores da comunidade industrial foram ouvidos pela equipe técnica da Federação das Indústrias, de sorte a formar e colocar uma posição, uma opinião da federação. Ou seja, esta opinião, Sr. Presidente, não é a opinião do Presidente da federação. O Presidente da federação é um porta-voz de uma opinião, construída a partir de consultas junto a toda a comunidade industrial.

Estamos aproveitando também esse encontro para submeter à apreciação da Assembléia Legislativa um documento mais abrangente. Esse de iniciativa da federação trata das propostas de desenvolvimento industrial e tecnológico, para o estado do Paraná.

Estamos tratando de um dos capítulos dessa agenda legislativa, que trata da política industrial para o estado. A política industrial é um espaço de diálogo entre os setores públicos e privado - é como a entendemos. No Brasil, a política industrial tem sido de uma tradição sediada no governo da união, um assunto do governo federal, do governo central. Mas a experiência internacional mostra que o desenvolvimento industrial e tecnológico de um país, nada mais é do que a soma do desenvolvimento industrial e tecnológico das regiões, das partes que compõem este país. Uma política industrial nacional mais bem articulada e mais consistente, se ela for à soma de políticas industriais regionais.

Pela primeira vez, nós, aqui no Paraná e no Brasil, essa é uma iniciativa pioneira - está sendo feita no Paraná, mas que vai acontecer em outros estados também - estamos propondo uma política industrial para o estado do Paraná. Uma política industrial se confunde, Sr. Presidente, com uma política tecnológica, porque em última análise, o que dá competitividade, o que agrega valor, o que permite o desenvolvimento econômico em uma sociedade industrial é a tecnologia ou a capacidade que uma dada sociedade se mostra capaz de fazer, em termos tecnológicos. Há tecnologias que podem ser aportadas nos processos industriais, que podem permitir a agregação de valor e competitividade à indústria local.

No caso do estado do Paraná, nós fizemos ao longo dos últimos 2 anos muitos estudos, desde estudos abrangentes, considerando quais são as demandas de todo o estado, demandas gerais de crescimento, que foi um dos projetos que estivemos envolvidos e apoiando, foi o Fórum Futuro 10, que foi um encontro envolvendo mais de 5 mil lideranças, no ano de 2005, que transmite qual é a visão, qual é a vontade geral existente no estado com relação a desenvolvimento, passando por questões mais específicas da indústria, que foram contribuições que obtivemos através de 2 congressos de indústrias que realizamos. Um foi em 2005 e outro em 2006, onde pudemos colher as demandas de todas as regiões do estado e de todos os setores industriais.

E de uma forma mais específica, realizamos um estudo, uma pesquisa de profundidade para identificar aquilo que é chamado de setores portadores de futuro, ou seja, setores de indústria paranaense que uma vez apoiados têm a virtude, a propriedade de propagar crescimento tecnológico e econômico para toda a indústria paranaense.

Então, o resultado de todas estas contribuições foi sistematizado neste documento que nós vamos passar às mãos de V. Exa. e que vamos compartilhar com todos os Deputados, que é a visão estratégica que fomos capazes de construir, ouvindo todas as vozes da indústria. Mas, também ouvimos as vozes da academia, dos centros de

pesquisa das diversas áreas relacionadas a desenvolvimento que temos no estado, as incubadoras, parques tecnológicos que estão sendo concebidos no estado, os diversos arranjos produtivos locais, as agências de desenvolvimento regional, e também representantes de prefeituras e representantes de diversas agências estaduais e federais que se relacionam com desenvolvimento.

De tudo isto resultou este programa que estamos apresentando e encaminhando à Assembléia Legislativa e para o qual pedimos o apoio de V. Exas., o apoio desta Casa, bem como nos disponibilizamos para interagir com os Srs. Deputados, com os grupos técnicos da Assembléia Legislativa para descer às especificidades deste programa.

Eu queria, concluindo nossa apresentação, Sr. Presidente, dizer que a exemplo do que dissemos que o desenvolvimento do Brasil passa pela soma do desenvolvimento dos estados brasileiros, assim também o desenvolvimento do estado do Paraná deve ser a soma dos desenvolvimentos regionais. E este nosso plano leva em consideração as peculiaridades das diversas regiões do estado e responde às vocações de cada região, num conjunto harmônico e cinérgico.

Então, estamos muito confortáveis em poder afirmar que estamos trazendo uma contribuição muito valiosa para a construção de uma visão estratégica de desenvolvimento do estado e mais do que isto: de recomendações quanto às modalidades de mecanismos institucionais, que seriam recomendáveis para apoiar este desenvolvimento.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Interpeladores:

Deputado Elio Rusch (Democratas)

O SR. ELIO RUSCH (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados. De uma forma muito especial o Presidente da FIEP do nosso estado e todos os empresários do nosso estado que se fazem acompanhar do nosso Presidente.

Na verdade, a Assembléia Legislativa - e não precisamos recapitular, mas apenas para que fique registrado nos Anais desta Casa - que ainda quando tínhamos o Anibal Khury como Presidente, a Assembléia elaborou uma lei com o objetivo de atrair as indústrias para o estado do Paraná e naquele momento o hoje nosso Presidente, Nelson Justus, era o Secretário de Indústria e Comércio do nosso estado. Isso na década de 90, mais precisamente em 95, 96 e 97, que se fez um grande trabalho do poder público, ou seja, o Governo do Estado junto aos empresários, com as associações comerciais, a FIEP de uma forma muito especial, a FACIAP, enfim, todas as entidades que congregam o setor produtivo do nosso estado abraçaram essa causa e fizeram com que o Paraná pudesse atrair os investimentos para o nosso estado.

Hoje fico feliz, Deputado Nelson Justus, pelo fato de vossa pessoa ter sido Secretário de Indústria e Comércio daquela época, quando vieram os grandes investimentos para o nosso estado, as montadoras e tantas outras empresas mais e também as indústrias do agronegócio. Posso falar hoje, Rocha Loures, do oeste do Paraná, que ocupa hoje no cenário do estado do Paraná, talvez do Brasil e talvez até do mundo um dos maiores frigoríficos abatedores de aves: abatemos por dia 1 milhão e 300 mil frangos. Se fizemos um cálculo que cada frango pese apenas 2 quilos, teríamos 2 milhões e 600 mil quilos de carne de ave abatida diariamente só no oeste do Paraná. Se considerarmos que o nosso estado tenha 10 milhões de habitantes, nós produzimos, *per capita*, 250 gramas de carne por dia para a população do estado do Paraná e a grande maioria desses frigoríficos que se estabeleceram, se aproveitaram de uma lei que surgiu aqui na Assembléia Legislativa.

Quero parabenizar a FIEP por essa Agenda Legislativa da Indústria do Estado do Paraná! A FIEP fez essa agenda positiva e acredito que a agenda legislativa mostra claramente que os empresários do estado do Paraná estão interessados no trabalho de cada Parlamentar aqui na Assembléia Legislativa. Parabéns e disponham da nossa pessoa naquilo que pudermos ser úteis! Só queria deixar aqui registrado também para o Presidente a nossa manifestação, sempre. Estive inúmeras vezes no interior do estado do Paraná e não me canso de dizer que o estado só se desenvolve quando existe a parceria entre o poder público e a iniciativa privada, porque quem gera o desenvolvimento não é o poder público, mas o poder público tem que ser um parceiro, porque quem gera o desenvolvimento é a livre iniciativa, são os empresários.

Parabéns!

O SR. RODRIGO ROCHA LOURES

Obrigado, Deputado Elio!

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Pela ordem, com a palavra o Deputado Valdir Rossoni.

Deputado Valdir Rossoni (PSDB)

O SR. VALDIR ROSSONI

Sr. Presidente, não sei se há possibilidade de fazer um questionamento sobre a economia do nosso estado.

Ah, há possibilidade!

Dr. Rodrigo Rocha Loures, primeiro quero agradecer a presença do senhor aqui, representando tão importante setor da nossa economia. Isso para nós é uma honra, uma deferência e muito nos orgulha!

Gostaria de fazer dois questionamentos para o senhor, que tenho percebido que parece que há necessidade de um posicionamento não apenas do Legislativo Estadual, mas há necessidade de um posicionamento dos empresários, dos setores organizados da sociedade. O

primeiro, tenho lido com muita atenção e com um pouco de preocupação que a Toyota quer se instalar no sul do Brasil. Gostaria de fazer a seguinte pergunta para o senhor: o senhor é favorável que se estabeleça aquela mesma política que trouxe para o Paraná a Renault e as outras indústrias, ou não?

A segunda pergunta, já para deixar o senhor à vontade se puder responder. Tenho lido muito sobre o setor de economia do nosso país e me causa uma grande preocupação, porque nós vemos hoje o saldo da balança comercial do nosso país altamente positivo, jamais visto na história do Brasil. Quando vemos isso, de um outro lado, estou assistindo a desindustrialização do nosso país através das pequenas empresas.

Vou citar só um exemplo que ocorreu comigo esses dias: eu sou um pequeno empresário, gero algumas centenas de empregos e sempre fui cliente de uma empresa metalúrgica aqui de Curitiba. Outro dia, fazia muito tempo, até pela crise que estamos enfrentando, eu fui fazer uma visita a esse empresário do setor metalúrgico, e ao chegar lá, fui comprar um equipamento, Dr. Rodrigo Rocha Loures, em torno de R\$ 15 mil, ou valor equivalente. Quer dizer, era um equipamento, pelos valores que temos de equipamentos na indústria, insignificante. E pedi a esse senhor - e por isso que chegamos e por isso que transfiro essa pergunta, porque começou a me causar preocupação - ao fazer o questionamento ao empresário da compra de um equipamento de R\$ 15 mil, eu disse a esse empresário o seguinte: "Você poderia me dar preferência, eu tenho necessidade de que esse equipamento fique pronto o mais rápido possível". Ele me respondeu o seguinte - e aí eu comecei a questioná-lo: "Olha, eu só posso entregar esse equipamento daqui a 60 dias." Eu disse: Olha, mas um equipamento como esse aqui, você em 3 dias, com um funcionário, faz o equipamento". "Não. Só posso te fornecer o equipamento daqui a 60 dias, porque eu não produzo mais esse equipamento, eu estou importando da China." Eu já tinha lido isso nos setores econômicos, nos jornais, pessoas entendidas de economia, mas eu estou vivenciando na prática. Veja, vou comprar um equipamento de R\$ 15 mil, esse cidadão que produz esse equipamento diz que não produz mais porque é mais barato e ele ganha mais importar da China do que produzir o equipamento. E aí ele me disse o seguinte: "Você sabe de onde eu compro aço?" Eu disse: Você compra aço do Brasil. Nós somos grandes produtores. "Não, eu estou importando da China."

O senhor que representa uma entidade tão importante, de um lado nós vemos a balança comercial altamente positiva, e de um outro lado, vemos setores da indústria do nosso país tendo esse problema: ao invés de produzir, está importando.

Eu gostaria de saber se há essa preocupação da FIEP? Já se tem um estudo disso? Qual será a nossa saída? Porque a grande verdade é o seguinte: alguns aqui podem não entender bem a minha pergunta, mas nós que vivemos isso sabemos, porque pessoas que não trabalham

com exportação, quando elas o resultado da balança comercial no final do mês, dizem o seguinte: "olha, este país está uma maravilha"! E se for ver desse prisma, é verdade, o nosso setor é altamente positivo na questão exportação e importação! Essa é a diferença que existe.

De um outro lado, percebo que há vários setores têxteis, por exemplo, têxtil e calçados. Esses dias o Governo Federal taxou as importações, mas não vai resolver. E os outros setores que estão sofrendo com essa questão da valorização do real? Porque o que pode acontecer é nós chegarmos aí na frente, eu me lembro muito bem, e aí faço uma crítica ao meu próprio partido: no governo Fernando Henrique nós vivemos, e quem é empresário sabe, uma época muito difícil, que foi quando o governo estabeleceu que o real valia um dólar. O que aconteceu com o setor industrial, principalmente com as empresas que não tinham para onde fugir? Começou a desindustrialização. E depois, quando caiu a paridade do dólar no governo FHC, a recuperação foi extraordinária. E me parece que neste momento, Dr. Rodrigo Rocha Loures, começa a acontecer o que aconteceu lá atrás.

Eu gostaria, então, se o senhor puder me responder, primeiro, qual o posicionamento da FIEP quanto a questão da política a ser adotada para atrair e trazer para o Paraná a Toyota? Segundo, esta pergunta da questão da balança comercial, que de um lado a vemos altamente positiva e de um outro lado setores da economia padecendo e se desindustrializando.

Se o senhor puder responder como posicionamento da FIEP, agradeço, que é algo mais que eu colho para que possamos analisar a atual situação.

Obrigado.

O SR. RODRIGO ROCHA LOURES

Respondendo a primeira pergunta, a vinda da Toyota é extremamente vantajosa para a nossa economia. Ela tem um dado objetivo e tem um dado subjetivo, invisível, intangível. O dado objetivo é mais investimento, ocupação de mão-de-obra, geração de riqueza. Este é o lado visível da contribuição. Mas o mais importante é o lado invisível. A Toyota é, sabidamente, uma empresa de ponta no mundo e aonde ela se instala ela dissemina uma nova cultura de gestão, de organização. Tem até uma nova corrente de pensamento e gestão de negócios que se chama toyotismo, dada a contribuição de know-how de gestão e de organização que a Toyota traz.

Então, a vinda da Toyota é até mais benéfica pelo que não é visível do que o que é visível, como de resto qualquer indústria deve ser bem-vinda ao nosso estado, desde que, evidentemente, ela não seja poluente, não traga seqüelas.

Agora, qual a modalidade de incentivo? Acho que tem que ser analisado de acordo com as circunstâncias atuais e evidentemente uma indústria não se decide só em função de incentivos fiscais, ela decide em função da qualidade de vida de uma região, a infra-estrutura institucional de uma região, a qualificação da mão-

de-obra, outras variáveis que concorrem para a produtividade, para a competitividade da sua indústria. E é isto que justamente propomos com a nossa proposta de política industrial do estado, nós justamente estamos sinalizando aonde é estratégico o estado investir, aonde é estratégico o estado concentrar suas atenções para emprestar apoio ao desenvolvimento tecnológico e industrial do estado.

Com relação ao segundo tema da desindustrialização, Deputado, V. Exa. foi muito feliz e citou um exemplo claro: tinha uma máquina que era fabricada aqui no nosso estado e ela deixou de ser fabricada e vai ser trazida da China ou de algum lugar no exterior. Qual a razão disto? A razão disto é que o nosso câmbio não é competitivo. O nosso câmbio, a nossa moeda está supervalorizada. Por estar supervalorizada, muitos setores da nossa economia não têm competitividade, ou seja, nós só mantemos competitividade naqueles setores onde o Brasil tem uma situação tão privilegiada no planeta que, apesar de um câmbio supervalorizado, ainda assim aquela atividade se viabiliza.

Qual a causa disso? É a política macroeconômica. Nós estamos com uma política macroeconômica equivocada já há mais de 10 anos, porque temos perseguido estabilidade de preços através de uma ferramenta única que é o uso dos juros de política monetária, quando o mais apropriado é fazer aquilo que países estruturados, países que têm uma estratégia de desenvolvimento fazem. Qual é? É a de fomentar a ampliação da produção. Então, se há pressão nos preços por conta de um aumento de demanda, então esta pressão é atendida através de uma ampliação do aumento da produção, é através de investimentos produtivos. Acontece que no Brasil os investimentos estão reprimidos há mais de 10 anos e por conta disso estamos fragilizando nosso parque industrial.

Na semana passada eu presidi em São Paulo o Congresso Brasileiro de Inovação na Indústria e tratamos também da questão da política industrial, porque todos sabem que inovação é um ingrediente obrigatório para dar competitividade à indústria. Sem inovação não há qualquer perspectiva de sustentação na competitividade de qualquer ramo industrial. Então, fazer inovação é um imperativo! Acontece que a inovação não depende só das empresas do setor privado, depende também do setor público. É preciso haver um ambiente institucional propício ao investimento, à inovação. Por conta dessa realidade nós propusemos, no Congresso havido na semana passada em São Paulo, saiu uma proposta concreta, abrangente, profunda, de uma nova política industrial no Brasil.

Essa política industrial prevê uma estratégia, nós defendemos a tese de que o que convém ao Brasil é uma estratégia de estrutura industrial diversificada, porque somos um país muito grande, um país que já tem um parque industrial espalhado por toda a nação e toda a indústria brasileira deve ter a oportunidade de ter seu progresso técnico e de ter competitividade.

Então, somos partidários de uma estratégia que contemple a diversificação na nossa indústria. Isso pressupõe atuar em outras dimensões: uma delas é na macroeconomia, a política macroeconômica tem que ser revista na sua concepção, na sua filosofia e também na sua forma de gestão. Temos que mudar a nossa política macroeconômica para uma política voltada ao apoio à produção, à ampliação da produção.

Uma outra dimensão que tem que ser mudada é a dimensão institucional. O Brasil está com uma legislação anacrônica, falta articulação, falta coordenação entre os diversos instrumentos que existem para apoiar o desenvolvimento industrial: FINEP, BNDES, Ministério da Ciência e Tecnologia, ABDI, CNDI, enfim diversos centros de pesquisa, a universidade, tudo isso está funcionando mal porque está funcionando de uma forma desarticulada. Nós propusemos uma reestruturação de todos esses mecanismos, simplificar e inovar também na parte legislativa e na parte institucional.

Uma terceira dimensão que foi tratada é a questão regional. O Brasil, para se desenvolver, não pode ficar na dependência de um norte dado por Brasília. Os estados, cada região do país e cada região dentro dos estados devem ter a possibilidade de identificar quais são as estratégias de desenvolvimento mais apropriadas às suas peculiaridades. Por exemplo, Pugliesi, ali em Arapongas, a região de móveis requer uma estratégia específica para os móveis. A região de Cascavel, que tem um arranjo produtivo na área de indústria, de bens de capital, voltados para a área de agronegócio com vocação para o crescimento. Em Pato Branco, a parte de tecnologia de informação e assim sucessivamente. Nosso estado é um estado que tem muitas vocações, então temos que ter um sistema institucional que apóie todas estas vocações, que coloque a universidade funcionando em conexão, em sintonia com as demandas de conhecimento que as indústrias precisam. Então essa é a quarta dimensão que é a dimensão institucional.

Temos também uma quinta dimensão que é a dimensão internacional, Sr. Presidente, porque o Brasil não pode ser dissociado do mundo. As nossas políticas industriais têm que necessariamente levar em consideração a dinâmica internacional e como é que vamos nos inserir no mundo. E aí passa por negociações internacionais, temos que desenvolver competências para lidar com isso e ter uma visão clara do que é estratégico conseguir na área de relações internacionais.

E finalmente a questão da prospecção tecnológica - a sua lembrança foi muito oportuna quando falou que o Deputado Justus foi Secretário da Indústria e Comércio e na ocasião valorizou muito a questão da tecnologia. Se a tecnologia, a inovação naquela época eram muito importantes, hoje é fundamental! Então, a sexta dimensão é a dimensão da prospecção tecnológica. Para onde caminha? Quais são as grandes tendências mundiais? E como o Brasil e o Paraná podem se inserir nessa dinâmica mundial e até tirar proveito das oportunidades que vão estar

se formando a nível mundial e prevenir os problemas que podem vir decorrentes também desta mesma dinâmica mundial?

Para isso, então estamos propondo uma política industrial aqui para o estado do Paraná, que trabalha com todas essas dimensões desde a especificidade de desenvolvimento tecnológico, qual é a estratégia mais apropriada para cada região do estado, assim como as melhorias institucionais que têm que acontecer, as melhorias nas relações do estado com o mundo exterior, as melhorias no sistema de ensino e assim sucessivamente.

Deputado Rossoni, espero que assim possa ter esclarecido as suas perguntas, que foram muito oportunas.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Quero só lembrar que o Presidente Rodrigo Rocha Loures tem uma posse logo a seguir, por isso estamos apurando um pouco.

Deputado Antonio Belinati (PP)

O SR. ANTONIO BELINATI

Sr. Presidente, primeiramente o reconhecimento ao Presidente e aos Diretores que prestigiam o Poder Legislativo.

Presidente Rodrigo Rocha Loures, queria insistir no caso da Toyota. Lembrando que não faz muito tempo, a Bahia toda se uniu através de suas lideranças para levar a Ford para lá. E o movimento foi vitorioso. Lamentavelmente, faz muito tempo, salvo equívoco da minha parte, faz muito tempo que uma grande empresa, uma grande indústria não se instala no Paraná. Isso acaba reduzindo a circulação de dinheiro, deixando nosso comércio mais pobre, para não falar que o emprego está bastante escasso. Tanta gente do Paraná indo buscar emprego na Austrália, no Japão, na Europa, nos Estados Unidos, quando não faz muitos anos o Paraná era mão de vinda, o povo vinha do Japão, porque aqui tinha emprego. Não tinha asfalto, não tinha hospital, não tinha escola, não tinha telefonia, mas tinha emprego. Agora virou uma mão de volta, todo domingo, todo sábado saem nossos aviões levando nossos jovens que vão em busca de emprego no exterior.

Dentro dessa expectativa de haver uma possibilidade, ainda que remota, de a Toyota vir para o Paraná, o que melhoraria muito a circulação de dinheiro e geraria milhares de empregos - V. Sa. é Presidente, na minha ótica, da entidade mais poderosa que tem no Paraná que é a FIEP, é uma estrutura tão forte quanto a do próprio governo - a minha curiosidade, ilustre visitante, se o Governador do Paraná pedisse uma opinião ao Presidente da FIEP - que é um homem que constantemente é consultado ou manifesta as opiniões da entidade a respeito de temas importantes de interesse dos paranaenses - se o Governador o consultasse de conceder uma eventual dilação do prazo para a Toyota recolher os seus impostos, qual seria o conselho que o ilustre Presidente Rodrigo

Rocha Loures daria ao Governador? Faz a dilação ou deixa a Toyota ou outras poderosas empresas se instalarem em outra parte do Brasil ou do mundo?

V. Sa. conhece muito bem, até melhor do que muita gente que está no governo, a situação atual do Paraná. Por isso da minha curiosidade em saber a opinião de V. Sa.

O SR. RODRIGO ROCHA LOURES:

Vejo que a vantagem comparativa do Paraná deve residir primordialmente, na questão da infra-estrutura, área de educação, mão-de-obra. Os meios e as vantagens, por exemplo, a região metropolitana de Curitiba é sabidamente uma região de excelência para a indústria automotiva a nível mundial. Então esse deve e tende a ser o fator determinante da escolha da Toyota. Certamente dada a natureza competitiva entre os estados, eu entendo que o Paraná deve estar oferecendo uma condição no mínimo equivalente ao que outros estados brasileiros possam estar oferecendo. Aí é uma questão de negociação. O que eu recomendo fortemente é procurar atrair a Toyota, porque a Toyota traz não só o seu empreendimento, mas traz como uma possibilidade de se instalar aqui na nossa região, uma tecnologia de gestão e de organização que é vencedora no mundo todo. Vejam que o que a Toyota está realizando de resultados, é uma coisa impressionante! Ela passou a General Motors em números e valores de venda e ela consegue operar com uma rentabilidade muito maior que da General Motors e com menos quadros. Então, é uma empresa muito melhor resolvida em termos de estratégia e de organização do que a General Motors, que é uma empresa muito respeitada.

Acho que trazemos esse know-how para o estado é muito interessante, porque ele tende a se propagar pelo tecido industrial do estado. Não vejo outro caminho para o Paraná, senão o do desenvolvimento industrial ou do desenvolvimento tecnológico, porque é o desenvolvimento industrial e tecnológico que vai permitir ganhos de produtividade e geração de riqueza consistente em todos os demais ramos da economia.

Deputada Rosane Ferreira (PV)

A SRA. ROSANE FERREIRA (Pela Ordem)

Queria cumprimentar o Sr. Rodrigo Rocha Loures, fazendo um registro.

Assim que nos elegemos, no dia 1º de outubro, na primeira semana recebemos um ofício da FIEP, assinado pelo senhor, nos cumprimentando pela vitória e nos repassando a agenda da FIEP/2006, uma agenda que colocava claramente a posição da FIEP perante os diversos projetos de lei que tramitavam nesta Casa. Aquilo foi muito importante para nós e já nos situava a maneira diferente com que trabalharíamos a relação com a indústria. A seguir fomos convidados pela Casa, pela FIEP, para participar de um seminário sobre desenvolvimento sustentável, onde foram abordados diversos assuntos:

outorga da água, o MDL, enfim, todos os cuidados com os recursos naturais. Foi muito importante para nós participarmos daquele movimento. Tudo isso, antes de tomarmos posse. Logo na sequência, fomos mais uma vez convidados pela Casa, a participar de um seminário sobre ética, onde tivemos o prazer de ouvir o Deputado Fernando Gabeira, trazido pela instituição que o senhor representa, para proferir uma palavra sobre essa questão tão séria que deveria nortear todos os momentos das nossas vidas, que é a questão da ética.

Então as minhas palavras são para parabenizá-lo pela forma como o senhor conduz esta instituição. Isso hoje é ressaltado pela sua presença aqui, nos trazendo e legitimando a nossa responsabilidade nesta Casa.

Muito obrigado.

O SR. RODRIGO ROCHA LOURES

Obrigado, Srs. Deputados, pela oportunidade que nos deram, à nossa Federação, para apresentarmos o nosso ponto de vista. Temos o maior apreço pelo Legislativo. O Legislativo é a Casa da Democracia, que representa o povo do nosso estado.

Somos e temos plena consciência que nós, industriais, industriais enquanto cidadãos, temos que valorizar a nossa instituição e usá-la, no sentido de encaminhar aqueles pleitos legítimos do nosso setor que, em última análise, entendemos que coincidem com os interesses do nosso estado e do nosso país.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Esta presidência deseja, em nome de toda Assembleia Legislativa, agradecer ao Presidente Rodrigo Rocha Loures, por mais essa etapa da agenda da FIEP. Dizer que foi realmente um privilégio recebê-lo, aqui, Dr. Rodrigo. Uma pena que não temos o tempo que gostaríamos de tê-lo, aqui, discutindo, debatendo assuntos tão importantes como os que temos em comum.

De qualquer maneira, lhe desejamos sucesso, bem como agradecemos a todos os seus companheiros de FIEP.

(Suspensa a Sessão)

Horário das Lideranças:

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Está reaberta a presente Sessão.

Passa-se ao Horário das Lideranças: PMDB; PTB, com a palavra Deputado Jocelito Canto.

Liderança do PTB: Deputado Jocelito Canto

O SR. JOCELITO CANTO

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas.

O Deputado Carlos Simões acabou de trazer aqui um convite e quero perguntar ao nosso Líder Deputado

Romanelli se é verdadeiro esse convite. Um convite para comparecimento à “escolinha”. É verdadeiro esse convite ou é brincadeira de mau gosto?

Sr. Presidente, foi entregue ao Deputado Carlos Simões aqui dentro desta Casa, e acho que se foi entregue dentro dessa Casa - tive o cuidado de verificar aqui a assinatura, me parece que se não for igual é semelhante a do Chefe da Casa Civil - queria consultar o nosso Líder Luiz Claudio Romanelli se é verdadeiro esse convite, porque estou abismado se for verdadeiro esse convite que o Deputado Carlos Simões recebeu aqui, Sr. Presidente, e repassou a nós na salinha de reuniões agora. Depois V. Exa. pode me dizer se é verdade ou se é brincadeira de mau gosto de alguém. Como circulou aqui na Casa, como esta urna aqui é democrática, vou ler o documento que circulou aqui, e se não for um documento oficial, foi feito de maneira a ser sacanagem de alguém. Só posso entender isso, mas está circulando aqui.

Diz o seguinte: “O Governo do Paraná, Casa Civil, Palácio Iguaçu, 25 de abril de 2007”. Tem o número aqui da circular.

“Sr. Deputado, comunico a V. Exa. que durante a próxima Escola de Governo, a ser realizada dia 8, será sorteado dentre os Deputados presentes um ônibus. É oportuno destacar que o Deputado sorteado deverá destinar o referido veículo ao município que desejar.

Cordialmente.

(a) RAFAEL IATAURO - Chefe da Casa Civil”

Sr. Presidente, estranhei esse convite e o Deputado Carlos Simões que passou para nós ali. Fui verificar dentre os requerimentos apresentados pelo Chefe da Casa Civil, Dr. Rafael Iatauro, e a assinatura é idêntica. Queria perguntar ao nosso Líder: isso aqui é brincadeira ou é verdade? Estou tratando em tom de brincadeira! Se for verdade isso aqui.

O Deputado Carlos Simões está aí e concedo a V. Exa. um aparte para que diga que o senhor passou isso à minha pessoa.

O Sr. Carlos Simões (PTB) (Aparte)

Deputado Jocelito, recebi aqui de um emissário da Liderança. Como faço rádio pela manhã eu lhe presenteei com esse convite, de repente o senhor ganha um Gol no sorteio, lá. Mas é verdadeiro.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Eu acho que a resposta fica mais por conta do Chefe da Casa Civil do que qualquer outra pessoa. Ninguém, aqui, vai poder responder a V. Exa., infelizmente. Mas, o Chefe da Casa Civil deve responder.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Sr. Presidente, se for verdade isso aqui, estou perplexo, porque o Deputado Carlos Simões passou a mim isto aqui e disse que foi a Liderança do Governo que passou. O Carlos Simões acabou de falar ao microfone, acabou de confirmar!

O Sr. Carlos Simões (PTB)

Foi um menino. Não estou vendo, mas já o encontro.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

É alguém da Casa, da Assembléia, que passou isso aqui?

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Da Assembléia, não.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Da Assembléia Legislativa. Não foi, Deputado Carlos Simões?

O Sr. Carlos Simões (PTB)

Sim, recebi aqui na sala.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Deve ter vindo pelo correio, então.

O Sr. Carlos Simões (PTB)

Não, não, não! Eu estava aqui na sala com os Deputados, e recebi. Faz uma meia hora.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

A assessoria do governo está informando que é verdade este documento. Está aqui o nosso assessor, dizendo que foi a Casa Civil que encaminhou.

Sr. Presidente, eu tenho cuidado para não fazer uma acusação que não seja verdadeira. Primeiro, porque sou radialista, não sou leviano, não tenho o costume de acusar sem ter provas. Mediante a palavra do assessor da Liderança do Governo, dizendo que este documento partiu da Casa Civil, conferindo as assinaturas que estão aqui no documento que recebi, que é idêntica ou igual, eu já não sei nem o que vou discursar.

Estou apavorado, Sr. Presidente! Já que é verdadeiro, vou ler de novo, em tom de comunicado. Se for brincadeira de alguém, vou ler em tom de brincadeira, como lê um radialista. Respeitando todos os companheiros, mas vou ler em tom de rádio. Eu sou um radialista e acho que os companheiros vão concordar comigo.

Utilidade pública! Atenção, Srs. Deputados, utilidade pública! Acabamos de receber da Casa Civil do Governo do Paraná: Palácio Iguaçu, 25 de abril de 2007, o seguinte documento: “Sr. Deputado, comunico a V. Exa. que durante a próxima Escola de Governo, a ser realizada dia 8 de maio, será sorteado, dentre os Deputados presentes, um ônibus. É oportuno destacar que o Deputado sorteado deverá destinar o referido veículo ao município que desejar. Cordialmente, Rafael Iatauro, Chefe da Casa Civil”.

Como foi confirmado que foi a Casa Civil quem entregou este documento, penso que é uma brincadeira de mau gosto. Isso aqui não pode ser verdade, até porque Deputado nenhum tem compromisso de ir a “escolinha”.

Os que vão são os do governo, que gostam do Governador, que são amigos do Governador. São Deputados e haverão de ter respeito com o governo.

O Sr. Stephanes Júnior (PMDB)

Deputado, parece que o Deputado Teruo, que vai a todas as reuniões, já tem até um garantido para ele. Não tenho certeza, mas é bem possível.

O Sr. Teruo Kato (PMDB)

Eu gostaria de esclarecer que eu realmente vou a todas as “escolinhas”. Sou Deputado de primeiro mandato, tenho interesse em conhecer os programas de governo e portanto tenho comparecido, realmente. E tem sido, assim, de grande importância para mim.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Acho que a “escolinha”, tirando aquela parte que vai para o ataque pessoal, acho que é boa. Ela faz bem, porque mostra, realmente, para todo mundo o que é o governo. Não sou contra, não. Não sou contra a “escolinha.” A “escolinha” é importante para mostrar o que está acontecendo. Agora, eu só estranho este documento falando que vai sortear um ônibus. Isto é um crime! Isto é um crime previsto em lei! Só se eu estiver errado. Como é que o governo vai pedir, dizer ao Deputado que ele vai ser sorteado! Não existe sorteio, Sr. Presidente! Sinceramente, estou abismado com isto aqui!

Acho que isto é gozação de alguém! E não estamos aqui para gozação, não estou brincando de ser Deputado. Estou trabalhando, fazendo minha parte. Tenho meus defeitos, mas sou Deputado eleito pelo povo!

Agora, isso aqui, se for verdadeiro, como diz a Liderança do Governo, é uma coisa de mau gosto, que não cabe à esta Casa. E Deputado nenhum deve comparecer à “escolinha” nesta semana, Deputado nenhum deve comparecer lá! Vou pedir aos companheiros, ninguém deve comparecer à “escolinha”, nem os do governo!

O Sr. Luiz Carlos Martins (PDT) (Aparte)

Deputado Jocelito, obrigado pelo aparte.

Apenas para sugerir que a Casa faça um requerimento ao Chefe da Casa Civil pedindo esclarecimentos, confirmando ou não esse convite.

É da maior gravidade o que estamos ouvindo, hoje, aqui, porque coloca toda a Assembléia numa situação deprimente, de gozação da mais baixa possível.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Sr. Presidente, só para encerrar.

Fiquei triste com isso e vejo a Liderança do Governo confirmando, agora, que foi por intermédio de um assessor da Casa Civil que trouxe. Não é, Deputado Carlos Simões?

O Sr. Carlos Simões (PTB)

É o seguinte: vários Deputados já receberam, aqui. Não vou citar nomes. Vários Deputados do PMDB, inclusive, receberam o mesmo convite.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Então, Sr. Presidente, esse é um problema que não cabe mais a figura do Deputado. Acho que é um problema para a direção da Assembléia resolver, porque não estamos aqui de gozação para ninguém, ainda mais para o governo.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Consulto à Liderança do PT se fará uso do seu tempo. Com a palavra o Sr. Tadeu Veneri.

Liderança do PT: Deputado Tadeu Veneri

O SR. TADEU VENERI

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas.

Ocupo a tribuna, no dia de hoje, até porque nós do Partido dos Trabalhadores não o fizemos na segunda-feira. Uma segunda-feira de Casa cheia, Sr. Presidente, surpreendentemente, inclusive.

Não poderia deixar de fazer, hoje, o registro do 1º de maio. 1º de maio que coincide, na mesma época, com os 30 anos de existência das Mães da Praça de Maio, que é um movimento de resistência na Argentina e que até hoje ainda busca pelos desaparecidos políticos que foram vítimas de um processo cruel, que foi a ditadura Argentina, onde os dados oficiais falam em 20 mil mortos e desaparecidos, extra-oficialmente fala-se em mais de 30 mil pessoas.

Essa data é significativa, Sr. Presidente, porque há 121 anos, no dia 1º de maio, foi justamente a data em que teve essa referência pelo início de uma greve, nos Estados Unidos, pela redução da jornada de trabalho. Uma redução de jornada de trabalho para 8 horas, coisa que nós, ainda, no Brasil continuamos buscando fazer e que, muitas vezes, não temos conseguido. Basta ver as matérias que saíram nos jornais, no últimos dias, a respeito dos cortadores de cana que, infelizmente, têm uma vida útil inferior à vida útil de 12 anos, inferior aos escravos, a partir do ano de 1850, que tinham uma vida laboral considerada útil de 30 anos. Hoje, nossos cortadores de cana vivem menos em termos de produtividade laboral, em produção de trabalho, em condição de saúde, que os escravos há mais de 100 anos atrás. Acho que, num momento oportuno, nós vamos fazer uso desta tribuna para esse debate.

A referência, em meu nome, em nome do Partido dos Trabalhadores, dos Deputados e da Deputada Luciana Rafagnin, que quero fazer é que justamente essa repressão policial ocorrida na greve, resultou em dezenas de mortes e centenas de feridos, teve 8 líderes sindicais

presos durante a assembléia do dia 04 de maio, todos foram julgados imediatamente e todos considerados culpados.

August Spies, Georg Engel, Adolf Fischer, Albert Parsons e Louis Lingg são condenados à força. Michael Schwabb e Samuel Fielden são punidos com prisão perpétua. Oscar Neeb é condenado a 15 anos de prisão.

Louis Lingg suicida-se na prisão, na véspera de sua execução. Deixa um bilhete onde reafirma suas convicções e diz que se matava para não permitir que um carasco a serviço da burguesia tocasse suas mãos imundas em seu corpo. Um bilhete que me parece extremamente significativo para nós trabalhadores.

Hoje, continuamos vendo a exploração que sofrem os trabalhadores, as trabalhadoras, e a enorme massa de pessoas excluídas do processo produtivo em nosso país e fora do nosso país. Por isso, é sempre bom lembrarmos que se hoje nós fazemos uma luta e uma referência ao 1º de maio é pelas lutas tidas por esses trabalhadores, é pelas lutas feitas há centenas de anos por trabalhadores em busca da redução da jornada e melhores condições de vida.

O dia 1º de maio é um dia que deve ser lembrado por todos aqueles que querem uma sociedade onde não sejamos escravos uns dos outros e que não tenhamos como única forma de rendimento, a nossa força de trabalho. Por isso, ainda que tardiamente, a referência pelo dia 1º de maio.

Outro motivo que me traz aqui, Sr. Presidente, gostaria de externar uma preocupação. Todos os senhores e senhoras acompanharam a operação desenvolvida pela Polícia Federal, as duas operações: Operação Furacão, que não se sabe o porquê usou-se o nome em inglês e a Operação Themis, que é justamente a deusa da justiça. A Operação Furacão chamou mais a atenção, até porque tivemos algumas prisões, como já tivemos oportunidade de relatar aqui e desdobramentos.

Esta semana vence os 8 dias dados aqui a pedido do Tribunal de Justiça, para que fosse feita uma investigação se de fato houve interferência do Ministro do Superior Tribunal de Justiça, Paulo Medina, quando do concurso para Juiz aqui no estado do Paraná. É bom lembrar, que uma das pessoas que passou no concurso, Leonardo Acioli, genro do Ministro do Superior Tribunal de Justiça, Paulo Medina, justamente um dos detidos na operação, foi em princípio levantada a suspeição a respeito da sua condição de fazer a prova.

Foi solicitado 8 dias para que fosse feita uma análise grafotécnica para saber se de fato foi ele que assinou e o que é mais grave ainda, Deputado Rossoni, se foi ele que veio fazer a prova.

Acredito que os 8 dias já estão passados. Sei que os jornais acompanham esse caso, mas é uma preocupação que, como cidadão e como Deputado, eu tenho.

Acho que temos no Judiciário, talvez um dos Poderes com maior credibilidade de todos os poderes. Sabemos a dificuldade do descrédito que o Legislativo

tem, até por ser um Poder que está exposto constantemente. Até por nós, muitas vezes, estarmos praticamente com todas ações negativas na mídia poucas ações positivas colocadas. E esse é o processo. Sabemos também da exposição que sofre o Executivo, mas pouquíssimas vezes conseguimos ver, ouvir ou saber de algumas situações que vive o nosso Poder Judiciário.

Então, no momento em que determinadas pessoas que ocupam cargos de destaque no Judiciário, são Ministros, Desembargadores, Juizes, e que têm não só a prisão solicitada, mas que têm também suspeição sobre pessoas desse poder. Acredito que é extremamente necessário que tenhamos, nos próximos dias, uma manifestação aqui no Tribunal de Justiça, no Poder Judiciário do Estado do Paraná, para que saibamos se de fato a prova realizada por esse senhor que passou em 17º lugar, dos 12 que já assumiram, o 17º está aguardando vaga para ser chamado. É extremamente importante que não paire nenhuma dúvida sobre a lisura do processo e principalmente sobre a lisura da aprovação dessa pessoa que estamos falando.

Sei que a Gazeta do Povo fez matéria, sei que outros jornais estão fazendo também, e espero que nos próximos dias possamos ter uma resposta definitiva a respeito dessa situação.

É essa a consideração que eu queria fazer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Bloco PSB/ PL/PRB/PV, Bloco PPS/ PMN. Liderança da Oposição, com a palavra o Deputado Valdir Rossoni.

Liderança da Oposição: Deputado Valdir Rossoni (PSDB)

O SR. VALDIR ROSSONI

Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados.

Deputado Luiz Carlos Martins, não quero me aprofundar muito nessa questão da correspondência encaminhada pelo Chefe da Casa Civil, porque é tão grotesca, estapafúrdia e tanta falta de respeito, não a mim, nunca fui à “escolinha”. O Deputado Teruo, com todo o respeito que lhe é peculiar, agora há pouco disse: sou frequentador da escola, porque sou Deputado de primeiro mandato e quero me inteirar dos programas do governo.

Deputado Nelson Justus, ilustre Presidente desta Casa, a Oposição está entrando com um requerimento para convocar o Chefe da Casa Civil. Ele terá que vir esclarecer aqui, terá que sentar naquela cadeira e dizer de quem é o dinheiro para comprar o ônibus. Se o dinheiro é público, o governo não é o seu dono. O dinheiro público é para estabelecer prioridades - quais são os municípios que precisam de recursos.

Gostaria que os Srs. Deputados que estiverem preocupados com a sua honra, ouvissem o meu pronunciamento, mesmo que não os convença. A pergunta que

fazemos agora para todos os Deputados interessados em sua honra: esse ônibus que será sorteado pelo Sr. Governador na “escolinha”, na terça-feira, é dinheiro de quem? Dinheiro público não é para fazer sorteio. Há prioridades, planos de governo e objetivos. Se o Chefe da Casa Civil não está acostumado a respeitar esta Casa, virá aqui para explicar.

Segundo, o Sr. Governador, como ele partiu para o campo pessoal, ele deu uma declaração nos jornais, Deputado Luiz Carlos Martins, dizendo que os ilustres Deputados que estão propondo a CPI, deveriam ter proposto quando foram vendidas as ações da SANEPAR, e tacha os Deputados da Oposição de ladrões. Faço uma pergunta: será que esse ônibus talvez não seja comprado com os 2 milhões que sumiram da SANEPAR, que dizem que foi para o Hora H? O Hora H denuncia, hoje, que não recebeu esses recursos e que é preocupação do Governador. É importante que o Chefe da Casa Civil venha aqui e diga quem é que está comprando o ônibus, porque começo a acreditar que não é dinheiro público, senão não seria feito o sorteio e seria estabelecida uma prioridade, Deputado Douglas.

Como a preocupação do Governador sumiu da SANEPAR - estou com o mal da água, vivendo no deserto, porque só trabalho com SANEPAR, agora - esses dias, denunciamos aqui uma fábrica de corrupção nos seguros. Foram levantadas também evidências verdadeiras dos aditivos e equilíbrios dentro da SANEPAR e agora o Governador está preocupado porque sumiram R\$ 2 milhões e que quiseram colocar a culpa dizendo que o dinheiro tinha ido para o Hora H - porque tinha que achar um lugar para onde tinham ido os 2 milhões - mas os 2 milhões não chegaram ao jornal. Está aqui a reportagem do Hora H, dizendo que agora também quer saber para onde foram os 2 milhões. Se o Hora H, segundo diz aqui, diz que não recebeu o dinheiro e o Governador diz que o dinheiro saiu da SANEPAR, onde está o dinheiro?

Então, por isso começo a pensar que a hora que se faz sorteio, talvez esse dinheiro esteja vindo da Lei Pelé, que vem o dinheiro do esporte e que o Paraná está incluído entre os estados que o Tribunal de Contas da União encontrou irregularidades. Então, muitos podem não achar que seja séria essa questão. Eu ainda não acredito que isso seja de autoria do Chefe da Casa Civil, com a idade que ele tem, com a experiência que ele tem, com a atividade política que ele tem, porque vi esse homem todo dia sentado na mesa do Governo Jaime Lerner, tomando decisões junto, e agora está tomando decisões junto com o Governo Requião. Então, experiência não lhe falta. Ainda acredito que ele chegará e vai dizer o seguinte aqui e duvido que o Líder do Governo se posicione contra. Ele chegará aqui e dirá: “não, isso aí não é de minha autoria”. Aí, vamos mandar para a Polícia Federal, que vai ver quem é o falsário e talvez seja o mesmo que falsificou as apólices da SANEPAR. De repente esse cidadão está querendo criar um outro fato para desviar a nossa atenção da questão mais importante.

Não é o convite que nos cria dificuldades, até porque não fui convidado, o Douglas não foi convidado, os Deputados de Oposição não foram convidados. Agora, temos que nos explicar aqui. Estou pensando aqui com meus botões: será que esse convite não foi falsificado e não é de autoria do Chefe da Casa Civil? Porque um homem experiente não faria isso, pelo menos no meu entendimento. E segundo: se há falsificação ou se há adulteração da assinatura do Chefe da Casa Civil, será que não foi o mesmo corretor das seguradoras da SANEPAR? E aí, quando entra no sorteio, é a pergunta que faço: se o Governador está preocupado com os 2 milhões que sumiram da SANEPAR e que disseram que tinham ido para o Hora H e agora o Hora H está dizendo que não e que também quer saber do dinheiro, imagina se o Governador não quer saber onde foi o dinheiro e imagina se nós não queremos saber onde foi o dinheiro!

Concedo um aparte ao Deputado Douglas.

O Sr. Douglas Fabrício (PPS)

Deputado Valdir Rossoni, quando vi o pronunciamento sobre esse convite - primeiro quero só reforçar que não recebi esse convite - fiquei entristecido quando ouvi o seu pronunciamento falando dos 2 milhões da questão da SANEPAR, quer dizer que o caso da SANEPAR ainda não terminou. E com relação à questão dos prêmios oferecidos aos Deputados no caso do ônibus, acho isso uma vergonha, porque o papel de Deputado não é de distribuir presentinho para ninguém, não é distribuir presentes nas comunidades: vai lá o Deputado, faz um evento e distribui ambulância. Esse não é o papel de Deputado! Papel de Deputado é fazer aqui a fiscalização, é propor projetos, leis, aquilo que melhore a qualidade de vida das pessoas. E o nosso papel, agora espero que desencadeie de repente até numa CPI esta questão da SANEPAR, porque a cada dia que passa eu fico mais assustado com as denúncias, com o que acontece nesse item SANEPAR e nesse item que envolve dinheiro público.

E mais, quando fala em distribuir ônibus, é dinheiro público. Se foi brincadeira, não deve ser brincadeira com a Assembléia. É deste jeito que desmoraliza todos os Deputados.

Ainda ontem, Deputado Valdir Rossoni, eu vi na televisão um programa criticando os Deputados, porque tinha só 34 aqui na Sessão e não 54, como era para ter na Sessão de segunda-feira. E assim, aparece um convite para deixar ainda mais abaixo o Deputado.

Então, temos que reagir! Os Deputados têm que reagir porque isto é sério, não é brincadeira! Aqui na Assembléia é lugar de gente séria.

O Sr. Elio Rusch (Democratas)

Permite um aparte, Deputado?

(Assentimento)

Na semana passada, quando eu usava esta tribuna e fazia minhas colocações em relação a afirmação do Governador do Estado do Paraná, que no dia antes ao meu pro-

nunciamento havia declarado na “escolinha do professor Roberto Requião”, que além de ele estar obrigando as pessoas de 1º e 2º escalão a frequentar a escola - eu não iria aceitar isto jamais - que o Governador estaria brincando com a Assembléia Legislativa, quando ele disse na “escolinha” que iria sortear uma ambulância para os Deputados, aliás, não iria sortear, iria doar uma ambulância para o Deputado que fosse assistir 4 “escolinhas” seguidas. Eu achei isto uma afronta contra o Poder Legislativo, Deputado Nelson Justus. Agora está circulando aqui no Plenário um convite do Chefe da Casa Civil para na próxima “escolinha” ser sorteado um ônibus.

Deputado Valdir Rossoni, aonde que nós chegamos? O que o Governador, o Chefe da Casa Civil estão pensando do Poder Legislativo? E o que eu estranho mais é que o Roberto Requião, Governador do Paraná, foi Deputado desta Casa, foi Senador da República, ele sabe do papel do Legislativo. Não é possível que o Poder Executivo do Paraná brinque com o Poder Legislativo!

Deputado Caíto Quintana, V. Exa. já foi Chefe da Casa Civil, com toda certeza o senhor jamais permitiria que isto viesse a acontecer no Palácio Iguaçu. O senhor não permitiria, porque eu conheço o senhor, o senhor foi o Relator da nossa Constituição e o senhor vive o Parlamento, o senhor vive a Assembléia Legislativa. Agora, não é possível que o Chefe da Casa Civil, que é meu amigo, meu amigo Rafael Iatauro, faça uma brincadeira destas, brincadeira de mau gosto, sortear um ônibus na próxima “escolinha” do Roberto Requião para os Deputados que estiverem presentes.

É por esta razão que o senhor está de parabéns, como Líder da Oposição, de convocar o Chefe da Casa Civil para dizer se foi ou não foi iniciativa dele. Se ele negar, sim, manda para a Polícia Federal, faça um exame grafotécnico para confirmar a assinatura.

O Sr. Luiz Carlos Martins (PDT)

Permite um aparte, Deputado?

(Assentimento)

Sabe o que é, Deputado Rossoni, o jogo no Paraná - olha a gravidade - com esta atitude o jogo no Paraná está sendo estatizado, o bingo está sendo estatizado. Vou parar por aqui, porque este ônibus ainda vai dar muito o que falar. Eu não sei se vai ter lugar para todo mundo nesse ônibus.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Apenas para concluir, Sr. Presidente, temos que ter um cuidado todo especial, vamos tomar as atitudes que nos cabem nesta situação, mas cuidado, de repente é o mesmo falsário da SANEPAR e não podemos deixar desviar a atenção do que estamos investigando: aonde foi o dinheiro dos seguros, aonde foi o dinheiro do reequilíbrio, aonde foi o dinheiro dos aditivos e aonde foram os 2 milhões que, inclusive, o Governador está preocupado e nós também e não chegou no Hora H.

Era isto, Srs. Deputados.

O SR. ANTONIO BELINATI (PP) (Pela Ordem)

Sr. Presidente Nelson Justus, na semana passada o Deputado Federal Clodovil, que por sinal foi criado aqui no norte do Paraná, na região de Mandaguari, foi infeliz numa acusação às mulheres brasileiras. O Clodovil afirmou que a mulher brasileira está muito vulgar, ordinária e cheia de silicone. Está havendo uma reação inclusive para que o Conselho de Ética tome providências quanto ao Clodovil, porque foi uma ofensa grave, porque ele generalizou tentando desmoralizar a mulher brasileira. Então, o nosso respeito à mulher.

Em segundo, Sr. Presidente, na comemoração ontem ao Dia do Trabalhador, o Presidente da Força Sindical, Paulinho, outra pessoa criada aqui no Paraná, em Porecatu, sugeriu aos trabalhadores, a partir de agora, cuidarem do meio ambiente porque até agora quem cuidava do meio ambiente era só veado.

Ora, Sr. Presidente, estou até dizendo o termo, me perdoe, mas é o termo que está estampado na imprensa do país inteiro. Eu fico imaginando essas crianças que os pais ficavam orgulhosos de saber que elas estavam nas escolas tendo aulas de meio ambiente, crianças, adolescentes, jovens e até pessoas mais amadurecidas que sabem da importância de preservarmos o nosso meio ambiente. Então, o Paulinho, valoroso Presidente da Força Sindical, “pisou no tomate, escorregou na casca de banana”, ofendeu, generalizou os brasileiros! Cuidar da ecologia independe da opção sexual! Quero crer, Sr. Presidente, que é dever de todos que amam a nossa pátria e o nosso planeta.

Muito obrigado.

A SRA. BETI PAVIN (PMDB) (Pela Ordem)

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Só para melhor orientar com relação à LDO, dizer que nos últimos dias temos sido questionados, este Plenário tem sido questionado com relação às metas e prioridades que contemplam esse projeto. Com certeza não tem condições de ser apreciado o referido projeto, sem que essas metas e prioridades sejam anexadas.

Então, com essa preocupação, a Comissão de Orçamento, através do seu Relator, Deputado Nereu que aqui se faz presente, na semana passada fez uma solicitação ao Secretário do Planejamento, Secretário Ênio. Hoje conversamos com ele e ele disse que tem o maior respeito por esta Casa e na verdade, como esse ano vem para cá o PPA e como sempre foi de praxe vir junto com o PPA, por isso não foi encaminhado, mas que nos próximos dias, até o princípio da próxima semana, será encaminhado para esta Casa para ser apreciado.

Informar também que a Comissão de Orçamento está encaminhando um pedido prorrogando a solicitação para o encaminhamento das emendas até o dia 14 de maio. Informamos também aos Srs. Deputados que, se houver necessidade, faremos mais um pedido de prorrogação, para que todos os Deputados possam apreciar essas metas que serão encaminhadas para cá, para que

todos possam participar e apresentar suas emendas para esse projeto que está sendo apreciado por esta Casa.

Era isso, muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Quero aproveitar até a oportunidade para cumprimentar a Presidente e os membros da Comissão de Orçamento, porque realmente foi motivo de um requerimento do Deputado Ademar Traiano, se não me falha a memória, na última Sessão e portanto V. Exa. já antecipa o resultado do pedido formulado no requerimento. Quando entrei em contato com o Secretário, hoje, ele disse: “Presidente, o senhor está atrasado, porque a Deputada Beti, Presidente da Comissão de Orçamento, já está também com o requerimento na Casa”.

Por isso, parabéns e muito obrigado.

O SR. MARCELO RANGEL (PPS) (Pela Ordem)

Com relação a este assunto a respeito do ônibus, acho que foi uma brincadeira de extremo mau gosto e irresponsável.

Vou falar sobre algo muito sério, falo pela presidência da Comissão de Obras, Transportes e Comunicação. Hoje, após a Sessão, vai acontecer uma reunião extraordinária na sala da presidência, aqui atrás do Plenário, para tratar sobre as informações que recebi do Tribunal de Contas do Paraná, sobre os gastos do Governo em publicidade nos anos de 2005 e 2006. Gostaria de contar com a presença dos 7 membros Parlamentares por se tratar de um assunto de extrema gravidade e importância, envolvendo irregularidades na forma de distribuição do erário público em gastos de publicidade, ferindo todos os princípios de publicidade. Hoje, inclusive, estou encaminhando à Mesa um requerimento pedindo a convocação - não é convite, estou pedindo a convocação - do Sr. Secretário Ailton Pissetti para prestar esclarecimentos sobre os critérios técnicos adotados pela Secretaria de Comunicação na distribuição e no emprego dos recursos públicos em publicidade.

Era isso.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Liderança do Governo.

***Liderança do Governo: Deputado
Luiz Claudio Romanelli (PMDB)*****O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI**

Agradeço, Sr. Presidente.

Penso que era necessário esclarecer aos Srs. e Sras. Parlamentares da melhor utilização do tempo do Pequeno Expediente, do Horário das Lideranças, para que os assuntos pudessem ser abordados de uma forma efetiva no tempo próprio e penso que seria muito interessante. Mas queria hoje, aqui, no exercício da Liderança do Governo, ter o prazer de entregar ao Deputado Luiz Carlos Martins, que tem reiteradamente solicitado

a resposta e também ao Líder da Oposição, a resposta relativa a aquisição dos televisores por parte da Secretaria de Educação. V. Exa. fez um acordo conosco e quero que o senhor receba a resposta ao seu pedido de informação.

Queria ainda, Sr. Presidente, dizer que amanhã estaremos encaminhando a esta Casa uma resposta da Paraná Esportes a respeito daquela informação que saiu publicada nos jornais, hoje, da Controladoria Geral da União, e diga-se de passagem, nota muito bem posta e que esclarece de forma definitiva o que de fato aconteceu. Na verdade é muito interessante, todos terão uma compreensão e a questão será devidamente esclarecida.

No mais, queria concluir o meu pronunciamento me associando ao Deputado Belinati, também acho, Deputado, que foi de muito mau gosto as declarações feitas pelo costureiro, hoje Deputado, Clodovil, em relação às mulheres, principalmente num país onde a mulher, durante décadas, foi discriminada e hoje vemos as mulheres cada vez mais ocupando um espaço no mercado de trabalho. E mais do que no mercado de trabalho, no processo de conhecimento as mulheres hoje têm a igualdade formal na esfera do relacionamento conjugal, no casamento, algumas até mandam mais do que os maridos. E as mulheres, efetivamente, hoje disputam o mercado de trabalho na nossa sociedade.

Por isso, são absolutamente absurdas as declarações e eu quero me associar, porque basta olhar aqui na nossa Casa e ver não só as nossas Deputadas, mas as servidoras desta Casa, as pessoas que trabalham, que lutam e que são grandemente responsáveis pelas atividades deste Parlamento. Por isso me associo aqui. Certamente as mulheres a que se refere o costureiro Clodovil, são aquelas que durante a vida dele, ele serviu. Aquela minoria da elite privilegiada, da elite que está absolutamente desconectada da realidade das verdadeiras mulheres deste nosso país, das mulheres que nos orgulhamos muito.

Era isso, Sr. Presidente.

Ordem do Dia:

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de número legal.

Leitura do Expediente

Sobre a mesa, Indicação nº 083/07, de autoria do Sr. Deputado Douglas Fabrício, constante do expediente, propondo a instalação de mais uma Subdivisão Policial, bem como a instalação do Batalhão de Polícia Militar no município de Umuarama. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 088/07, de autoria do Sr. Deputado Douglas Fabrício, constante do expediente, propondo a

pavimentação asfáltica da PR-553, no trecho que liga Luiziana a Mamborê. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 089/07, de autoria do Sr. Deputado Douglas Fabrício, constante do expediente, propondo a conclusão da pavimentação asfáltica da estrada Campo Mourão - Fazenda Boa Esperança. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 090/07, de autoria do Sr. Deputado Douglas Fabrício, constante do expediente, propondo a instalação de um redutor de velocidade na BR-369, sentido Cascavel - Campo Mourão. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 091/07, de autoria do Sr. Deputado Douglas Fabrício, constante do expediente, propondo a pavimentação asfáltica da BR-158, no trecho que liga os municípios de Campo Mourão e Roncador. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 088/07, de autoria do Sr. Deputado Fábio Camargo, constante do expediente, sugerindo a construção e pavimentação do Contorno Norte de Cambé e Londrina. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 093/07, de autoria do Sr. Deputado Fábio Camargo, constante do expediente, propondo que sejam tomadas providências para o recapeamento e construção de acostamento na rodovia PR-218. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 094/07, de autoria do Sr. Deputado Fábio Camargo, constante do expediente, sugerindo a cidade de Campo Mourão para a construção de uma Biblioteca Cidadã. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Expediente subscrito pela Mesa Executiva, constante do expediente, designando o Sr. Deputado Ney Leprevost, para representar esta Casa de Leis e a Comissão de Saúde Pública, nos dias 03 e 04 de maio do corrente ano, em visita a instituições hospitalares nos municípios de Piraí do Sul, Wenceslau Braz, Siqueira Campos, Santo Antônio da Platina, Jacarezinho e Santa Mariana. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei complementar, de autoria do Sr. Deputado Reni Pereira, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Nelson Justus, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em número de 03 (três), de autoria do Sr. Deputado Alexandre Curi, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Nereu Moura, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em número de 02 (dois) de autoria do Sr. Deputado Felipe Lucas, constantes do expediente.

Necessitam de apoioimento. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Discussão/Votação

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

Redação Final

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei Complementar nº 058/07, de autoria do Deputado Luiz Claudio Romanelli, que institui o Sistema Estadual de Habitação de Interesse Social - SEHIS; institui o Conselho Estadual de Habitação de Interesse Social; cria o Fundo Estadual de Habitação Regularização Fundiária de Interesse Social e dá outras providências. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 058/07
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Capítulo I

Do Sistema Estadual de Habitação de Interesse Social

Seção I

Objetivos, Princípios e Diretrizes

Art. 1º Fica instituído o Sistema Estadual de Habitação de Interesse Social - SEHIS, com o objetivo de:

I - articular, compatibilizar, acompanhar e apoiar a atuação dos órgãos e entidades que desempenham funções no campo da habitação de interesse social;

II - viabilizar e promover o acesso à habitação urbana e rural para a população de menor renda, implementando políticas e programas de investimentos e subsídios.

Art. 2º Na estruturação, organização e atuação do SEHIS deverão ser observadas as seguintes diretrizes e princípios, sem prejuízo daqueles estabelecidos na Lei Federal nº 11124, de 16 de junho de 2005:

I - integração dos projetos habitacionais com os investimentos em saneamento, infra-estrutura e equipamentos urbanos relacionados à habitação, assegurando a eliminação de barreiras arquitetônicas que impeçam a livre movimentação dos portadores de deficiência;

II - utilização prioritária de terrenos de propriedade do poder público para implantação de projetos habitacionais de interesse social;

III - implantação de políticas de acesso a terra urbana e rural necessárias aos programas habitacionais de acordo com o pleno desenvolvimento das funções sociais da propriedade;

IV - incentivo ao aproveitamento das áreas não utilizadas ou subutilizadas, existentes nas cidades, conforme disposição dos Planos Diretores municipais;

V - compatibilização das políticas federais, estaduais e municipais no setor habitacional, bem como das demais políticas setoriais de desenvolvimento urbano, ambientais e de inclusão social;

VI - emprego de formas alternativas de produção e acesso à moradia;

VII - incentivo à pesquisa e ao desenvolvimento tecnológico na área habitacional;

VIII - democratização e publicidade dos procedimentos e processos decisórios e de contratação, como forma de permitir o acompanhamento pela sociedade;

IX - desconcentração de poderes, descentralização de operações e estímulo a iniciativas não governamentais;

X - economia de meios, racionalização de recursos e equilíbrio econômico-financeiro;

XI - adoção de regras estáveis, simples e concisas;

XII - adoção de mecanismos adequados de acompanhamento e avaliação e de indicadores de impacto social das políticas, planos e programas habitacionais;

XIII - cooperação entre os agentes públicos e privados no processo de urbanização, produção de habitação e de regularização fundiária, em atendimento ao interesse social;

XIV - incentivo às ações de regularização fundiária urbana, individuais ou coletivas, que tenham como fim áreas habitadas por população de menor renda;

XV - desenvolvimento de programa habitacional acompanhado de políticas de inclusão social;

XVI - adoção de mecanismos de quotas para idosos, deficientes e famílias chefiadas por mulheres.

Seção II

Da Composição

Art. 3º Integrarão o Sistema Estadual de Habitação de Interesse Social - SEHIS:

I - o Conselho Estadual de Habitação de Interesse Social - CEHIS, como órgão central;

II - a Companhia de Habitação do Paraná - COHAPAR, como órgão coordenador;

III - órgãos da administração pública direta e indireta, estadual e municipal, conselhos municipais de habitação, bem como entidades regionais ou metropolitanas que desempenhem funções na área de habitação de interesse social, complementares ou afins;

IV - cooperativas, consórcios, sindicatos, empreendedores privados, associações comunitárias, fundações e quaisquer outras entidades privadas, com ou sem finalidade lucrativa, que desempenhem atividades na área de habitação de interesse social, complementares e afins;

V - instituições financeiras que operem no campo da habitação de interesse social.

Capítulo II

Do Conselho Estadual de Habitação de Interesse Social - CEHIS

Art. 4º Fica criado o Conselho Estadual de Habitação de Interesse Social como órgão central do Sistema Estadual de Habitação de Interesse Social, competindo-lhe, nos termos desta lei:

I - aprovar a Política Estadual de Habitação de Interesse Social, a ser proposta pela Companhia de Habitação do Paraná - COHAPAR, e fixar as diretrizes, estratégias e instrumentos, bem como as prioridades para o seu cumprimento;

II - aprovar os programas de alocação de recursos do Fundo Estadual de Habitação e Regularização Fundiária de Interesse Social - FEHRIS e baixar normas relativas a sua operacionalização;

III - fixar as condições gerais quanto a limites, contrapartida, prazos, atualização monetária, juros, seguros obrigatórios e os requisitos necessários à obtenção de empréstimo e financiamento com recursos do Fundo Estadual de Habitação e Regularização Fundiária de Interesse Social - FEHRIS;

IV - estabelecer a política de subsídios do Sistema Estadual de Habitação de Interesse Social;

V - definir mecanismos de acompanhamento e controle dos órgãos e entidades referidos no artigo 3º desta lei, em relação às operações do Sistema Estadual da Habitação de Interesse Social;

VI - determinar as garantias a serem exigidas dos tomadores de empréstimos, de forma a assegurar a liquidez dos pagamentos, bem como estabelecer o detentor do risco de crédito e suas responsabilidades perante o Fundo Estadual de Habitação de Interesse Social;

VII - estabelecer normas para registro e controle das operações com recursos do FEHRIS;

VIII - estimular o desenvolvimento de programas de pesquisa e assistência, voltados à melhoria da qualidade e a redução de custos das unidades habitacionais;

IX - dirimir dúvidas quanto à aplicação das normas regulamentares relativas ao SEHIS, nas matérias de sua competência;

X - criar câmaras técnicas setoriais;

XI - propor uma política de incentivo a associações e cooperativas habitacionais, sem fins lucrativos;

XII - apoiar as iniciativas de regularização fundiária urbana, individuais ou coletivas, que tenham como fim áreas habitadas por população de menor renda.

XIII - elaborar seu Regimento Interno.

XIV - o Conselho Estadual de Habitação de Interesse Social - CEHIS, deve promover audiências públicas e conferências, representativas dos segmentos sociais existentes, para debater e avaliar critérios de alocação e programas habitacionais no âmbito do SEHIS.

Parágrafo Único. Para o cumprimento do disposto nos incisos II e V deste artigo, a Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral deverá comunicar ao

Conselho Estadual de Habitação de Interesse Social, no final de cada exercício, o orçamento do Fundo Estadual de Habitação e Regularização Fundiária de Interesse Social para o exercício seguinte.

Art. 5º O Conselho Estadual de Habitação de Interesse Social terá a seguinte composição:

I - O Diretor-Presidente da Companhia de Habitação do Paraná - COHAPAR, na qualidade de Presidente do Conselho;

II - 1 (um) representante da Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral;

III - 1 (um) representante da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano;

IV - 1 (um) representante da Companhia Paranaense de Energia - COPEL;

V - 1 (um) representante da Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR;

VI - 1 (um) representante do Instituto Ambiental do Paraná - IAP;

VII - 2 (dois) representantes da sociedade civil;

VIII - 3 (três) representantes dos movimentos populares.

§ 1º Os membros do Conselho Estadual da Habitação de Interesse Social, e respectivos suplentes, serão nomeados pelo Governador do Estado, para um mandato de 02 (dois) anos, permitida a recondução.

§ 2º Será convidado a participar do Conselho Estadual de Habitação de Interesse Social, com direito a voz e sem direito a voto, um representante da Caixa Econômica Federal - CEF.

§ 3º A Secretaria Executiva do Conselho Estadual de Habitação - CEH, será exercida pela Companhia de Habitação do Paraná - COHAPAR, que proporcionará o apoio técnico-administrativo necessário ao seu funcionamento.

§ 4º Os representantes da sociedade civil e dos movimentos populares serão indicados pelas entidades representativas nos termos do regulamento, garantido o princípio democrático de escolha.

Art. 6º As decisões do Conselho Estadual de Habitação de Interesse Social - CEHIS, serão tomadas por maioria simples de votos de seus membros, com a presença de no mínimo 4 (quatro) de seus membros, contado o Presidente.

Parágrafo Único. O voto do Presidente será exigido apenas em caso de empate.

Art. 7º A função de Conselheiro do Conselho Estadual de Habitação de Interesse Social - CEHIS, não será remunerada, mas considerada serviço público relevante prestado à sociedade.

Parágrafo Único. Os representantes dos movimentos populares terão suas despesas de deslocamento, hospedagem e alimentação custeadas pelo governo estadual, quando em exercício das funções do Conselho, de modo a garantir a ampla participação.

Capítulo III

Da Companhia de Habitação do Paraná - COHAPAR

Art. 8º O estado do Paraná, por intermédio da Companhia de Habitação do Paraná, orientará a ação dos órgãos públicos e da iniciativa privada com atuação na área habitacional, priorizando o atendimento à população de menor renda.

Art. 9º Caberá à Companhia de Habitação do Paraná - COHAPAR, como órgão coordenador do Sistema Estadual de Habitação de Interesse Social:

I - formular a Política Estadual de Habitação de Interesse Social;

II - articular a Política Estadual de Habitação de Interesse Social com as demais políticas setoriais dos governos federal, estadual e municipais;

III - proporcionar ao Conselho Estadual de Habitação de Interesse Social a estrutura e o apoio técnico e administrativo necessário ao seu funcionamento, competindo-lhe:

a) elaborar ou analisar os projetos habitacionais municipais;

b) fiscalizar a perfeita execução das obras, segundo o projeto e seu cronograma;

c) realizar o credenciamento e a habilitação das entidades aptas para operar no Sistema Estadual de Habitação de Interesse Social;

d) analisar a prestação de contas dos recursos aplicados por terceiros;

e) viabilizar estrutura técnica para assessorar os programas e projetos habitacionais e de regularização fundiária de interesse social desenvolvidos por cooperativas, consórcios, sindicatos, empreendedores privados, associações comunitárias, fundações e quaisquer outras entidades privadas, com ou sem finalidade lucrativa;

IV - firmar contratos, convênios ou outros instrumentos de cooperação técnica com os municípios e as demais organizações integrantes do Sistema Estadual de Habitação de Interesse Social;

V - desenvolver projetos de regularização fundiária e urbanística de áreas ocupadas em desconformidade com a lei para fins de habitação por população de menor renda.

Capítulo IV

Do Fundo Estadual de Habitação e Regularização Fundiária de Interesse Social

Seção I

Objetivos, Fontes e Administração

Art. 10. Fica criado o Fundo Estadual de Habitação e Regularização Fundiária de Interesse Social - FEHRIS, de natureza contábil, com o objetivo de centralizar os recursos para os programas e ações estruturados no âmbito da Lei Federal nº 11124/05, destinados a imple-

mentar políticas habitacionais e de regularização fundiária direcionadas à população de menor renda.

Art. 11. O FEHRIS é constituído por:

I - dotação orçamentária específica;

II - recurso do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social, de que trata a Lei Federal nº 11124, de 16 de junho de 2005;

III - contribuições e doações de pessoas físicas e jurídicas de direito público e privado;

IV - provenientes de ajuda e cooperação internacional e de acordos bilaterais entre governos;

VI - financeiros, materiais ou imóveis provenientes da participação de prefeituras municipais;

VII - bens imóveis transferidos por pessoas jurídicas, destinados à implantação de projetos de desenvolvimento habitacional urbano e rural;

VIII - receitas operacionais e patrimoniais de operações realizadas com seus saldos financeiros disponíveis; e,

IX - outros recursos que lhe vierem a ser destinados.

Art. 12. Os recursos do Fundo Estadual de Habitação e Regularização Fundiária de Interesse Social serão aplicados preferencialmente em até 50% (cinquenta por cento) dos investimentos habitacionais e de regularização fundiária, ficando o restante por conta dos municípios conveniados.

§ 1º A contrapartida do município conveniado poderá ocorrer através da doação de terreno, construção civil, infra-estrutura e/ou obras complementares.

§ 2º Os municípios que não prestarem contas ao Fundo Estadual de Habitação e Regularização Fundiária de Interesse Social, dos recursos recebidos, nos prazos estabelecidos pelo Conselho Estadual de Habitação, não poderão se habilitar a novos investimentos.

§ 3º Os municípios que não concluírem as obras nos prazos previstos no respectivo convênio, ou após a conclusão das obras não providenciarem a regularização da situação fundiária dos beneficiários, não poderão adjudicar-se a novos investimentos do Fundo Estadual de Habitação e Regularização Fundiária de Interesse Social.

§ 4º Os municípios poderão ressarcir-se dos investimentos, por eles realizados, através de sistema próprio, cobrando do beneficiário final até o montante de 20% (vinte por cento) de sua renda e reaplicando tais recursos em novos programas habitacionais.

Art. 13. A administração do Fundo Estadual de Habitação e Regularização Fundiária de Interesse Social será realizada pelo Conselho Estadual de Habitação, com o apoio técnico da Companhia de Habitação do Paraná - COHAPAR, a qual fica vinculado.

Art. 14. Os recursos do FEHRIS serão depositados em instituição financeira oficial, em conta denominada

“Fundo Estadual de Habitação e Regularização Fundiária de Interesse Social - FEHRIS”

Parágrafo Único. O FEHRIS tem como agente financeiro o banco oficial depositário dos seus recursos.

Sessão II

Das Aplicações do Fundo Estadual de Habitação e Regularização Fundiária de Interesse Social

Art. 15. As aplicações dos recursos do Fundo Estadual de Habitação e Regularização Fundiária de Interesse Social serão destinadas a programas que contemplem:

I - construção, conclusão, melhoria, reforma, aquisição, locação social e arrendamento de unidades habitacionais em áreas urbanas e rurais;

II - regularização fundiária e urbanística de áreas caracterizadas de interesse social;

III - produção de lotes urbanizados para fins habitacionais;

IV - implantação de saneamento básico, infraestrutura e equipamentos urbanos, complementares aos programas habitacionais de interesse social;

V - aquisição de materiais para construção, ampliação e reforma de moradias;

VI - recuperação ou produção de imóveis em áreas encortiçadas ou deterioradas, centrais ou periféricas, para fins habitacionais de interesse social;

VII - pesquisas visando o desenvolvimento e ao aperfeiçoamento de tecnologias para a melhoria de qualidade e a redução de custos das unidades habitacionais;

VIII - outros programas e intervenções na forma aprovada pelo Conselho Estadual de Habitação de Interesse Social.

§ 1º Será admitida a aquisição de áreas de terras vinculadas à implantação de projetos habitacionais.

§ 2º O Fundo Estadual de Habitação e Regularização Fundiária de Interesse Social poderá financiar equipamentos de lazer indispensáveis à melhoria da qualidade de vida das populações beneficiadas, desde que vinculados aos programas relacionados neste artigo.

§ 3º A aplicação dos recursos do FEHRIS em áreas urbanas deve submeter-se à política de desenvolvimento urbano expressa no plano diretor de que trata o Capítulo III da Lei Federal nº 10257, de 10 de julho de 2001, ou, no caso de municípios excluídos dessa obrigação legal, em legislação equivalente.

Art. 16. Os financiamentos concedidos com recursos do Fundo Estadual de Habitação e Regularização Fundiária de Interesse Social atenderão preferencialmente a pretendentes com renda familiar mensal de até 5 (cinco) salários-mínimos que não sejam proprietários, promitentes compradores ou cessionários de direitos de qualquer outro imóvel residencial, no atual local de domicílio, nem onde pretendam fixá-lo, bem como não

detenham em qualquer parte do país outro financiamento nas condições do Sistema Financeiro de Habitação - SFH.

Capítulo V

Das Disposições Gerais e Transitórias

Art. 17. Os municípios, para participarem dos órgãos mencionados nos artigos 1º e 3º desta lei, necessariamente, deverão constituir, em seu âmbito, sem prejuízo das exigências da Lei Federal nº 11124, de junho de 2005:

I - Secretaria de Habitação ou órgão equivalente;

II - Conselho de Habitação, cuja composição deverá contemplar a participação de entidades públicas e privadas, diretamente ligadas à área de habitação e de segmentos da sociedade, em especial os movimentos por moradia popular;

III - fundos especiais direcionados à implementação de programas habitacionais e de regularização fundiária de interesse social, para alocação de recursos financeiros captados em nível municipal, para complementação aos destinados pelo Fundo Estadual de Habitação e Regularização Fundiária de Interesse Social - FEHRIS.

Art. 18. O Poder Executivo terá o prazo de 90 (noventa) dias, a partir da vigência desta lei, para instalar o Conselho Estadual de Habitação de Interesse Social.

Parágrafo Único. O Conselho Estadual de Habitação de Interesse Social deverá aprovar seu Regimento Interno no prazo de 60 (sessenta) dias de sua instalação.

Art. 19. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 26.04.07.

(aa) STEPHANES JÚNIOR - Presidente

RUI HARA - Relator

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 224/07, de autoria do Deputado Elton Welter, que declara de utilidade pública a Associação dos Moradores e Produtores Rurais da Comunidade dos Alves da Lapa - AGRO - Alves, com sede e foro no município da Lapa. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 022/07, de 04/04/07, em Projetos de Lei).**

ITEM 03

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 229/07, de autoria do Deputado Luiz Nishimori, que declara de utilidade pública a Associação de Moradores da América de Baixo, América de Cima, Marumbi, Fartura e Pantanal - AMAMTANAL. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 024/07, de 09/04/07, em Projetos de Lei).**

3ª Discussão

ITEM 04

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 113/07, de autoria da Deputada Cida Borghetti, que dispõe sobre a Política Estadual de Incentivo à Cultura do Bambu e dá outras providências. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CAICTM. COM EMENDA DE PLENÁRIO COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO.

Em discussão a emenda. Em votação. **Aprovada.**
Em votação o projeto. **Aprovado.**

ITEM 05

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 151/07, de autoria do Deputado Alexandre Curi, que declara de utilidade pública a AMOJI - Associação de Moradores Jardim Itaipu, com sede e foro no município de Araucária. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO.

Em discussão a emenda. Em votação. **Aprovada.**
Em votação o projeto. **Aprovado.**

2ª Discussão

ITEM 06

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 165/07, de autoria do Deputado Alexandre Curi, que altera a Lei nº 14095, de 17 de setembro de 2003, que declarou de utilidade pública a Associação de Pais e Mestres da Escola Municipal Olavo Bilac, com sede no município de Boa Esperança e foro no município de Mamborê. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 07

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 211/07, de autoria do Deputado Nelson Justus, que declara de utilidade pública o Instituto BS Colway Social, com sede e foro no município de Piraquara. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 08

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 267/07, de autoria do Deputado Artagão Júnior, que declara de utilidade pública a Associação São Francisco de Assis de Pinhão, com sede e foro no município de Pinhão. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

1ª Discussão

ITEM 09

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 121/07, de autoria do Deputado Marcelo Rangel, que dispõe sobre medidas preventivas de proteção à saúde pública, concernentes aos trabalhadores que manipulam alimentos. PARECE-

RES FAVORÁVEIS DA CCJ, CSP e CICT. **Aprovado.**
(Publ. no DA nº 010/07, de 13/03/07, em Projetos de Lei).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA VOTO EM SEPARADO AO PROJETO DE LEI Nº 121/07

Preâmbulo

O projeto ora em análise, apresentado pelo Deputado Marcelo Rangel, busca criar medidas preventivas de proteção à saúde pública, concernentes aos trabalhadores que manipulam alimentos em estabelecimentos comerciais no estado do Paraná.

Fundamentação

O projeto de lei visa dispor sobre medidas preventivas de proteção à saúde pública, dos trabalhadores que manipulam alimentos em estabelecimentos comerciais no estado do Paraná.

Sobre o assunto, podemos verificar primeiramente a Constituição Federal, em seu artigo 23, XII:

Art. 24. Compete à união, aos estados e o distrito federal legislar concorrentemente sobre:

(...)

XII - previdência social, defesa e proteção à saúde.

O presente projeto tem o condão de criar medidas a fim de que sejam protegidos os trabalhadores que manipulam alimentos nos estabelecimentos comerciais, visando proteger a integridade física, ou seja, a saúde destes, uma vez que possui o estado competência para tanto, portanto, não se vislumbrando, com isso, qualquer óbice à constitucionalidade do presente projeto.

Além do mais, sabe-se que não pode o estado se eximir da função de resguardar os interesses da coletividade, de tal sorte que o presente projeto visa à proteção do trabalhador individualmente, uma vez que visa tornar mais segura a atividade pelas quais os mesmos tiram seus sustentos, a fim de que sejam obtidos resultados eficazes.

Ainda, vemos que a Constituição não faz nenhuma ressalva, sendo, portanto, possível ao estado legislar:

Art. 25. Os estados organizam-se e regem-se pelas Constituições e leis que adotarem, observados os princípios desta Constituição.

§ 1º São reservadas aos estados as competências que não lhes sejam vedadas por esta Constituição.

Quanto à técnica legislativa, se verifica que o presente projeto encontra-se de acordo com as regulamentações da Lei Complementar nº 095/98.

Conclusão

Conclui-se, que o presente projeto encontra-se em acordo com as preceituações, no que concerne à técnica legislativa.

E, em face à constitucionalidade e legalidade, opinamos pela aprovação do projeto de lei que ora se analisa.

Sala das Comissões, em 27.03.07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
NEREU MOURA - Relator

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA
PROJETO DE LEI Nº 121/07

P A R E C E R :

Relatório

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Deputado Marcelo Rangel, dispõe sobre medidas preventivas de proteção aos trabalhadores que manipulam alimentos em estabelecimentos comerciais no estado do Paraná.

Fundamentação

A proposição já recebeu parecer favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça no tocante à sua legalidade e constitucionalidade.

A Comissão de Saúde Pública apóia a proposição, a qual estabelece medidas preventivas de proteção à saúde dos trabalhadores que lidam com alimentos em estabelecimentos comerciais.

Tal medida se afigura de fundamental importância para salvaguardar a saúde pública, porquanto sabe-se que alimentos manipulados de maneira imprópria podem acarretar inúmeras doenças aos consumidores.

Conclusão

Ante o exposto, presentes os requisitos formais e materiais, o parecer deste Relator é pela aprovação do projeto por esta Comissão de Saúde Pública, a fim de que a presente proposição possa seguir o trâmite regimental.

Sala das Comissões, em 08.04.07.

(aa) NEY LEPREVOST - Presidente
TERUO KATO - Relator

COMISSÃO DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO
PROJETO DE LEI Nº 121/07

P A R E C E R :

O presente projeto, que trata sobre medidas preventivas de proteção aos trabalhadores que manipulam alimentos em estabelecimentos comerciais no Paraná já obteve parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça, bem como da Comissão de Saúde.

Esta Comissão de Indústria e Comércio, de acordo com o artigo 33, parágrafo 6º do Regimento Interno desta Casa de Leis, foi chamada a exarar parecer sobre a viabilidade desta propositura.

Pois bem, desde logo percebe-se que a iniciativa parlamentar busca fazer com que se respeitem regras que otimizem e resguardem a saúde pública, como quando da necessária obtenção de Certificado de Capacidade Funcional dos Trabalhadores que manipulem alimentos.

Pode-se notar, na mesma esteira, que a população será protegida, visto que apenas pessoas de fato aptas poderão tratar de alimentos no comércio, propiciando assim uma efetivação de defesa da saúde dos consumidores.

Outrossim, no artigo 4º é facultado a qualquer cidadão denunciar irregularidades referentes ao assunto. Uma vez mais faz-se importante esta medida, posto que a pessoa que notar a ausência de qualquer exigência legal

poderá levar esta informação até o órgão responsável, para que com isso possa vir a ser combatida qualquer atitude que possa piorar a situação da saúde pública em nosso estado.

Especificamente, no que tange ao aspecto relacionado ao comércio, pode-se perceber que as empresas alcançadas por este projeto serão em verdade beneficiadas, principalmente quando se fala em saúde pública. As empresas deverão se adaptar a este projeto, mas por certo é conduta que substanciará a segurança e a qualidade para quem compra e de fato, mantém e propiciam evolução a estes estabelecimentos.

Sendo assim, em sede de parecer, somos pela aprovação do presente projeto.

Sala das Comissões, em 18.04.07.

(aa) EDGAR BUENO - Presidente
RENI PEREIRA - Relator

ITEM 10

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 136/07, de autoria do Deputado Luiz Claudio Romanelli, que suprime o parágrafo 3º do artigo 9º e dá nova redação ao artigo 13 da Lei nº 12398, de 30 de dezembro de 1998 (ParanaPrevidência), conforme especifica. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. (Publ. no DA nº 012/07, de 15/03/07, em **Projetos de Lei**).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 136/07

P A R E C E R :

Relatório

O projeto de lei acima epigrafoado, de autoria do Deputado Luiz Claudio Romanelli, tem como proposta alterar dispositivos da Lei nº 12398/98, que dispõe sobre a ParanaPrevidência.

Na justificativa o autor diz que o presente projeto de lei visa, com as alterações, dar maior flexibilidade para a gestão do ParanaPrevidência, tendo em vista as reais necessidades da administração pública de uma melhora da prestação de serviços, bem como a celeridade nas ações governamentais, em atendimento aos anseios dos segurados.

Com esse mister, instrumentos e ferramentas de gestão flexibilizados se fazem necessários para dar suporte a novas implementações na administração e gerenciamento dos recursos do PARANACIDADE.

É o relatório.

Fundamentação do Parecer

Criada pela Lei nº 12398/98, o ParanaPrevidência, pessoa jurídica de direito privado submetida à gerência da Secretaria da Administração e Previdência, tem por finalidade a garantia de pagamento das aposentadorias e pensões dos serviços públicos, através da criação de fundos de previdência e de um sistema contributivo que procura o equilíbrio financeiro e atuarial.

Seus cargos primordiais, em sede de Conselheiro-Diretor, como forma de gestão de recursos, são justamente a Diretoria de Previdência e a de Finanças e Patrimônio, sendo que os Diretores Jurídicos e de Patrimônio ocupam um perfil estritamente técnico.

A lei estadual ora alterada, inicialmente nasceu como um desejo da administração pública direta em encontrar profissionais de alto gabarito, sem definição político-partidária, para ocupar cargos de cúpula com perfil estritamente técnico que oxigenassem a estrutura pública numa tendência mundial de profissionalização do perfil dos que executam esta função.

Embora num primeiro momento até tenha enfrentado críticas neste sentido, resta claro que a lei tem exatamente este objetivo, haja vista que conforme substitutivo geral apresentado por esta relatoria mantendo a paridade de nomeação dos servidores de carreira para o Conselho Diretor, garante a isonomia e o espírito da lei original.

Inicialmente é importante destacar que a Constituição do Estado do Paraná que diz:

Art. 53. Cabe à Assembléia Legislativa, com a sanção do Governador do Estado, a qual não é exigida, no entanto para o especificado no artigo 54, dispor sobre todas as matérias de competência do estado, especificamente:

VIII - criação, transformação e extinção de cargos, empregos e funções públicas na administração direta, autárquica e fundacional e fixação de remuneração, observados os parâmetros estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias;

IX - servidores públicos da administração direta, autárquica e fundacional, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria de civis, reforma e transferência de militares estaduais para a inatividade;

A Constituição é clara ao remeter à Assembléia o direito irrenunciável de legislar acerca da transformação e da forma de provimento de cargos da administração direta, autárquica e fundacional, não podendo haver interpretação contrária que sustente essa teoria. Note-se que nenhum cargo foi criado, mas sim, transformada sua nomeação.

Nesta seara, uma proposta vinda do Governador, como atestam alguns, seria usurpação de prerrogativa deste Parlamento por parte do Chefe do Executivo, sendo que caberia somente a este, privativamente, legislar sobre nomeação e provimento de cargos no Poder Executivo (artigo 66, II).

Ora, aqueles que conhecem um pouco da estrutura jurídico-administrativa do ParanaPrevidência, devem saber que se trata de personalidade jurídica de direito privado, com autonomia financeira e quadros próprios.

Neste prisma, não se trata de instituição do Poder Executivo e sim da administração autárquica e fundacional, não submetida a capacidade legislativa do Poder Executivo, cabendo à Assembléia Legislativa a iniciativa legislativa da matéria aqui ventilada.

Em que pese o contido no artigo 42 da Constituição Estadual, que trata da participação paritária de servidores públicos na gerência do fundo, a única eiva efetivamente constatada por esta relatoria, é sanada por intermédio do substitutivo geral em anexo.

Assim, quanto aos aspectos sobre os quais deve esta comissão se manifestar, nada temos a opor, pois estão obedecidos os preceitos constitucionais no que diz respeito à competência legislativa do Deputado Luiz Claudio Romanelli, autor do projeto de lei, estando portanto presente o princípio da admissibilidade.

Conclusão

Assim, chamada esta relatoria a se manifestar sobre a constitucionalidade, legalidade e técnica legislativa, nosso parecer é favorável a este projeto de lei, na forma do substitutivo geral em anexo.

Sala das Comissões, em 25.04.07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
CAÍTO QUINTANA - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA SUBSTITUTIVO GERAL AO PROJETO DE LEI Nº 136/07

Art. 1º Fica suprimido o parágrafo 3º do artigo 9º da Lei nº 12398, de 30 de dezembro de 1998, que criou a ParanaPrevidência, renumerando-se os demais.

Art. 2º Fica alterada a redação do artigo 13 da Lei nº 12398, de dezembro de 1998, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 13. Os Diretores serão indicados, ao governo do estado, pelo Secretário de Estado da Administração e da Previdência, dentre pessoas qualificadas para a função, com comprovada habilitação profissional, formação de nível superior, sendo 2 deles, obrigatoriamente, escolhidos dentre servidores inscritos na ParanaPrevidência.”

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 25.04.07.

(a) CAÍTO QUITANA

COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI Nº 136/07

P A R E C E R :

Objetiva o nobre Parlamentar, autor da proposição sob exame nesta Comissão de Finanças, alterar a Lei nº 12398/98, para efeito de suprimir vedação relativa a ocupação dos cargos de Diretores Administrativo e Jurídico, por pessoas não vinculadas ao ParanaPrevidência.

No exercício de sua competência, a Comissão de Constituição e Justiça analisou a constitucionalidade e legalidade da proposta e manifestou seu parecer favorável, na forma do substitutivo geral anexo, para corrigir a redação originalmente proposta, conflitante com o disposto no artigo 42 da Constituição Estadual, que garante

participação paritária dos servidores públicos na gestão de fundos e entidades para as quais contribuam.

Sob o enfoque da competência atribuída a esta Comissão de Finanças, prevista no artigo 33, parágrafo 3º do Regimento Interno desta Casa, não se apresentou qualquer óbice que impeça o encaminhamento do presente projeto de lei para discussão e votação em Plenário, haja vista que a alteração legal proposta não importa em aumento de despesa para o erário, direta ou indiretamente.

Portanto, favorável é o parecer desta Comissão de Finanças ao projeto de lei de autoria do Deputado Luiz Claudio Romanelli.

Sala das Comissões, em 02.05.07.

(aa) EDSO STRAPASSON - Presidente
ANTONIO BELINATI - Relator

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Em discussão.

O SR. DURVAL AMARAL (Democratas) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, para discutir.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Para discutir, com a palavra o Deputado Durval Amaral.

O SR. DURVAL AMARAL (Democratas)

Sr. Presidente e Srs. Deputados.

Esse é um projeto que foi amplamente discutido, no âmbito da CCJ. Projeto de autoria do Deputado Romanelli, que inicialmente buscava alterar a paridade na ParanaPrevidência, na constituição da ParanaPrevidência.

Houve um substitutivo geral, antes, porém, recebeu parecer contrário do Deputado Valdir Rossoni, pela inconstitucionalidade da matéria. Na sequência o Deputado Nereu Moura fez um voto em separado, declinou desse voto. Houve necessidade de ser designado um novo relator. Foi designado o Deputado Caíto Quintana. A matéria, inclusive, antes da votação foi objeto de uma Audiência Pública, na CCJ, por se tratar de uma matéria extremamente polêmica. Não houve um consenso na CCJ, vários votos pela inconstitucionalidade, a maioria de votos pela legalidade, pela constitucionalidade da matéria.

Tenho tido uma postura na CCJ, de efetivamente, não interferir na votação dos Srs. Deputados, porque têm todos autonomia de voto, na hora de relatar os seus projetos, quando são Relatores. Mas, efetivamente, quando temos um ideal acima de tudo, em defesa do Parlamento, um ideal de quem acredita nas instituições, fico pensando que às vezes algumas colocações, mesmo que por brincadeira com o Parlamento, não podemos aceitar, como essa que vimos há pouco, aqui, com relação ao sorteio do ônibus. Mas ela não é um fato isolado. Acho que a Assembleia do Paraná, efetivamente, tem que fazer valer a sua força. Talvez seja, dentro da Casa, um dos vários que

defendem o Parlamento de uma maneira incondicional. Mas, se defendo o Parlamento, tenho que ter, acima de tudo, Deputado Valdir Rossoni, coerência em defender as iniciativas do Poder Executivo.

Pus-me a estudar um pouco, não pondo-me aqui no mérito do nobre projeto do Deputado Romanelli - que outros, talvez mais brilhantes, poderão, de uma maneira mais sábia, discutir o mérito do projeto - mas, pus-me a estudar, no meu entendimento que podemos ser nós, legisladores, exorbitando ou entrando nas funções que são de iniciativa privativa do Governador do Estado. Parece-me uma questão de solução muito simples, porque todos nós sabemos que toda Constituição, a Estadual ou a Federal têm o seu sumário. O sumário da Constituição, ela está dividida, no preâmbulo, no título I, em vários títulos, em subtítulos, em seções.

Quando analisamos, Deputado Tadeu Veneri, o Título III: "Da Organização dos Poderes," vamos encontrar o Capítulo I: "Do Poder Legislativo". Vamos encontrar na Seção II, ainda no mesmo capítulo: "As Atribuições da Assembleia Legislativa." Aí reside justamente a confusão que alguns Parlamentares, efetivamente fazem, confundindo as atribuições do Legislativo, com a iniciativa que tem o Poder Legislativo com relação às leis.

Mas, seguimos ainda na organização dos Poderes e vamos ver na Subseção II, "Das Leis".

No artigo 87, onde diz na Seção II que já é o Capítulo II, "Do Poder Executivo, Das Atribuições do Governador do Estado". Aí vem o artigo 87: *Compete privativamente ao Governador*, só a ele.

Inciso IV,: *Iniciar o processo legislativo na forma e nos casos previstos nesta Constituição*. Ele faz a regra geral e vem excepcionalizando e dizendo quais são os casos. Quando nós vamos analisar efetivamente "Das Leis", na Subseção III, o artigo 65 traz a regra geral, mas o artigo 66 traz o seguinte; é uma regra específica.

(Lê o artigo 66)

Ressalvados o disposto nesta Constituição, são de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre: I - Criação de cargos ou funções de empregos públicos.

Mas nós vamos ao inciso II - *Servidores públicos do Poder Executivo, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria.*

De uma maneira específica, ele é claro, dizendo que sobre essa matéria, de competência exclusiva do Governador do Estado, pode ter início o processo legislativo.

E aí, efetivamente, começa a confusão, não por maldade, em hipótese alguma. Alguns fazem por não compreenderem a interpretação sistemática do direito e se valem do artigo 53 da Constituição Estadual, "Da Organização dos Poderes": *Cabe à Assembleia Legislativa, com sanção do Governador do Estado, a qual não é exigida. No entanto, para o especificado no artigo 54, que dispõe sobre todas as matérias e competência do Estado.*

O que é que exclui o artigo 54? Porque o artigo 54 é a eleição da Casa, é a eleição da Mesa.

Aí, efetivamente, ele trata: 1) plano plurianual e orçamento anual: Ele fala que isso é atribuição da Assembléia Legislativa. Ele não está dizendo que isso é de iniciativa da Assembléia Legislativa. Claro que todas as leis têm que ser votadas, mas não que isso seja de iniciativa privativa do Poder Legislativo, porque ele põe o plano geral e depois faz a ressalva.

Plano plurianual, Deputada Beti, que a senhora hoje é a Presidente da Comissão, diretriz orçamentária, tributos de arrecadação e distribuição de rendas.

O artigo 133 da Constituição do Estado: “Dos Orçamentos” - Lei de Iniciativa do Poder Executivo estabelecerão: “leis e iniciativas do Poder Executivo, o plano plurianual, as diretrizes orçamentárias anuais”.

Aqui no artigo 53 que incidentalmente alguns interpretam de uma maneira equivocada, fala que o plano plurianual e orçamentárias anuais, diretrizes orçamentárias como atribuição da Assembléia Legislativa. Ele fala que é atribuição da Assembléia Legislativa votar, mas não tem a prerrogativa, a Assembléia Legislativa, e ter o início da LDO, o início da Lei Orçamentária que é de exclusiva competência do Poder Executivo.

Segue mais: aqui no mesmo artigo 53 que é o motivo do equívoco, lá no inciso XII fala: “Organização e Divisão Judiciária do Estado”, o que manda o legislador com relação a organização e divisão judiciária do estado, no artigo 96: “Lei de Organização e Divisão Judiciárias de Iniciativa do Tribunal de Justiça”. Novamente o Legislador fala: *É atribuição da Assembléia votar*. Mas é exclusiva do Poder Judiciário iniciar a lei que estabelece sobre organização e divisão judiciária do estado do Paraná.

Pois bem! Vamos a esse incidente que faz com que nós estejamos aqui nesta tarde discutindo se o projeto do Deputado Romanelli pode ser de iniciativa de Parlamentar ou se é de competência exclusiva do Poder Executivo. Pois bem, aí no inciso IX: *Servidores públicos da administração direta, autárquica e fundacional, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade, aposentadoria, civis, reformas e transferências militares estaduais para a inatividade*. É muito semelhante com o que está estabelecido no artigo 66, como de iniciativa exclusiva do Chefe do Poder Executivo. Está aqui o artigo 66: *Ressalvado o disposto nesta Constituição, são de iniciativa privativa do governo do estado*.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Solicito a V. Exa. que conclua.

O SR. DURVAL AMARAL (Democratas)

Vou concluir.

Então, vejam, a Constituição Federal, o “livrinho” que diz tudo, diz que esta questão administrativa é de questão exclusiva do Chefe do Poder Executivo, a iniciativa. E com relação à questão dos aposentados, diz tam-

bém no artigo 66, de uma maneira cristalina, que compete privativamente, é de iniciativa privativa do Governador, leis que disponham sobre servidores públicos, questão administrativa, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria.

Por que isto é a lei? E aí vem o precedente que todos tememos, daqui a pouco qualquer Parlamentar menos avisado pode apresentar projeto de lei, por exemplo, dando outra destinação para os 4 bilhões e 800 milhões, destinados ao Fundo de Previdência. E aí, passa boi, passa boiada, abre-se este precedente para que possamos alterar o plano de previdência. E não podemos permitir que isso aconteça.

Quero dizer, para finalizar, e depois no encaminhamento vou voltar para encaminhar a matéria, que existe no Estado do Paraná 5 leis que alteraram o Fundo de Previdência do Estado do Paraná. A saber, Lei nº 12398, lei de iniciativa do Chefe do Poder Executivo; Lei nº 12556, de iniciativa do Chefe do Poder Executivo; Lei nº 12607, de iniciativa do Chefe do Poder Executivo; Lei nº 13035, de iniciativa do Chefe do Poder Executivo; Lei nº 13443, de iniciativa do Chefe do Poder Executivo.

Se nós, Parlamentares, abrirmos esta exceção, será a primeira em matéria do ParanaPrevidência. Então, quero dizer com todo o respeito e apreço que tenho pelo Deputado Romanelli, acho que a questão da paridade foi resolvida, mas há um vício formal, vício de iniciativa. Não resta outra alternativa ao Parlamento do Paraná senão votar nesta tarde pela inconstitucionalidade da matéria, tendo em vista que fere o artigo 66, que é de exclusiva iniciativa do Chefe do Poder Executivo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Esta presidência esclarece que estamos em discussão. Vou ler o artigo para que não haja interpretação diferente: *Em cada discussão, pode cada Deputado falar pelo prazo máximo de 10 minutos, a favor ou contra, alternadamente, observado o artigo 148 do Regimento Interno*.

Vou dizer o seguinte: estamos em discussão; depois temos o encaminhamento de votação. Quer dizer, eu gostaria de pedir aos nobres Parlamentares que respeitassem o tempo de 10 minutos, nós teremos muito tempo até a votação desta matéria.

Está inscrito, de acordo com o que acabei de ler, do artigo 152, o Deputado Stephanes Júnior.

O SR. STEPHANES JÚNIOR (PMDB)

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Quando em 1997 fiz uma apresentação ao então Governador Jaime Lerner da criação da ParanaPrevidência, quando era Secretário de Administração do Estado, minha equipe nesta apresentação - faziam parte Renato Folador, Mauro Borges, César Gasparin, Paulo Henrique Munhoz da Rocha - nós estávamos ainda fazendo um trabalho para adequar o Estado à Lei de Responsabilidade

Fiscal, que determinava que o estado deveria ter, em alguns anos, mais 2 anos, 50% dos seus gastos limitados a pessoal, e nós estávamos acima disso, quase com 60%.

Nós criamos o primeiro modelo de Fundo de Previdência Pública do Brasil, aonde foi me dada a incumbência de - sem recursos - criá-lo. Fomos a Brasília negociar com Pedro Malan, para antecipar os royalties de Itaipu, que eram devidos como indenização ao governo do estado; contratamos a Fundação Getúlio Vargas para levantar os melhores 600 imóveis para fazer lá na ParanaPrevidência; fizemos toda lei de criação da ParanaPrevidência.

Hoje, a ParanaPrevidência é um grande sucesso, tem 4 bilhões e 800 milhões em ativos financeiros aplicados, principalmente, em letras do tesouro. Acho até que nesta parte está muito acanhada, porque desse jeito não atinge as metas atuariais. Acho que é uma coisa que depois vou debater melhor.

Colocamos já recursos que o ParanaPrevidência iria administrar; seria dos funcionários públicos que, obrigatoriamente, estivessem contemplados 2 Diretores na gestão, além do Conselho de Administração que é composto de várias pessoas: Ministério Público, pessoas de sindicatos, pessoas do Executivo, de várias áreas.

Sinto-me contemplado pela proposta do Romanelli e do Caíto Quintana no sentido do substitutivo, porque continua sendo mantida a paridade. Na lei que propusemos, obrigatoriamente, os Diretores Jurídico e o Administrativo deveriam ser de carreira, agora, poderão ser 2, mas de qualquer uma das diretorias. Acho que ficou até melhor a proposta do Romanelli e do Caíto, porque abre um precedente para que o Diretor-Jurídico ou Financeiro ou Administrativo ou de Benefícios ou o Presidente sejam funcionários de carreira.

Hoje, temos 3 funcionários de carreira: o Eraldo Medeiros que é Diretor de Benefícios, que era professor da UEPG e, durante muitos anos, dirigiu a área de benefícios do INSS; temos o Nilton Rocha que é o Diretor Administrativo, foi do Tribunal de Contas, uma pessoa muito bem preparada; e temos o Zé Maria, que foi delegado, já foi Deputado, tem experiência como Prefeito, e hoje é o Presidente. Temos 3 funcionários de carreira aposentados que, hoje, fazem parte da gestão do ParanaPrevidência.

Na época, criamos 2 fundos: um fundo financeiro porque a ParanaPrevidência não poderia ser criada e já assumir um passivo de milhares de aposentados. Esse fundo financeiro administra os aposentados diante da criação de 1998 da ParanaPrevidência. Então, hoje, temos 67 mil pessoas aposentadas e 26 mil pensionistas na ParanaPrevidência.

Hoje, a ParanaPrevidência é um modelo de sucesso para o Brasil e há uma situação interessante: o vício de origem de uma iniciativa, se sancionada pelo Prefeito ou pelo Governador, há o entendimento da Suprema Corte do Brasil de que cessa. Então, se por acaso nós aprovarmos isso, isso for para o Governador sancionar e ele

entender que isso é bom, o vício cessou. A decisão vai ser mais política do que técnica, mas na parte técnica o projeto, hoje, está muito bem adequado. Não vejo problemas para que não o aprovemos. Tenho certeza que o Governador o sancionará, cessando o vício de origem da iniciativa, porque isso já é uma jurisprudência em nível da Corte no Brasil.

O meu voto vai ser favorável ao projeto porque ele acaba contemplando a situação e até melhorando a redação que eu ajudei a realizar. Na época, eram dois Diretores, mas sendo obrigatoriamente o Jurídico e o Administrativo e, hoje, você pode pôr qualquer um deles. Então, se preferir que seja o Financeiro, ótimo; se preferir que seja o de Benefícios, ótimo. O importante é que a paridade foi mantida e, neste governo, temos 2 Diretores e um Presidente, funcionários de carreira.

Assumi a ParanaPrevidência, por algum tempo, porque estava acumulando Secretaria com a ParanaPrevidência, e sei que a situação, hoje, da mudança da lei, não há nenhum problema à ParanaPrevidência no sentido de futuro dela. Eu seria o primeiro a dizer não a isso. Inclusive, fui na imprensa antes de ter sido feita essa redação, e disse que achava que não deveríamos tirar funcionários de carreira, apesar de legalmente ser possível, já que o fundo só geria o dinheiro deles mesmos, aposentados e pensionistas. Na realidade hoje, Romanelli, com a sua iniciativa junto com o Caíto, está muito bem contemplada e até melhor modernizada a lei.

Então, peço aos colegas que aprovem esta lei, porque na verdade não vai trazer nenhum problema à ParanaPrevidência.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Próximo inscrito, Deputado Elio Rusch.

Como diz o Regimento também, estamos em 1ª discussão, analisando o aspecto constitucional. O mérito vai ser no encaminhamento de votação.

O SR. ELIO RUSCH (Democratas)

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas.

Quando assumi pela primeira vez uma cadeira aqui na Assembléia Legislativa, em 1991, junto com Roberto Requião, Governador do Paraná, também ele pela primeira vez, nesse nosso primeiro mandato, de 1991 a 1995, o Governador do Paraná nos convenceu da necessidade de um Fundo Previdenciário para os funcionários do estado. Para tal, o Governador tem contratado uma equipe qualificada, técnica, muitas reuniões aconteceram aqui na Assembléia. Participei de muitas reuniões também no Palácio em relação ao projeto da criação desse fundo previdenciário.

Quando o anteprojeto veio à Assembléia, a Assembléia aprovou e depois de instituído o mesmo, já capitalizando o fundo previdenciário naquele período, qual foi a nossa surpresa quando um certo dia, Deputado Péricles de Mello, veio um projeto do Governador do

Estado do Paraná, no mesmo mandato, extinguindo o fundo previdenciário e passando os recursos para o Tesouro do Estado. E os descontos na folha de pagamento dos funcionários, a partir daquela data, esses recursos iam também para o Tesouro do Estado, e o governo, com isso, assumiu os inativos.

Por que falo isso, Sr. Presidente? É uma preocupação, Deputado Waldyr Pugliesi, e tenho falado com V. Exa., já na semana passada, a grande preocupação que temos. Deputado Caíto Quintana, alguém já disse uma vez, e uma das grandes obras não físicas, mas uma marca que o Governador Jaime Lerner deixou no estado do Paraná foi a criação da ParanaPrevidência. E a ParanaPrevidência estaria sustentada em cima de 3 pilares, se assim podemos dizer. Dentro da ParanaPrevidência, o fundo previdenciário que paga aposentadoria para as pessoas que estão na ativa hoje, o fundo financeiro que assumirá os encargos e custos para pagar as pessoas que já estavam aposentadas no Paraná e o fundo de saúde que iria exatamente gerenciar o pagamento das despesas médicas com os funcionários do nosso estado.

Pois bem, Deputado Douglas Fabrício, criou-se o fundo e uma das grandes redes de televisão do nosso país, logo em 2003, fez uma reportagem muito ampla na situação econômica em que se encontravam os estados do nosso Brasil. Foram feitos alguns levantamentos e constataram que o estado do Rio Grande do Sul estaria com as suas finanças comprometidas, com a folha de pagamento e também com os inativos. A reportagem mostrava 2 estados que tinham resolvido a sua situação: o Paraná e a Bahia.

Srs. Deputados, recentemente, mais uma vez, uma outra rede de comunicação do nosso país fez uma reportagem, referindo-se a ParanaPrevidência como modelo e exemplo da gestão dos aposentados e inativos e garantindo para os que estão na inativa, hoje, as suas aposentadorias à época que eles iriam alcançar o seu tempo de serviço, ou mesmo por idade, ou mesmo os próprios pensionistas. A ParanaPrevidência, até o presente momento, serviu de exemplo, de gestão previdenciária pública no nosso estado. Se a ParanaPrevidência serve de exemplo, por que vamos alterá-la?

Vamos falar da constitucionalidade. Quem sou eu, perto do Presidente da CCJ, Durval Amaral, que é bacharel, é advogado por excelência, aqui na Casa? Ele só vota em caso de empate na CCJ e não houve empate. A maioria dos Parlamentares na CCJ entendeu que o projeto era constitucional. Mas muitos Parlamentares se manifestaram contra, arguindo ofício da inconstitucionalidade.

O que estamos fazendo neste momento, aqui, no plenário? Discutindo a constitucionalidade. Não quero repetir todos os artigos já lidos pelo Deputado Durval, sejam os artigos 66, 67, 100 e pouco da Constituição do Estado e da Constituição Federal, que mostram claramente, está cristalino e transparente, que são de iniciativa exclusiva do Chefe do Poder Executivo, projetos que mexem nesta natureza.

A segunda preocupação que também existiu na CCJ foi a questão da paridade. Esta questão foi corrigida pelo Deputado Caíto Quintana, garantindo os funcionários, para que eles tivessem a permanência dos 5 ou 6 Conselheiros, no mínimo de 2. Ouvi nesses dias o Deputado Romanelli argumentar, aqui, que se fazia necessária essa alteração no conselho e de livre iniciativa do Governador, porque é difícil encontrar no quadro do estado do Paraná pessoas capacitadas. Ora, Srs. Deputados, 500 advogados do Paraná, todos são incompetentes? Não tem um competente?

A minha maior preocupação é a seguinte: se abriremos esse precedente de uma lei de iniciativa do Poder Legislativo, não poderá amanhã ou depois um Deputado apresentar um projeto, aqui, na Assembléia, para transformar a ParanaPrevidência em uma autarquia? O que é uma empresa de autarquia? Temos 4 bilhões e 800 milhões de ativos na ParanaPrevidência. Deputado Pedro Ivo, V. Exa. que já foi Prefeito, transformando a ParanaPrevidência em autarquia, o Governador pega o dinheiro na hora que ele quiser. Vamos dizer que o Governador Roberto Requião vá fazer isso, mas quem garante, no futuro, quais os Governadores que vão passar?

Então, tem que ter a garantia, a segurança que os funcionários que estão na ativa hoje possam ter a garantia, na época da sua aposentadoria, de ter lastro suficiente na ParanaPrevidência para sua aposentadoria, para que não venha acontecer o que aconteceu com o IPE - já temos um exemplo no Paraná, que é o IPE, que não deu certo e tínhamos aqui o fundo previdenciário e foi extinguido e passou a mão no dinheiro. Agora, uma coisa que é referência no Brasil, a ParanaPrevidência que funciona redondinho, certinho, por que mexer nisso? E ainda mais de iniciativa deste parlamento.

Disse muito bem o Deputado Durval Amaral: onde passa um boi, passa uma boiada. Vamos tomar cuidado! Vamos derrubar já esse projeto na sua constitucionalidade para não comprometer o futuro administrativo do estado do Paraná e não comprometer o futuro dos nossos funcionários da ativa hoje, que quando chegue na hora de se aposentar, que possam ter um instituto de previdência sólido e com recursos para o seu pagamento.

Obrigado, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Com a palavra o Deputado Caíto Quintana.

O SR. CAÍTO QUINTANA (PMDB)

Sr. Presidente e Srs. Deputados.

Não vou discutir o conteúdo do pronunciamento do Deputado Elio Lino Rusch, porque ele está mais para ser discutido amanhã, quando vamos discutir o mérito da questão, mas pretendo ficar um pouco mais centrado no pronunciamento do Deputado Durval Amaral.

Deputado, desde a Constituição que fizemos no Paraná tenho discutido, estudado e lido sobre a questão de constitucionalidade de leis e já pegamos muita briga

por causa disso aqui neste Parlamento. Vejo a invocação, por exemplo, dos artigos 53 e 54 pelo Deputado Durval Amaral, dentre outros. Os artigos 53 e 54 definem o que é competência da Assembléia com sanção do Governador e o que é competência exclusiva do Governador.

Entre as competências da Assembléia, não quero nem me deparar aqui que são atribuições da Assembléia Legislativa a criação, transformação ou extinção de cargos, empregos e funções públicas da administração direta, autárquica e fundacional - isso é de competência da Assembléia. Mas quero, Deputado Durval, com o devido respeito e por defender este Parlamento, gostaria que os Deputados entendessem o ponto de vista do porquê foi dado o parecer pela constitucionalidade.

O artigo 66 diz que a criação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta, autárquica do Poder Executivo, o aumento de sua remuneração e mais: são de exclusiva competência do Governador. Da iniciativa da lei, sempre defendi isso e nós brigamos muito com o Tribunal de Justiça sobre isso, porque existem leis que são de iniciativa exclusiva do Tribunal de Justiça e entendiam muitos Desembargadores que a Assembléia não pode emendar um projeto do Tribunal de Justiça, porque é competência deles. E pergunto: por que vem para a Assembléia?

Se a Assembléia não pode emendar, não precisa vir aqui! Faz e vira lei em uma coisa só!

Se podemos emendar o Orçamento, é iniciativa do Poder Executivo, mas ele pode ser emendado na Assembléia. O que não pode é a Assembléia ter o início da lei assinada por um Deputado, criando o ParanaPrevidência. Quando o artigo 66 diz que a origem haverá de ser do Executivo, é a origem do projeto.

Quando o projeto veio, nós tínhamos capacidade legislativa para suprimir artigo, para oferecer emendas, e tal, e isso era atribuição da Assembléia Legislativa. Por que deixa de ser, agora, quando você está apenas mudando um artigo que não altera cargo, não altera salário, não altera fundo, nada, pelo contrário, na minha visão abre mais a possibilidade dos servidores participarem do quadro de direção? Porque a paridade continua, gente, apenas abriu, hoje, o que tinham os servidores, fixado por lei, era o Diretor-Jurídico e o Diretor da Administração, a lei diz que esses são dos servidores. Ora, por que esses?

O que o Deputado Romanelli está propondo é que dos 4, 2 sejam dos servidores, portanto, pode ser o da Previdência, ou de Finanças, de Patrimônio, não está excluindo a paridade, não está aumentando cargos, não está aumentando salário, está fazendo uma alteração em uma lei que é competência da Assembléia, porque a origem dela foi feita do Executivo. Se partimos desse princípio, este Poder, que já está tão diminuído, podendo tão poucas coisas, vamos formar jurisprudência, distinguir mais a competência do Poder Legislativo, porque daqui a pouco vem do Judiciário uma proposta para a Assembléia: o Deputado não pode emendar, não pode ser a favor, não pode ser contra, porque a competência é do

Judiciário. Outra é do Executivo, vem do Executivo a competência da origem, da iniciação do processo é dele, mas por que vem para a Assembléia? Vem para a Assembléia para que seja discutido, emendado, aqui dentro desta Casa. Se você pode, na hora em que está votando o projeto, é evidente que se pode depois! O que não poderia é estar criando um novo cargo porque aí você está criando uma nova despesa. Não poderia estar aumentando o salário porque aí você estaria aumentando uma nova despesa.

Mas o projeto do Deputado Romanelli, pura e simplesmente, minha gente, pelo contrário, no seu início estava errado porque deixava todos os 4 cargos de direção à livre escolha do Governador, mas uma emenda sua manteve a paridade de que, no mínimo, 2 têm que ser de servidores. Portanto, a paridade está mantida, não altera salário, não altera despesa. A iniciativa foi do Poder Executivo, estamos exercendo o nosso direito parlamentar. E saiba de uma coisa, Deputado Durval, eu tenho consciência que amanhã ou depois, no uso trocado da Situação e da Oposição, a Oposição, possivelmente, use esse meu pronunciamento para justificar alguma ação aqui, alguma iniciativa aqui dentro; mas a Situação vai usar também os argumentos seus e do Deputado Elio Lino, para mostrar que aqui na Assembléia qualquer emenda ou projeto, e tal, seja inconstitucional.

Nessa ação da constitucionalidade, eu gostaria que fôssemos unânimes porque estaríamos fortalecendo a Assembléia Legislativa, a sua capacidade de legislar em cima de um projeto que teve a origem constitucional do Legislativo. Amanhã, quando votarmos o mérito, aí se discute se isso é bom ou se isso é ruim, mas nós dizermos: a Assembléia Legislativa não pode legislar sobre isso, é um *capitis diminutio*, estamos diminuindo o nosso poder, estamos retirando a nossa força, não estamos iniciando um processo, estamos apenas e somente alterando para melhor, porque o Governador pode colocar 4 funcionários, pode colocar 3, pode colocar o financeiro.

E, aliás, Deputado Romanelli, tem uma coisa que vamos ter que discutir lá na frente, nesse Regimento: o ParanaPrevidência fala em Diretor-Jurídico e fala que a decisão, o relatório do Diretor-Jurídico é conclusivo, conclusivo.

Ora, como que é conclusivo, se ele dá um parecer e ele é Diretor e vai votar. Os outros vão lá para quê, se o parecer dele é conclusivo? Como que vai dizer que é conclusivo se um servidor pode pegar qualquer outro advogado e questionar uma decisão da ParanaPrevidência?

Acho que Diretor não devia nem ser Diretor-Jurídico. Devia ser Assessor Jurídico ou coisa semelhante e não Diretor-Jurídico. Diretor-Jurídico é para dar parecer sobre o processo que vai ser discutido com as demais diretorias e não para o cargo de Diretor.

Então, Deputado Elio Rusch, tenho o maior prazer de discutir com V. Exa., amanhã, o mérito. Mas eu lhe peço e ao Deputado Durval Amaral, Deputado Rossoni e tantos outros Deputados da Oposição, que na questão da

constitucionalidade nós preservemos o nosso direito, porque a origem foi correta do Executivo. Estamos aqui como se estivéssemos fazendo uma emenda que é sempre uma atribuição da Assembléia, se ela não originar despesa e não criar cargos.

Amanhã, discutiremos a outra questão que é o mérito desse projeto, que não foi alterado em nada na sua essência.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Último orador inscrito para encaminhamento da discussão, Deputado Antonio Belinati.

O SR. ANTONIO BELINATI (PP)

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Tenho acompanhado atentamente pelo noticiário da imprensa - e isto já se arrasta há alguns anos - que muitas caixas de pensões, caixas que cuidam da aposentadoria do servidor público estão à beira da insolvência, algumas quebraram, alguns trabalhadores e trabalhadoras deste país que recolheram por longos anos a sua contribuição para determinados fundos, chegaram na velhice, chegaram com os cabelos embranquecidos e não tinham aposentadoria nenhuma a receber porque simplesmente o fundo previdenciário quebrou, faliu.

Como Prefeito de Londrina, por 13 anos eu cheguei até a admitir em conversa de bastidor de entregar 100% para os servidores o comando da caixa previdenciária dos servidores públicos municipais de Londrina. Mas isto nunca foi aceito, porque sempre eles quiseram, Srs. Deputados, dividir a responsabilidade com o Prefeito, ou seja, se porventura um dia quebrar a caixa de previdência, o problema é do Prefeito, o Prefeito é que vai ter que arrumar o dinheiro para pagar a aposentadoria. Chego a imaginar que se acenassem ao Presidente Lula com a probabilidade de ele entregar o Ministério da Previdência Social, com total responsabilidade pela força sindical ou pela CUT, por alguma grande entidade que agrega os trabalhadores brasileiros, eu tenho a impressão que o Presidente Lula, quem sabe, dormiria até mais tranquilo, porque freqüentemente a imprensa tem batido que a previdência social no país está à beira da falência ou até já faliu. O governo está injetando dinheiro lá para não haver uma desgraça maior na vida de milhões de brasileiros e brasileiras.

Portanto, Sr. Presidente, este assunto que é trazido aqui, eu não sei, Deputado Romanelli, se V. Exa. tem algum entendimento com o Governador Requião de ele sancionar o projeto de V. Exa. ou se o Governador Requião não vai contar até 3 e até não vai vetar o projeto para ele não assumir sozinho a responsabilidade pela aposentadoria de milhares e milhares de paranaenses.

Tenho a impressão, volto a insistir, que o que eu falei sobre o Lula, o que eu falei sobre alguns Prefeitos que gostariam de passar essa tarefa de administrar as caixas previdenciárias dos servidores para os próprios servi-

dores, chego a imaginar que não apenas o Governador Requião, mas também aqueles que virão sucedê-lo, certamente, quem sabe, vão ter essa mesma vontade de delegar aos próprios servidores a tarefa de administrar a ParanaPrevidência.

Diante disso, coloco aqui a minha posição porque, como relator da Comissões de Finanças, pedi à assessoria técnica da Casa, pedi inclusive que a assessoria que nos assessora na Bancada da Oposição um parecer e esse parecer, fundamentado, veio aquilo que já imaginávamos, que este projeto não causa nenhum impacto financeiro ao estado do Paraná. Daí o nosso parecer, hoje, às 13h30, na Comissão de Finanças, como Relator, foi recomendado que o projeto fosse aprovado pela comissão para que ele estivesse habilitado a ser apreciado pelo Plenário.

Sr. Presidente Augustinho Zucchi, tenho a maior admiração pelo ilustre Deputado Durval Amaral, antes de tomar posse eu já ouvia pelos corredores da Assembléia que o Deputado Durval Amaral tem se mostrado tão competente e tão imparcial na CCJ que a sua reeleição seria de alto benefício para este Poder, para esta Casa de Leis. Parabéns, nobre Deputado Durval Amaral.

E a mim que sou leigo, Sr. Presidente, o que eu espero é que um dia possamos ter uma interpretação melhor do que é ou não é legal, porque a CCJ fica várias horas debatendo, discutindo, aprova ou não aprova o projeto, emite o parecer favorável ou contrário. O projeto, às vezes, é aprovado, vai para o Palácio e um assessor vai, caneteia e diz que o projeto é inconstitucional. Quase sempre na Casa, muitos Deputados que na CCJ votaram entendendo que o projeto era legal, aqui no Plenário mudam o seu voto e ficam favoráveis à manifestação do Palácio de vetar e acabam votando pelo veto, acabam votando de maneira diferente, votam de um jeito na CCJ, o projeto vai pra lá, é vetado, o Deputado acaba alterando o seu voto aqui, concordando que, de fato, o projeto é inconstitucional.

Espero não morrer antes de ver cada projeto que aqui é considerado constitucional, que de fato a manifestação pela constitucionalidade desta Casa seja a mesma interpretação dos homens que assessoram o Governador do Estado do Paraná!

Portanto, Sr. Presidente, apostando na necessidade de assegurarmos uma aposentadoria, segurança para quem vai se aposentar ou está aposentado, eu prefiro, pessoalmente, eu que já fui Prefeito, eventualmente, se for a vontade do povo, se voltar a ser Prefeito tenho essa mesma posição, Sr. Presidente, que devemos garantir a aposentadoria para as servidoras e servidores públicos.

Agora estamos com este projeto, transferindo toda a responsabilidade para os ombros do Governador, seja do Governador atual, seja do Governador daqui a 10, 20, 30, 50 anos. Se um dia acontecer uma fatalidade de a ParanaPrevidência passar pelos mesmos obstáculos, pelas mesmas dificuldades, pelos mesmos problemas financeiros que tem enfrentado a previdência social em nível federal, a previdência social de vários estados e de

grandes prefeituras do nosso país, evidentemente que a responsabilidade de assegurar, ao final do mês a aposentadoria para o servidor será, Sr. Presidente, única e exclusivamente, do Governador que não vai poder jogar a culpa em ninguém senão em eventual incompetência da sua própria equipe de Governo!

Muito obrigado.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB) (Para Encaminhar)

Sr. Presidente, estava falando para o Deputado Romanelli, que não é fácil enfrentar a força deste governo. Está faltando Biotônico Fontoura. Preciso comprar isso. Mas a grande verdade, Sr. Presidente, deixei apenas para encaminhar a votação primeiro para me contrapor em alguns posicionamentos do Deputado Caíto Quintana.

O Deputado Caíto Quintana disse que não podemos. Podemos, sim, apresentar projetos como este do Deputado Romanelli, se eu não estiver equivocado. Veja, Deputado, diz que só emendas podem ser apresentadas, e este aqui do Deputado Romanelli é uma emenda. Não, pelo que eu observei e até me socorri rapidamente do objeto apresentado pelo Deputado Romanelli, o que vejo aqui não é uma emenda, é o Projeto de Lei nº 136/06. Então, a argumentação feita pelo Deputado Caíto cai por terra, porque ele argumentou que nós não podemos. Nós podemos, sim, apresentar projetos. Como estamos vendo na Constituição, em alguns casos não temos esta autonomia. E é o caso deste, não podemos apresentar projeto. Agora, como não estou nem entrando, o Deputado Durval é o professor da Oposição da questão constitucional dos projetos.

O que me causa um pouco de espanto é o que aconteceu no andar desta carruagem, quando iniciou-se este projeto de autoria do Deputado Romanelli. Não podemos esconder o sol com a peneira. Se não fosse o posicionamento da Oposição, o projeto do Deputado Romanelli estaria quebrando a paridade. Aí nós questionamos a quebra da paridade, houve uma movimentação dos servidores públicos contrários à quebra da paridade. Aí o Deputado Romanelli, autor, apresentou um substitutivo ao seu próprio projeto. Mas, ao apresentar o substitutivo, ele incorre no mesmo vício de origem ao qual nos atemos aqui. Agora, por esta razão, Sr. Presidente, um dos argumentos e aí concordo com V. Exa., falta competência, em alguns setores falta competência.

O Presidente da ParanaPrevidência argumentou uma questão, aqui, que considero que será um marco da história do servidor público deste estado. Ele disse o seguinte: “Estão mudando...” não quebraram a paridade, voltaram atrás, restabeleceram a paridade. Aí o Deputado Romanelli apresentou apenas a mudança da diretoria da ParanaPrevidência. Qual foi o argumento do Presidente da ParanaPrevidência? Pasmem os Srs. advogados que trabalham no estado, que entre os servidores deste estado não tem nenhum servidor com qualificação, em condições de exercer essa diretoria. Esta frase, dita pelo Presi-

dente da ParanaPrevidência, já serviria para haver uma manifestação dos servidores públicos, principalmente aqueles que são da área, que se acham em condições de exercer essa diretoria. E nós alertamos o Presidente da ParanaPrevidência, que não é possível que ele venha com essa argumentação, dizer que no quadro de servidores públicos não há um servidor público sequer capaz de exercer essa função.

Pergunto-me se não estamos isentando, ainda, o Deputado Durval, no mérito?

Estamos discutindo aqui, a questão da constitucionalidade. O que tem de estranho nesse projeto do Deputado Romanelli? Há algo estranho. Quem é o Líder do Governo? O Deputado Romanelli. Quem tem acesso direto ao Governador? O Deputado Romanelli.

Ora, a Oposição está obstruindo a votação. Há quanto tempo, aqui nesta Casa, esse projeto está patinando? Há mais de 60 dias. Estamos sendo combativos, estamos obstruindo votação. Na CCJ, usamos de todos os artifícios possíveis para não ser votado.

Era mais fácil o Líder do Governo atravessar a rua, chegar ao Palácio Iguaçu: “Governador, vamos parar com isso. A Oposição argumenta a sua inconstitucionalidade por vício de origem, o senhor apresenta esse projeto.”

O que parece-me, Deputado Durval, o meu sentimento analítico da situação desta questão da ParanaPrevidência, é que o Governador não quer ter complexidade da autoria desse projeto. Por quê? A sua consciência pesa.

Por que ele não quer ser autor desse projeto para que esse projeto não tenha vício de origem? Porque há na consciência do Governador o sentimento de culpa de um ato que ele cometeu lá atrás, no governo anterior, não neste. O que o Governador fez, daí discordo do Professor Luizão que disse que antigamente extinguiram a previdência do estado e passaram a mão no dinheiro.

Não! Eu, Deputado Rossoni, contrapondo-me ao Deputado Luizão, por isso contamos com o voto do Deputado Luizão nesta batalha, disse o seguinte: “não foi passada a mão no dinheiro, vamos deixar claro, o Governador extinguiu o Fundo de Previdência e usou os recursos para fazer obras e, segundo o que nos consta, inclusive, a duplicação daqui para Joinville”.

Não quero entrar no mérito da necessidade da duplicação. Claro que é necessária, toda duplicação hoje é bem vinda, agora, usar o dinheiro da previdência naquele momento, para fazer aquilo! Imagina! Gostaria até que fossem feitos os cálculos de quanto seria esse volume de recursos que foram usados na extinção do Instituto de Previdência, naquela época. Quanto se somaria aos 4 milhões e 700.

Encareço aos Srs. Deputados que votemos contrários a esse projeto na sua constitucionalidade. Por quê? Porque parece que o Governador não quer ter a complexidade da autoria desse projeto para não afrontar os servidores públicos. Por quê? Se há algo neste estado que serve de exemplo neste país é a ParanaPrevidência. Se não me falha a memória, não quero aqui ser exato nos

meus números, parece-me que tem 3 estados que têm situação previdenciária estável, tranqüila, e um é o estado do Paraná.

Há um velho ditado que diz o seguinte: no que está dando certo, não se mexe. Por esta razão, tendo vício de origem, sendo inconstitucional, nós pedimos para que os Srs. Parlamentares não tenham essa complexidade. Está dando certo, a ParanaPrevidência é um exemplo. Vamos votar contra para marcar aqui o nosso posicionamento.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Com a palavra o Sr. Deputado Luiz Claudio Romanelli, para encaminhar a votação.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sras. Deputadas.

Ouvi as palavras de diversos Parlamentares e quero dizer a V. Exa. que esta Casa continua padecendo de um mal em relação à discussão desse projeto. O volume de desinformação sobre esse tema é assustador! Ou as pessoas não lêem ou ouvem aquilo que não lhe convêm, ou efetivamente o que se procura é criar um ambiente que possa comover corações menos afeitos e que possam se emocionalizar com amplitude os discursos.

Depois da realização da Audiência Pública, e fazia muito tempo que esta Casa não realizava uma Audiência Pública na Comissão de Justiça, ficou muito patente e evidente por parte das principais categorias de profissionais que prestam serviços ao nosso estado, que o projeto vem aperfeiçoar a ParanaPrevidência. Tirando uma visão na minha avaliação corporativa, um posicionamento feito por uma pessoa que eu não conhecia à época e também não conhecia e não se apresentou e depois fui saber, Presidente da Associação dos Advogados do Estado, ex-Diretor do ParanaPrevidência, Mauro Borges. Eu não o conhecia e não poderia nem saber quem estava falando. Defendeu uma posição corporativa em relação à questão dos advogados do estado.

Quando se aprofunda a discussão e eu aprofundi a discussão com um dos representantes legítimos dos servidores públicos do estado do Paraná, que é o Deputado Reni Pereira, o que aconteceu? Os auditores fiscais concordaram com o projeto. Também na discussão que travamos com a APP-Sindicato, a mesma. Nenhum óbice em relação ao projeto. Por quê? Eu ouvi as palavras do Deputado Reinhold Stephanes Júnior - que foi o 1º Secretário da Administração do governo Jaime Lerner e foi um dos formuladores, porque o grande formulador do projeto foi o ex-Secretário da Previdência, Renato Folador - por que é que àquela época, por conta da paridade, foram excetuadas as duas diretorias, a administrativa e a jurídica? Por que as duas? Porque o conjunto dos profissionais que haviam sido escolhidos para poder fazer parte daquela nova diretoria que, à época, eram 5 originalmente e depois por um desses projetos, acabou sendo retirada uma delas, Diretoria de Serviços Médicos-Hospi-

tales, aquela diretoria foi composta com base num acordo para poder trazer, para ser Diretor de Finanças e Patrimônio, um funcionário da COPEL que não era funcionário público, por isso não podia integrar para representar a paridade à diretoria que lhe foi destinada. Da mesma forma, a primeira Diretoria da Previdência, foi uma servidora do INSS, que não podia representar os servidores para compor a paridades. Restou, aí sim, duas diretorias, a Administrativa e a Jurídica. Bem disse o Deputado Caíto Quintana, que pouquíssimos órgãos têm Diretoria Jurídica. Diretoria Jurídica ou é coordenadoria, assessoria ou superintendência jurídica. Dificilmente diretoria.

Esses processos de discussão sobre esse tema e por óbvio que esse projeto foi apresentado e foi apresentado para ser sancionado pelo Governador Requião, ele foi apresentado de forma absolutamente constitucional, porque, Deputado Durval Amaral, me desculpe, V. Exa. subiu naquela tribuna e eu na última semana não vi V. Exa. subindo aqui falando sobre o projeto da Deputada Cida Borghetti, flagrantemente inconstitucional, agressivamente, do ponto de vista da nossa Constituição, inconstitucional. Passou pela Comissão de Justiça e não ouvi de V. Exa. nenhum reparo àquele projeto. Eu aqui levantei a questão da constitucionalidade. Percebi nesta Casa que ela deseja aprovar o projeto flagrantemente inconstitucional e na votação, inclusive nominal, votei pelo projeto, porque é um desejo, embora flagrantemente inconstitucional, contrariando o que dispõe o artigo 66.

Estamos tratando da ParanaPrevidência, é um serviço social autônomo, tem uma personalidade jurídica. A natureza jurídica dela é de direito privado e ela está naquela esfera da entidade autárquica e fundacional como paraestatal. Por isso que é competência, sim, desta Casa. Ela foi criada por uma lei específica e é competência, sim, desta Casa, poder promover, de acordo com o artigo 53, a transformação para o provimento de cargo. Ao contrário do que afirma o nobre Deputado Durval Amaral, que merece o meu mais profundo respeito pelo saber jurídico, ele defende um posicionamento e eu aqui quero dizer ao Deputado Caíto Quintana, as prerrogativas desta Casa, vão da competência deste Parlamento poder estabelecer aqui o que é absolutamente legal e legítimo. E legítimo é esse projeto de lei que altera, única e exclusivamente, - transforma qualidade de quem vai ocupar cargo flexibilizando aquilo que já está posto. Ou seja, a paridade é mantida e é claro, o Governador poderá nomear 2 Diretores vinculados à ParanaPrevidência com competência, porque sabemos que há mais de 1 ano que o Diretor-Presidente da ParanaPrevidência, o Dr. José Maria de Paula Correia, que foi Vereador em Curitiba, Prefeito do município de Matinhos, ele ocupa e também acumula o cargo de Diretor-Jurídico da ParanaPrevidência.

Então, a verdade, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é que temos aqui uma questão clara, é um embate político

entre a Oposição e a Situação. Faz parte desse processo e eu penso que quando o Governador Jaime Lerner pegou toda a receita que viria dos royalties da Itaipu, tudo, os governos que se seguiriam, receita que falta hoje, inclusive, para muitos investimentos, mas pegou esse dinheiro e colocou esse dinheiro no ParanaPrevidência, foi uma decisão que esta Casa aqui apoiou e votou. Correto! Ficou capitalizado, pelo menos sabemos que o dinheiro foi bem aplicado.

Esse espírito foi bom, embora tivesse sacado recursos dos governos que se sucederiam e não é pouco dinheiro, é muito dinheiro! Há um questionamento, inclusive, de uma negociação que foi feita, porque a antecipação significou perda de receita. Temos que reconhecer, Srs. Deputados, que o nosso projeto é um projeto que visa flexibilizar a nomeação de 2 Diretores, mantida a paridade. Nenhuma violência, absolutamente nada. O projeto, para valer, tem que ser sancionado pelo Governador do Estado do Paraná. Por isso que efetivamente a constitucionalidade do projeto já foi aprovada pela Comissão de Constituição e Justiça por maioria, depois da audiência pública que foi feita e penso que foi por uma votação, inclusive importante, 8 a 4 na Comissão de Constituição e Justiça. Foi uma votação significativa!

Por isso, quero pedir a todos os Srs. Deputados o apoio à aprovação pela constitucionalidade, e quero dizer a V. Exa. que temos que fazer uma emenda ao projeto, tem que suprimir uma questão que foi levantada pelo Deputado Luizão e Deputado Reinhold Stephanes. Temos que fazer uma emenda para garantir a questão da paridade, mesmo se alguém deixar de ser contribuinte da ParanaPrevidência, como Diretor.

Por isso, quero pedir aos Srs. Deputados o apoio, para que possamos votar, em 1ª discussão, a constitucionalidade deste projeto. Era isto, Sr. Presidente. Agradeço pela tolerância em relação à questão do horário.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Com a palavra o Deputado Pastor Edson Praczyk.

O SR. PASTOR EDSON PRACZYK (PRB)

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Nosso encaminhamento é mais uma forma de registrar o posicionamento do nosso Bloco, que temos tentado até com um certo êxito, reconheço, manter um grupo sólido, composto por 5 Parlamentares. Grupo este que tem tentado reunir-se com uma certa periodicidade, para questões como esta, decidirmos entre nós o que é mais coerente em determinadas votações.

Então, nosso encaminhamento é no sentido de apoio, seguindo o Relator Deputado Caíto Quintana, que nos convenceu. Fomos quase que unânimes, no nosso Bloco, na decisão de dar o devido apoio. E faço o registro que os Deputados Chico Noroeste, Ribas Carli, Reni Pereira - embora não estejam presentes - a Deputada Rosane e este Parlamentar que vos fala, estare-

mos votando pela constitucionalidade deste projeto e sugerindo aos demais Pares que assim o façam. Volto a repetir, por entendimento da nossa Bancada, do nosso Bloco suprapartidário.

Fica aqui o registro, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Com a palavra o Professor Luizão, como último inscrito.

O SR. PROFESSOR LUIZÃO (PT)

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Primeiramente quero retificar o que o Deputado Valdir Rossoni falou, porque quando naquela ocasião, na CCJ...

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Peço a compreensão de V. Exa. para apenas relatar o seguinte: para colocar o projeto em votação será necessário o quórum de 28. Se não tiver 28 Deputados, não vou colocar o projeto em votação, porque quem encaminha não pode se retirar do plenário.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

E nem nós deixaremos, porque vamos pedir verificação.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

E vamos pedir chamada nominal.

O SR. ANTONIO BELINATI (PP) (Pela Ordem)

Está claro que não há quórum.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Mas, eu não coloquei o projeto em votação, ainda. A votação está sendo encaminhada.

O SR. ANTONIO BELINATI (PP) (Pela Ordem)

Mas, mesmo para continuidade da Sessão.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Encaminhamento não há problema, Deputado.

O SR. PROFESSOR LUIZÃO (PT)

Quando eu me referi ao Fundo de Previdência, na CCJ, eu disse que o temor de se alterar qualquer coisa na lei que trata da previdência dos servidores é devido ao passado, porque aconteceu no passado que governos costumavam utilizar estes recursos para outros fins, não aquele destinado ao pagamento de aposentadoria e pensões dos servidores. Eu não disse que o governo "meteu a mão" e ficou com o dinheiro. Não era isso. Só esclarecendo.

O projeto foi bastante debatido, Sr. Presidente, e eu quero dizer o seguinte: em relação à constitucionalidade do projeto, que nós aprovamos na CCJ por 8 votos a 4, e

no início eu realmente fiquei preocupado, quando se tratava de uma alteração na lei da ParanaPrevidência, porque também sou servidor licenciado, vinculado a ParanaPrevidência, inclusive está aqui o Presidente do meu sindicato, da APP, o Lemos.

Quero dizer o seguinte: defendo que existe, sim, possibilidade de iniciativa desse projeto por parte do Deputado Romanelli porque ele não cria cargos. Este projeto, que visa alterar alguns artigos da lei da ParanaPrevidência não cria cargos; não cria empregos; não cria atribuições; não transforma cargos; não trata de aposentadorias; não trata de estabilidade; não diz como vão ser feitas as aposentadorias e em que condições.

Este projeto do Romanelli, principalmente, não altera a parte que trata dos recursos da ParanaPrevidência. É bom deixar bem claro, porque quando se fala, aqui, dá impressão que este projeto, o Deputado que votar favorável vai estar colocando em risco os recursos da ParanaPrevidência. Isso é uma mentira, porque o projeto não diz nada disso!

O artigo que trata dos recursos da ParanaPrevidência, que é o artigo 32 da lei, diz o seguinte: *As aplicações e investimentos efetuados pela ParanaPrevidência submeter-se-ão aos princípios da segurança, rentabilidade, liquidez, economicidade e obediência às diretrizes estabelecidas pelo Conselho de Administração que aprovará o respectivo plano.* Então, qual é o órgão máximo da ParanaPrevidência? É o Conselho de Administração.

Está sendo alterada alguma coisa no Conselho de Administração, que é o órgão máximo da ParanaPrevidência? Nada, Sr. Presidente. Não está se mexendo em nada! Aliás, no Conselho de Administração, os integrantes vinculados à ParanaPrevidência são ampla maioria. O que é importante, porque é o Conselho de Administração quem decide sobre as aplicações do fundo da ParanaPrevidência.

O Conselho de Administração é composto da seguinte forma: 3 são indicados pelo Governador. Necessariamente, 1 tem que ser militar e o outro servidor; 1 é indicado pelo Secretário Especial da ParanaPrevidência, que tem que ser vinculado à ParanaPrevidência; outro é indicado pelos sindicatos e entidades. Tem que ser 1 servidor ativo; os inativos também indicam 1 que tem que ser inativo ligado à ParanaPrevidência; esta Assembléia indica 1 integrante; o Tribunal de Justiça também indica 1 integrante; o Ministério Público indica outro integrante; e o outro integrante quem indica é a Associação dos Fundos de Pensão.

No Conselho de Administração, que é o órgão máximo da ParanaPrevidência, não estamos alterando nada. Então, em relação à iniciativa, será que mudaria alguma coisa se colocássemos neste projeto o seguinte: fica autorizado o Governador a nomear esses cargos - não necessariamente esses dois vinculados a ParanaPrevidência - porque aprovamos projetos autorizativos?

Vejo este projeto como autorizativo porque ele diz que dos Diretores do Conselho Diretor, ele vai poder

indicar não necessariamente esses 2 vinculados à ParanaPrevidência, que hoje é o Diretor-Jurídico e o Diretor de Administração. Que fique bem claro que quem nomeia todos os Diretores da ParanaPrevidência é o Governador, só que hoje o Governador tem que se ater a que o Diretor-Jurídico e o Diretor de Administração sejam pessoas vinculadas à ParanaPrevidência, mas o Diretor de Previdência e o Diretor de Finanças e Patrimônio não precisam ser vinculados à ParanaPrevidência.

Se tivéssemos que falar qual é o cargo mais importante, na minha opinião, desse Conselho Diretor do ParanaPrevidência, eu diria que o cargo mais importante é o Diretor de Finanças e Patrimônio, porque a atribuição desse Diretor é a seguinte: *Ao Diretor de Finanças e Patrimônio compete as ações de gestão orçamentária, de planejamento financeiro, os recebimentos e pagamentos, os assuntos relativos à área contábil, as aplicações e investimentos e a gerência dos bens pertencentes a ParanaPrevidência.*

Esse, para mim, é o cargo mais importante e, hoje, não precisa esse Diretor ser nomeado entre os vinculados à ParanaPrevidência. Agora, com a alteração proposta pelo Deputado Romanelli, se o Governador indicar o Diretor de Administração e o Diretor Jurídico, que não sejam vinculados à ParanaPrevidência, necessariamente esses Diretores terão que ser vinculados à ParanaPrevidência.

Então, por isso é melhor desmistificar para não parecer que estamos mexendo na ParanaPrevidência; que estamos abrindo uma porteira para passar uma boiada. Não vejo desta forma. E de todas as discussões que fizemos até agora, ninguém conseguiu me convencer do contrário, que essas alterações vão colocar em risco a ParanaPrevidência. Não vejo desta forma.

Além do mais, estou propondo, estou com as emendas, para alterar duas situações nesse projeto do Deputado Romanelli. O primeiro, quando diz suprimir o parágrafo 3º do projeto, conversei inclusive com o Deputado, insisti, vou apresentar uma emenda mantendo esse parágrafo 3º. E essa emenda, pretendo discutir amanhã, que é o dia que vamos discutir o mérito do projeto.

Então, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, quero encaminhar favoravelmente à aprovação desse projeto, por não vislumbrar que ele vai trazer algum perigo à ParanaPrevidência, porque a alteração vai simplesmente permitir ao Governador indicar aquelas pessoas que ele vai nomear - ele vai nomear todos do mesmo jeito - só que ele vai estar desobrigado de que os 2 vinculados sejam esses Diretores, Jurídico e de Administração. Mas, ele pode indicar todos vinculados à ParanaPrevidência. Agora, a Constituição Estadual, no artigo 42, prevê que 2 terão que estar vinculados à ParanaPrevidência porque os órgãos de decisão têm que ser qualitários. E nisso, o projeto do Romanelli, o substitutivo geral, não o primeiro, ele resolve o problema da qualidade.

Então encaminho favoravelmente, embora não seja o assunto que esteja na nossa Bancada mesmo. É um

assunto que não está resolvido, mas encaminho favoravelmente.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Artigo 159, parágrafo 1º: *Nenhuma matéria será colocada em votação sem a presença do número legal de Deputados.*

Solicito ao 1º Secretário à chamada nominal para a conferência de quórum.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Chico Noroeste**)

(Procede á chamada nominal dos Srs. Deputados)

Sr. Presidente, 31 Srs. Deputados presentes.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Trinta e um Deputados. Há quórum para a votação. Em votação o projeto.

Os Srs. Deputados favoráveis, permaneçam como estão. **Aprovado.**

Verificação de votação, a pedido do Deputado Durval Amaral.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Pela ordem, Sr. Presidente?

(Assentimento)

Sei que é do nosso Regimento, mas eu queria dizer que há uma grande incoerência. V. Exa. acabou de fazer uma chamada nominal. Trinta e um Srs. Deputados e Sras. Deputadas responderam à chamada. Alguns Deputados estavam fora do plenário e não participaram da chamada, mas no processo de votação, vêm votar. Sei que é do Regimento e faz parte do jogo democrático, mas me parece que os Deputados que não estavam presentes para se obter quórum para poder deliberar - reconheçamos, aqui, que é uma tremenda de uma incoerência - que possam efetivamente votar. Dizer a V. Exa. que, seguramente, esse Regimento nosso tem que ser revisto.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Sr. Presidente, à compreensão do Regimento, temos dificuldade de compreender como entende o Deputado Romanelli.

V. Exa. nos socorreu, porque pediu a verificação de quórum para votar o projeto. Ele não estava em processo de votação. Se o pedido de verificação de quórum fosse feito por este Parlamentar, que estava aqui em nome da Oposição, para obstruir a votação, aí sim eles não poderiam votar. Como V. Exa. antecipou-se à verificação de quórum, o projeto ainda não estava em processo de votação.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Vou proceder a votação inversa agora, conforme pedido de verificação de votação.

Deputados favoráveis ao projeto, queiram levantar-se. Vinte e cinco Srs. Deputados votaram favorável.

Deputados que são contrários ao projeto, queiram manifestar-se. Dez Deputados são contrários.

Gostaria de registrar a abstenção da Deputada Luciana.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Pela ordem, Sr. Presidente.

(Assentimento)

De acordo com o nosso Líder do PTB aqui, todos os Deputados do PTB votaram a favor.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Esse projeto está **aprovado.**

ITEM 11

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 190/07, de autoria do Tribunal de Justiça - Ofício nº 229/07, que cria a Vara de Execuções Penais e Corregedoria dos Presídios na Comarca de Francisco Beltrão, alterando a Lei Estadual nº 14277, de 30 de dezembro de 2003 e adota outras providências. PARECERES FAVORÁVEIS CCJ, CF. COM EMENDA DA CCJ. **Aprovado.**

PROJETO DE LEI Nº 190/07

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica criada uma (1) Vara de Execuções Penais e Corregedoria dos Presídios na Comarca de Francisco Beltrão, modificando o artigo 263 e os anexos IV e VIII da Lei Estadual nº 14.277, de 30 de dezembro de 2003 - Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná, que passa a vigorar com a seguinte alteração:

“Art. 263. Fica criado nas comarcas de entrância intermediária o seguinte:

I - ...

(...)

XXII - na Comarca de Francisco Beltrão:

a) a Vara de Execuções Penais e Corregedoria dos Presídios.”

Art. 2º Ficam criados na Comarca de Francisco Beltrão, para a Vara de Execuções Penais e Corregedoria dos Presídios, alterando os Anexos V, VI (tabela 3) e IX (tabelas 1 e 4) da lei referida no artigo 1º, os seguintes cargos de provimento efetivo:

a) um (1) cargo de Juiz de Direito de entrância intermediária;

b) um (1) cargo de Escrivão;

c) dois (2) cargos de Auxiliar de Cartório da Vara de Execuções Penais e Corregedoria dos Presídios;

d) dois (2) cargos de Oficial de Justiça;

e) três (3) cargos de Auxiliar Administrativo da Vara de Execuções Penais e Corregedoria dos Presídios.

Art. 3º Fica criada, na Comarca de Francisco Beltrão, a Escrivania de Execuções Penais e Corregedoria dos Presídios.

Art. 4º A Vara de Execuções Penais e Corregedoria dos Presídios da Comarca de Francisco Beltrão, criada por esta lei, passa a integrar os Anexos IV, V, VI (Tabela 3), VIII e IX (Tabelas 1 e 4) da Lei nº 14.277, de 30 de dezembro de 2003 - Código de Organização e Divisão Judiciárias, com jurisdição nas seguintes Comarcas:

- I - Barracão;
- II - Capanema;
- III - Chopinzinho;
- IV - Coronel Vivida;
- V - Dois Vizinhos;
- VI - Francisco Beltrão;
- VII - Pato Branco;
- VIII - Realeza;
- IX - Salto do Lontra;
- X - Santo Antônio do Sudoeste.

Art. 5º As despesas decorrentes desta lei correrão por conta das dotações orçamentárias do Poder Judiciário.

Art. 6º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 29 de março de 2007

(a) TRIBUNAL DE JUSTIÇA

JUSTIFICATIVA:

A presente lei tem por objetivo a alteração da Lei Estadual nº 14277, de 30 de dezembro de 2003 - Código de Organização e Divisão Judiciária do Estado do Paraná, no âmbito da composição de seus anexos, visando unicamente, à criação de uma (1) Vara de Execuções Penais e Corregedoria dos Presídios na Comarca de Francisco Beltrão.

É de amplo conhecimento que os problemas carcerários, que se avolumam em ritmo crescente, estão a exigir a adoção de medidas concretas tanto no que diz respeito à ampliação e aperfeiçoamento da estrutura prisional do Estado, quanto à descentralização do sistema de execução de penas.

Atento a esse aspecto e tendo em vista a instalação de uma penitenciária na comarca de Francisco Beltrão, com capacidade para recolher 960 presos condenados, conforme informado pelo Ofício 385/06-GS do mui digno Secretário de Estado da Justiça e da Cidadania do Paraná, protocolado sob nº 135.263/06-PJPR, o Tribunal de Justiça do Estado do Paraná propõe a criação de uma Vara de Execuções Penais e Corregedoria dos Presídios na comarca de Francisco Beltrão.

A jurisdição da Vara de Execuções Penais da comarca de Francisco Beltrão abrangerá as comarcas que integram a 28ª, 43ª e 46ª Seções Judiciárias, com o desmembramento da Vara de Execuções Penais da Comarca de Cascavel.

O projeto de lei contou com a aprovação, por unanimidade de votos, do egrégio Órgão Especial do Tribunal de Justiça, em Sessão Ordinária realizada no dia 11 de dezembro de 2006.

Outrossim, as alterações que este projeto de lei pretende introduzir no Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado mostram-se imprescindíveis à necessária fixação dos limites territoriais, de competência jurisdicional, de cada uma das Varas de Execuções Penais do Estado.

A criação da Vara de Execuções Penais e Corregedoria dos Presídios (artigo 1º do anteprojeto de lei) altera os Anexos IV e VIII da Lei Estadual 14.277/03.

A criação dos cargos para a estruturação da Vara (artigo 2º do anteprojeto de lei) modifica os Anexos V, VI (tabela 3) e IX (tabelas 1 e 4) da referida lei.

A estimativa do impacto orçamentário-financeiro da presente proposta totaliza o valor anual de R\$ 495.649,00 (quatrocentos e noventa e cinco mil, seiscentos e quarenta e nove reais), a ser suportado pelo orçamento próprio do Tribunal de Justiça, não ultrapassando o limite de gastos com pessoal e encargos, conforme preceitua a Lei Complementar nº 101/00 - LRF.

O “Demonstrativo da Despesa com Pessoal” do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, referente ao orçamento fiscal de 2006, evidencia que o dispêndio com pessoal situou-se em 3,81% (três vírgula oitenta e um por cento) da Receita Corrente Líquida do Estado do Paraná, para o terceiro quadrimestre de 2006, portanto, abaixo do limite prudencial de 5,70% (cinco vírgula setenta por cento) estabelecido no artigo 22, parágrafo único, da citada Lei de Responsabilidade Fiscal.

DECLARAÇÃO

Declaro, em atendimento ao disposto no artigo 16 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), que as despesas decorrentes do anteprojeto de lei, em anexo, referente à criação de uma Vara de Execuções Penais e Corregedoria dos Presídios na Comarca de Francisco Beltrão, neste estado, apresentam adequação orçamentária e financeira com o orçamento do Poder Judiciário, para o exercício de 2007, aprovado pela Lei Estadual nº 15339, de 22 de dezembro de 2006, e compatibilidade com o Plano Plurianual - PPA, 2004/2007 na dotação - Projeto/Atividade - 2002 - 3.1.90.11.00 (Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoa Civil).

Curitiba, 27.03.07.

(a) J. VIDAL COELHO - Presidente

CUSTO DA PROPOSTA PARA CRIAÇÃO DA VARA DE EXECUÇÕES PENAIS E CORREGEDORIA DOS PRESÍDIOS NA COMARCA DE FRANCISCO BELTRÃO									
ENTRÂNCIA INTERMEDIÁRIA									
Cargo	Qtde	Vencim. Cargo	Risco de Vida 33%	Assiduidade	(*) Extraordinário - 20%	Despesa Mensal	Terço Férias	Nº Meses	Custo Anual
Juiz de Direito	1	17.910,12				17.910,12	11.940,08	13	244.771,64
Escrivão*** E1	1	2.873,34	948,20	100,00		3.921,54	1.307,18	13	52.287,23
Oficial de Justiça*** C11	2	1.931,38	637,36	100,00	386,28	6.110,02	2.036,67	13	81.466,97
Auxiliar de Cartório*** C5	2	1.681,10	554,76	100,00		4.671,73	1.557,24	13	62.289,68
Auxiliar Administrativo *** A2	3	955,52	315,32	100,00		4.112,52	1.370,84	13	54.833,66
TOTAL	9					36.725,94	18.212,02		495.649,18
* Dec. Jud. 206/05 *** Lei nº 14.506/04 Os níveis de deslocamento na carreira são idênticos aos aplicados em 2004.									
Curitiba, 20 de setembro de 2006.									

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO PARANÁ - TRIBUNAL DE JUSTIÇA RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL - DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL ORÇAMENTO FISCAL - JANEIRO/2006 A DEZEMBRO/2006 LRF, art. 55, inciso I, alínea "a" - Anexo I	
Despesa de Pessoal	Despesa Liquidada
	jan/2006 a dez/2006
Despesa Bruta com Pessoal (I)	542.786.435,82
Pessoal Ativo	394.567.044,39
Pessoal Inativo	148.219.391,43
Outras Despesas de Pessoal Decorrentes de Contrato de Terceirização (art. 18, § 1º da LRF)	-
Despesas não Computadas (art. 19, § 1º da LRF e Res. nº 7598/02 - TC - (II))	108.575.125,27
(-) Indenização por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	-
(-) Decorrente de Decisão Judicial	-
(-) Despesas de Exercício Anteriores	26.058.842,86
(-) Inativos com Recursos Vinculados	1.996.702,97
(-) Imposto de Renda Retido na Fonte	80.519.579,44

Total da Despesa com Pessoal para fins de Apuração do Limite-TDP (III) =(I-II)	434.211.310,55
Receita Corrente Líquida - RCL - (IV) (*)	11.409.182.699,14
% do Total da Despesa com Pessoal para fins de Apuração do Limite-TDP sobre a RCL (III/IV) * 100	3,81%
Limite Máximo - (art. 20 da LRF) - 6,00%	684.550.961,95
Limite Prudencial - (art. 22 da LRF) - 5,70%	650.323.413,85
<p>Observação: (*) Valor Preliminar Sujeito a Alteração. FONTE: Relatórios contábeis junto ao Depart. Econômico e Financeiro do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná Site: www.tj.pr.gov.br/contas/</p> <p>(aa) TADEU MARINO LOYOLA COSTA VILMAR FARIAS MAURO RIBEIRO BORGES Pres. do Trib. de Just. do Estado Diretor do Depart. Econ. e Financ. Secr. do Trib. de Just. do Estado</p>	

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ CÓDIGO DE ORGANIZAÇÃO E DIVISÃO JUDICIÁRIAS - LEI Nº 14277/2003 COMPOSIÇÃO DO FORO JUDICIAL E FORO EXTRAJUDICIAL POR COMARCA - ANEXO IV	
	Francisco Beltrão - Comarca de Entrância Intermediária
	Foro Judicial
	1ª Vara Cível
	2ª Vara Cível
	Vara Criminal
	Vara da Infância e da Juventude, Família, Registros Públicos, Acidentes do Trabalho e Corregedoria do Foro Extrajudicial
	Vara de Execuções Penais e Corregedoria dos Presídios
(2)	Juizado Especial Cível e Criminal
	Ofício de Distribuidor, Contador, Partidor, Avaliador e Depositário Público
	Foro Extrajudicial
	1º Tabelionato de Notas
	2º Tabelionato de Notas
	Tabelionato de Protesto de Títulos
	1º Serviço de Registro de Imóveis
	2º Serviço de Registro de Imóveis
	Serviço de Registro Civil das Pessoas Naturais, acumulando, precariamente, o Serviço de Registro de Títulos e Documentos e Civil das Pessoas Jurídicas
	Serviço Distrital

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
CÓDIGO DE ORGANIZAÇÃO E DIVISÃO JUDICIÁRIAS - LEI Nº 14277/2003
COMPOSIÇÃO DO FORO JUDICIAL E FORO EXTRAJUDICIAL POR COMARCA - ANEXO IV

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
CÓDIGO DE ORGANIZAÇÃO E DIVISÃO JUDICIÁRIAS - LEI Nº 14277/2003
MAGISTRATURA ESTADUAL - ANEXO V

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
CÓDIGO DE ORGANIZAÇÃO E DIVISÃO JUDICIÁRIAS - LEI Nº 14277/2003
CARGOS DO FORO JUDICIAL - ENTRÂNCIA INTERMEDIÁRIA
ANEXO VI - TABELA 3

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ CÓDIGO DE ORGANIZAÇÃO E DIVISÃO JUDICIÁRIAS - LEI Nº 14277/2003 CARGOS DO FORO JUDICIAL - ENTRÂNCIA INTERMEDIÁRIA ANEXO VI - TABELA 3							
Auxiliar de Cartório de Execuções Penais e Correg dos Presídios	Comiss. de Vigilância da Infância e da Juventude	Auxiliar Administrativo Criminal	Auxiliar Administr. da Infância e da Juventude	Auxiliar Administr. da Vara de Execuções Penais e Correg. dos Presídios	Ofícios de Distr., Contador, Partidor, Avaliador Judicial e Depositário Público (*)	Agente de Limpeza	Total
2	1	2	2	3	1	3	31
(*) Cargos não remunerados pelos Cofres Públicos.							

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ CÓDIGO DE ORGANIZAÇÃO E DIVISÃO JUDICIÁRIAS - LEI Nº 14277/2003 JURISDIÇÃO DAS VARAS DE EXECUÇÕES PENAS E CORREGEDORIA DOS PRESÍDIOS ANEXO VIII								
Nº	Jurisdição da VEP de Curitiba	Jurisdição da VEP de Cascavel	Jurisdição da VEP de Francisco Beltrão	Jurisdição da VEP de Foz do Iguaçu	Jurisdição de VEP de Guarapuava	Jurisdição da VEP de Londrina	Jurisdição da VEP de Maringá	Jurisdição da VEP de Ponta Grossa
1	Almirante Tamandaré	Campina da Lagoa	Barracão	Assis Chateaubriand	Cândido de Abreu	Andirá	Alto Paraná	Arapoti
2	Antonina	Capitão Leônidas Marques	Capanema	Formosa do Oeste	Cantagalo	Apuca-rana	Alto Piquiri	Castro
3	Araucária	Cascavel	Chopin-zinho	Foz do Iguaçu	Guarapuava	Arapongas	Altônia	Curiúva
4	Bocaiúva	Catanduvas	Coronel Vivida	Marechal Cândido Rondon	Irati	Assaí	Astorga	Imbituva
5	Campina Grande do Sul	Clevelândia	Dois Vizinhos	Matelândia	Iretama	Bandeirantes	Barbosa Ferraz	Ipiranga
6	Campo Largo	Corbélia	Francisco Beltrão	Medianeira	Mallet	Bela Vista do Paraíso	Campo Mourão	Jaguariaíva
7	Cerro Azul	Guaraniauçu	Pato Branco	Palotina	Manoel Ribas	Cambará	Cianorte	Ortigueira
8	Colombo	Laranjeiras do Sul	Realeza	Santa Helena	Palmital	Cambé	Cidade Gaúcha	Palmeira

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
CÓDIGO DE ORGANIZAÇÃO E DIVISÃO JUDICIÁRIAS - LEI Nº 14277/2003
JURISDIÇÃO DAS VARAS DE EXECUÇÕES PENAS E CORREGEDORIA DOS PRESÍDIOS
ANEXO VIII

Nº	Jurisdição da VEP de Curitiba	Jurisdição da VEP de Cascavel	Jurisdição da VEP de Francisco Beltrão	Jurisdição da VEP de Foz do Iguaçu	Jurisdição de VEP de Guarapuava	Jurisdição da VEP de Londrina	Jurisdição da VEP de Maringá	Jurisdição da VEP de Ponta Grossa
9	Curitiba	Mangueirinha	Salto do Lontra	São Miguel do Iguaçu	Pinhão	Carlópolis	Colorado	Piraí do Sul
10	Fazenda Rio Grande	Palmas	Santo Antônio do Sudoeste	Toledo	Pitanga	Centenário do Sul	Cruzeiro do Oeste	Ponta Grossa
11	Guaratuba	Quedas do Iguaçu		Ubiratã	Prudentópolis	Congonhinhas	Engenheiro Beltrão	Sengés
12	Lapa				Rebouças	Cornélio Procopio	Goioerê	Siqueira Campos
13	Matinhos				Reserva	Faxinal	Guaíra	Teixeira Soares
14	Morretes				São João do Triunfo	Grandes Rios	Icaraíma	Telêmaco Borba
15	Paranaguá				São Mateus do Sul	Ibaiti	Iporã	Tibagi
16	Pinhais				União da Vitória	Ibiporã	Jandaia do Sul	Tomazina
17	Piraquara					Ivaiporã	Loanda	Wenceslau Braz
18	Rio Branco do Sul					Jacarezinho	Mamborê	
19	Rio Negro					Jaguapitã	Mandaguáçu	
20	São José dos Pinhais					Joaquim Távora	Mandaguari	
21						Londrina	Marialva	
22						Marilândia do Sul	Maringá	
23						Nova Fátima	Nova Esperança	
24						Porecatu	Nova Londrina	
25						Primeiro de Maio	Paraíso do Norte	

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ CÓDIGO DE ORGANIZAÇÃO E DIVISÃO JUDICIÁRIAS - LEI Nº 14277/2003 JURISDIÇÃO DAS VARAS DE EXECUÇÕES PENAS E CORREGEDORIA DOS PRESÍDIOS ANEXO VIII								
Nº	Jurisdição da VEP de Curitiba	Jurisdição da VEP de Cascavel	Jurisdição da VEP de Francisco Beltrão	Jurisdição da VEP de Foz do Iguaçu	Jurisdição de VEP de Guarapuava	Jurisdição da VEP de Londrina	Jurisdição da VEP de Maringá	Jurisdição da VEP de Ponta Grossa
26						Ribeirão Claro	Paranacity	
27						Ribeirão do Pinhal	Paranavaí	
28						Rolândia	Peabirú	
29						Santa Mariana	Pérola	
30						Santo Antonio da Platina	Santa Iza-bel do Ivaí	
31						São Jerôni-mo da Serra	São João do Ivaí	
32						Sertanópolis	Sarandi	
33						Uraí	Terra Boa	
34							Terra Rica	
35							Terra Roxa	
36							Umuarama	
37							Xambrê	

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ CÓDIGO DE ORGANIZAÇÃO E DIVISÃO JUDICIÁRIAS - LEI Nº 14277/2003 CRIAÇÃO E EXTINÇÃO DE CARGOS - ANEXO IX CARGOS DA MAGISTRATURA ESTADUAL - TABELA 1							
COMAR-CAS	Desembar-gador	Juiz de Direito Sub-tituto em 2º Grau	Juiz de Direito	Juiz de Direito do Juizado Especial	Juiz de Direito Substituto	Juiz Substi-tuto	Total
Francisco Beltrão			1				1

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ CÓDIGO DE ORGANIZAÇÃO E DIVISÃO JUDICIÁRIAS -LEI Nº 14277/2003 CRIAÇÃO E EXTINÇÃO DE CARGOS - ANEXO IX CARGOS DO FORO JUDICIAL POR COMARCA - ENTRÂNCIA INTERMEDIÁRIA - TABELA 4								
Comarca	Escriv. Cível (*)	Escriv. Crim.	Escriv. de Família Registros Púb., Acidentes do Trab. e Correg. do Foro Extrajud.	Escriv. da Infância e da Juvent.	Escriv. de Execuções Penais e Corregedoria dos Presídios	Oficial de Justiça	Aux. de Cartório Criminal	Aux. de Cartório da Infância e da Juvent.
Francisco Beltrão					1	2		
*) - Cargos não remunerados pelos Cofres Públicos.								

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ CÓDIGO DE ORGANIZAÇÃO E DIVISÃO JUDICIÁRIAS -LEI Nº 14277/2003 CRIAÇÃO E EXTINÇÃO DE CARGOS - ANEXO IX CARGOS DO FORO JUDICIAL POR COMARCA - ENTRÂNCIA INTERMEDIÁRIA - TABELA 4							
Auxiliar de Cartório de Execuções Penais e Corregedoria dos Presídios	Comiss. de Vigilância da Infância e da Juvent.	Auxiliar Administr. Criminal	Auxiliar Administr. da Infância e da Juvent.	Auxiliar Administr. de Execuções Penais e Corregedoria dos Presídios	Ofícios de Distribuidor, Contador, Partidor, Avaliador Judicial e Depositário Público (*)	Agente de Limpeza	Total
2				3			8
(*) - Cargo não remunerados pelos Cofres Públicos.							

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 190/07

P A R E C E R :

Sob análise nesta Comissão de Justiça, proposta legislativa de autoria do Poder Judiciário, no pleno exercício de sua competência constitucional para iniciar o processo legislativo de matérias que disponham sobre a sua organização e funcionamento, o que lhe é reservada com exclusividade nos artigos 96 e 101, inciso I, alínea “d” da Constituição do Estado.

O objetivo da proposição submetida à aprovação deste Poder Legislativo é o de alterar o Código de Organizações e Divisão Judiciária do Estado do Paraná, para o fim de criar a Vara de Execuções Penais e Corregedoria

dos Presídios, na comarca de Francisco Beltrão, criando assim cargos de provimento efetivo, sendo 1 cargo de Juiz de Direito de Entrância Intermediária, 1 cargo de Escrivão, 2 cargos de Auxiliar de Cartório da Vara de Execuções Penais e Corregedoria dos Presídios, 2 cargos de Oficial de Justiça e mais 3 cargos de Auxiliar Administrativo da Vara de Execuções Penais e Corregedoria dos Presídios.

Em cumprimento às condições impostas nos artigos 16 e 17 da Lei de Responsabilidade Fiscal, Lei nº 101/00, para aprovação de medidas geradoras de despesa no poder público, o Tribunal de Justiça apresentou em sua justificativa a estimativa do impacto financeiro orçamentário da medida proposta e anexou a declaração do seu Presidente, o ordenador da despesa.

Também em cumprimento ao que dispõe o artigo 22 da mesma lei, quanto aos limites de gastos com pessoa, o Tribunal de Justiça apresentou os dados necessários, anexando demonstrativo da despesa com pessoal, em face de seu orçamento.

Sem prejuízo da análise financeira e orçamentária que deverá ser procedida pelas competentes Comissões de Finanças e de Orçamento desta Casa, quanto aos números apresentados, esta Comissão de Constituição e Justiça, no que respeita aos aspectos da constitucionalidade e legalidade, verificou que a proposta de lei não padece de qualquer vício que impeça sua normal tramitação.

Não obstante, deverá ser corrigida a genérica revogação de leis prevista em seu artigo 6º, mediante emenda corretiva em anexo, de modo a adequar a proposta às normas de elaboração legislativa ditadas pela Lei Complementar nº 095/98, alterada pela Lei Complementar nº 107/01, em seu artigo 9º, que determina a indicação expressa das leis ou dos dispositivos legais a serem revogados.

Ante o exposto é favorável o parecer desta Comissão de Constituição e Justiça, na forma da emenda anexo.

Sala das Comissões, em 18.04.07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
VALDIR ROSSONI - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
EMENDA CORRETIVA AO
PROJETO DE LEI Nº 190/07

A presente emenda corretiva ao Projeto de Lei nº 190/07, oriundo de mensagem encaminhada pelo Presidente do Tribunal de Justiça do Paraná, visa alterar a redação proposta para excluir do seu artigo 6º a expressão “revogadas as disposições em contrário”, tendo em vista o que dispõe o artigo 9º da Lei Complementar nº 095/98, alterada pela Lei Complementar nº 107/01, que estabelece normas gerais sobre a elaboração, redação, alteração e a consolidação das leis, em obediência ao parágrafo único do artigo 59 da Constituição Estadual do Estado.

Sala das Comissões, em 18.04.07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
VALDIR ROSSONI - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI Nº 190/07

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 190/07, em análise, de autoria do Poder Judiciário, dispõe sobre a alteração do Código de Organização e Divisão Judiciária do Estado do Paraná, objetivando criar a Vara de Execuções Penais e Corregedoria dos Presídios na Comarca de Francisco Beltrão, criando assim cargos de provimento efetivo, sendo 1 de Juiz de Direito de Entrância Intermediária, 1 cargo de Escrivão; 2 cargos de Auxiliar de Cartório da Vara de Execu-

ções Penais e Corregedoria dos Presídios; 2 cargos de Oficial de Justiça; e, 3 cargos de Auxiliar Administrativo da Vara de Execuções Penais e Corregedoria dos Presídios.

Trata-se de proposição que atende ao interesse público e social, visto que o projeto objetiva descentralizar as atividades do Poder Judiciário, oferecendo mais celeridade de seus serviços.

No tocante às prerrogativas desta comissão, concluímos que o projeto de lei encontra-se de acordo com a legislação em vigor, contendo a estimativa do impacto orçamentário-financeiro, demonstrativos de despesas com pessoal e encargos, respeitando a Lei Complementar nº 101/00 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

Diante do exposto, manifestamos parecer favorável ao projeto de lei em exame, opinando pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 25.04.07.

(aa) EDSON STRAPASSON - Presidente
DOBRANDINO DA SILVA - Relator

ITEM 12

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 252/07, de autoria do Deputado Nelson Justus, que altera o artigo 3º, da Lei nº 13115, de 14 de fevereiro de 2001, que dispõe sobre a concessão de título de Cidadão Honorário ou Benemérito. **PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado. (Publ. no DA nº 027/07, de 11/04/07, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 252/07

P A R E C E R :

O projeto de lei em exame nesta Comissão de Constituição e Justiça, de autoria do Deputado Nelson Justus, tem por objetivo alterar a Lei nº 13115/01, alterada pela Lei nº 14677/05, que dispõe sobre a concessão de título de Cidadão Honorário ou Benemérito do Estado, para efeito de adequá-lo à Emenda Constitucional nº 17, de 08 de novembro de 2006.

As alterações introduzidas na Constituição do Estado pela referida emenda expurgará do seu texto todas as previsões de votação secreta, além de proibir expressamente que qualquer deliberação do processo legislativo se faça por escrutínio secreto.

Art. 56. Salvo disposição constitucional em contrário, as deliberações da Assembléia Legislativa e de suas comissões serão tomadas por maioria de votos, presente a maioria absoluta de seus membros.

Parágrafo Único. Não será permitido o voto secreto nas deliberações do processo legislativo.

Assim sendo, toda a legislação infraconstitucional que disponha de forma contrária à nova disposição constitucional, deverá ser modificada, sob pena de flagrante inconstitucionalidade.

Procedente e necessária a providência legislativa proposta, e portanto é favorável o parecer desta Comissão de Constituição e Justiça.

Sala das Comissões, em 25.04.07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
VALDIR ROSSONI - Relator

ITEM 13

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 259/07, de autoria do Deputado Francisco Bühner, que declara de utilidade pública estadual o PROVOPAR Ação Social, com sede e foro no município de Campo do Tenente. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 029/07, de 16/04/07, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 259/07

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Francisco Bühner, tem por escopo declarar de utilidade pública o PROVOPAR Ação Social, com sede e foro no município de Campo do Tenente.

Fundamentação

Chamada esta comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Conclusão

Assim, diante da legalidade e constitucionalidade, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 23.04.07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 14

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 261/07, de autoria do Deputado Tadeu Veneri, que declara de utilidade pública o Movimento Arte pelo Ambiente, Sustentabilidade e Promoção Humana Curumim - MAPA Curumim, com sede e foro na cidade de Curitiba. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 029/07, de 16/04/07, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 261/07

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Tadeu Veneri, declara de utilidade pública o Movimento Arte pelo Ambiente, Sustentabilidade e Promoção Humana Curumim - MAPA Curumim, com sede e foro na cidade de Curitiba, neste estado.

Fundamentação

Chamada esta comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Conclusão

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 23.04.07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 15

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 269/07, de autoria do Deputado Nelson Justus, que declara de utilidade pública estadual a Associação Cianorte Apoiando e Recuperando Vidas - CIAREV, com sede e foro no município de Cianorte. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 030/07, de 17/04/07, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 269/07

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Nelson Justus, declara de utilidade pública a Associação Cianorte Apoiando e Recuperando Vidas - CIAREV, com sede e foro no município de Cianorte.

Fundamentação

Chamada esta comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Conclusão

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 23.04.07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

Requerimentos

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Sobre a mesa, Requerimento nº 1073, de autoria do Sr. Deputado Chico Noroeste, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1051, de autoria do Sr. Deputado Marcelo Rangel, constante do expediente. **Rejeitado.**

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Para encaminhar, Exa.

(Assentimento)

Quero encaminhar o requerimento do Deputado Marcelo Rangel, porque é um requerimento que, na minha avaliação - e olha, Deputado Marcelo Rangel, V. Exa. disse a mim e a todos os Deputados,

que vai fazer um encaminhamento para poder discutir o relatório que recebeu do Tribunal de Contas. Penso que, na minha avaliação, poderá até ser necessário convocar nesta Casa o Secretário para eventualmente prestar esclarecimentos.

Então, gostaria de sugerir que V. Exa. retirasse o requerimento de convocação do Secretário, aguardando todo o processamento que deve ser feito pelas Comissões Permanentes da Casa e se for necessário e indispensável, proponho-me inclusive a convidar o Secretário a vir aqui prestar os esclarecimentos necessários.

Por isso, estou encaminhando contrário ao requerimento, mas no sentido de buscar com o autor do requerimento um entendimento para que, se for necessário, convidemos o Secretário e ele venha prestar os esclarecimentos que são necessários.

O SR. MARCELO RANGEL (PPS)

Para encaminhar, Sr. Presidente.

(Assentimento)

Deputado Luiz Claudio Romanelli, passei esses dois últimos dias estudando todas estas notas, o documento enviado pelo Tribunal de Contas e tenho certeza absoluta que a presença do Secretário aqui na Assembleia Legislativa é indispensável. Existem irregularidades, existem problemas gravíssimos e ele precisa explicar ao povo do Paraná quais são os critérios que ele utilizou para investir o erário público em propaganda, porque me parece que existem erros grotescos aqui no relatório e inclusive com o parecer do Tribunal de Contas do Paraná.

Acredito que esse meu requerimento será derrubado nesta tarde e não vou ganhar, mas de qualquer maneira estou também encaminhando através da Comissão de Comunicação. Gostaria de ouvi-lo aqui na Assembleia Legislativa, então não vou retirar o pedido.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Está em votação. **Aprovado.**

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Será procedida a verificação de votação.

Deputados que forem favoráveis ao requerimento do Marcelo Rangel, queiram levantar-se.

Doze Srs. Deputados.

Deputados contrários ao requerimento, queiram levantar-se.

Vinte e um Srs. Deputados.

Está rejeitado o requerimento.

Requerimento nº 1052, de autoria do Sr. Deputado Luiz Claudio Romanelli, constante do expediente. **Aprovado.**

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, gostaria que fizesse a leitura para que eu possa saber qual é o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Eu vou fazer em deferência a V. Exa., mas já tinha sido colocado em votação.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Não, me desculpe, mas a pressa é inimiga da perfeição.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Perfeitamente, mas antes de ser colocado em votação V. Exa. poderia ter pedido.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Não, eu não posso adivinhar qual é o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Vou proceder a leitura.

(Lê requerimento de regime de urgência do Deputado Luiz Claudio Romanelli)

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

O senhor considera já votado?

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Não, se V. Exa. solicitar. Foi votado, V. Exa. pode pedir verificação de votação e eu vou proceder.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Não, eu vou concordar com a aprovação do requerimento porque vem ao encontro da preocupação do encaminhamento deste projeto do governo para nós fixarmos data para aumento de salário dos servidores públicos.

Então, apresentaremos uma emenda fixando data para o aumento.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Está aprovado o requerimento.

Requerimento nº 1054, de autoria do Sr. Deputado Ribas Carli Filho, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1056, de autoria do Sr. Deputado Antonio Anibelli, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1057, de autoria da Sra. Deputada Beti Pavin, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1072, de autoria do Sr. Deputado Ribas Carli Filho, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1078, de autoria dos Srs. Deputados Luiz Carlos Martins, Durval Amaral, Valdir Rossoni e demais Srs. Deputados, membros da Bancada da Oposição, constante do expediente. **Rejeitado.**

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (Para encaminhar)

Quero pedir aos Srs. Deputados e Deputadas que rejeitem a presente convocação, porque se trata, na verdade, de uma matéria em que nós ouvimos aqui um discurso do Deputado Jocelito que não havia recebido convite algum, tinha um xerox do Deputado Carlos Simões e na verdade, sinceramente, Exa., a Casa não pode convocar o Chefe da Casa Civil com base numa suposição.

Quero pedir a V. Exa. e quero pedir aos Srs. e Sras. Deputadas que rejeitem a presente convocação porque reconheçamos aqui, convocação do Secretário Chefe da Casa Civil, do Secretário de Estado é uma medida extrema. Quero aqui manifestar publicamente o meu profundo respeito pelo Dr. Rafael Iatauro, foi Conselheiro do Tribunal de Contas durante 40 anos, exerceu sempre com proficiência o cargo, uma pessoa extremamente ilibada que presta um relevante serviço ao nosso estado e acho que é uma desconsideração absoluta este pedido de convocação ao Dr. Rafael Iatauro.

Queria encaminhar aos companheiros que compõem a Base do Governo e também aos Parlamentares que livremente podem votar, que nos acompanhem nessa votação para rejeitar este pedido de convocação do Dr. Rafael Iatauro.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB) (Para Encaminhar)

Imaginem, Srs. Deputados, o Líder do Governo, com todo apreço que tenho por ele, não considera o convite algo sério. Eu não considero sério, primeiro está ali a assessoria do governo confirmando que foi a Casa Civil; o Deputado Jocelito, aqui ao meu lado, confirma que a informação foi dada pela assessoria da Liderança do Governo, e ele não considera sério! Mas, vamos fazer de conta que é sério, foi assinado pelo Chefe da Casa Civil.

Escuta, o ônibus é de plástico, de lata, do que é esse ônibus? Ora, meus amigos, só isto já faria com que o Chefe da Casa Civil tivesse a responsabilidade de não fazer um convite aos Srs. Parlamentares. Segundo: outra irregularidade, estar fazendo sorteio de algo público, mesmo que seja de plástico. Eu nunca vi benefício público ser sorteado! Há um plano de governo, há um objetivo, isso tem que ser esclarecido!

Ora, se o Chefe da Casa Civil trata esta Casa desta forma, não sei o que passará a ser sério para esta Casa! Há Parlamentares aqui, eu conheço Parlamentares do governo que sempre estiveram aqui de plantão exercitando a sua função, com toda dignidade, sendo opositores a nós, mas sempre procurando assegurar a legitimidade, a idoneidade desta Casa!

Por esta razão, acho que esse não é um requerimento da Oposição, é um requerimento, Sr. Presidente, da Casa, da autoridade desta Casa! Este cidadão que comunicou aos Srs. Deputados, fazendo convite aos Deputados, ele tem que saber que está trabalhando com um Poder! Este Poder aqui tem autonomia, este Poder aqui não pode deixar! Convocamos o Secretário, o Secretário vem aqui e diz: “Não é da minha autoria.” Tudo bem, vamos encaminhar para a Polícia Federal para ver quem falsificou! Se é de sua autoria, ele que se retrate com esta Casa, porque não é possível dizermos que este convite aos Srs. Parlamentares não é sério!

Quero só dizer o seguinte: encaminhar um convite e dizer que não é sério, assinado pelo Chefe da Casa Civil, eu não vejo nada mais absurdo do que isso que aconteceu no dia de hoje! Por esta questão, rogo aos Deputados, principalmente os do Governo, que se insubordinem contra esta posição, porque certamente estas brincadeiras não vão mais acontecer com os Srs. Parlamentares!

Vamos aprovar este requerimento porque tenho certeza que esta Casa aqui está acima da vontade do Chefe da Casa Civil.

Muito obrigado.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB) (Para Encaminhar)

Sr. Presidente, eu só queria fazer uma questão de ordem aqui. Fiz ao Presidente Nelson Justus, ele acabou se ausentando do Plenário e V. Exa. conduz neste momento e como somos sabedores que todas as Sessões aqui são públicas, as pessoas assistem, as pessoas ouvem e nós gravamos. Sou especialista em gravar tudo que acontece, até porque sou radialista e gosto de sempre ter a prova.

Quando falei desse bilhete, quando li esse convite ali, tive o devido cuidado de mesmo não tendo a certeza que se tratava de um documento oficial, fui levando para que acontecesse a confirmação durante o meu pronunciamento que está gravado no meu gabinete já nos computadores desta Casa. Então, se V. Exa. pedir para repetir só o que eu fiz no meu pronunciamento, no meu pronunciamento eu fui investigado e durante o pronunciamento se conclui que era verdadeiro esse documento. Então, não posso aceitar, aqui, o que disse o Deputado Romanelli. Fiz uma investigação pública durante um pronunciamento meu. E durante o meu pronunciamento veio a minha tribuna o Deputado Carlos Simões que confirmou, aqui, que recebeu esse documento de forma oficial de um membro do governo, da Casa Civil. E posteriormente o Márcio, que está ali representando o governo, confirmou durante o meu pronunciamento e está gravado que o documento veio pela Casa Civil. Então, não temos que discutir se o documento é oficial ou não!

O Deputado Romanelli está desatualizado, para não falar outra palavra, e não prestou atenção naquilo que eu fiz no momento em que eu fazia o meu pronunciamento. Fui muito educado, fui muito cauteloso, não

tendo certeza se esse documento era oficial. Tanto é que fui buscar a assinatura do Rafael Iatauro em alguns documentos e tive o cuidado de ir devagar buscando informação para chegar à veracidade. E aí, se os senhores pegarem a fita do meu pronunciamento de hoje, vão perceber que tudo isso aqui é verdadeiro. Não tem que se discutir se isso é verdadeiro ou não.

Deputado Romanelli, com todo respeito que tenho por V. Exa., o senhor não pode, aqui, querer chamar o Corinthians de Palmeiras!

Está decidido que isto aqui é um documento oficial do governo, quem assinou foi o Rafael Iatauro! E eu não quero citar fonte, porque o grande jornalista - não sou jornalista, sou radialista - temos algumas fontes e as fontes que temos o direito de preservar nos garantem que isto veio de lá.

Sr. Presidente, não estamos de brincadeira aqui! Podemos ter alguns defeitos, mas quando o governo manda um documento e alguém diz que amanhã o governo, na Sessão desse dia, vai mostrar um ônibus de brincadeira, que foi uma gozação do governo ou de alguém, se fizer isso vai ficar mais feio ainda! A emenda vai ficar pior que o soneto, de sortear um ônibus de papel, de plástico, de lata! Vai ser brincadeira de mau gosto com esta Casa!

Acho que a “escolinha” é boa, tem momentos bons, acho bacana mostrar o que se faz lá, já participei da “escolinha”. Agora, tem algumas coisas que não concordo da “escolinha”. Ela tem um lado bom, ela mostra o que está fazendo, ela mostra todo mundo, e o Governador disse que todo mundo que faz parte do governo tem que estar lá, e lá naquele auditório não cabe todo mundo que faz parte do governo! Não cabem todos os cargos comissionados do governo lá, pelo menos os mais próximos do governo.

Acho que isso foi uma brincadeira de mau gosto que fizeram, acho que o Chefe da Casa Civil não devia ter assinado isso. Não é porque eu sou subordinado a alguém, nem que seja ao Governador, que ele manda eu me jogar no poço e eu vou me jogar! Jamais faria isso, por mais respeito que tenha por S. Exa. o Governador. O Governador, quando fez isso, ele brincou! Ele não aceita nenhum tipo de brincadeira que possamos fazer desse mesmo modo. Ele não aceita nenhum tipo de brincadeira nossa. Se nós fizermos essa brincadeira, ele virá de lá com alguma coisa pior. Agora, nós também não podemos aceitar que o Governador mande fazer isso aqui, faça um documento como esse. Não estamos aqui para brincar, estamos aqui para trabalhar, para fazer leis, para fiscalizar, para divergirmos entre nós. Agora, este documento, estou convicto de que é um documento oficial do governo e se o governo assinou isso aqui, é um documento público. Tem um número. Pode ser até que o governo mude depois, mas o documento veio para cá, veio com uma origem.

Chamo a atenção de V. Exa. que é o Presidente desta Casa e que dirige esta Sessão. Quero registrar, na

Sessão de hoje da Casa, é um caso para a direção tomar providência, senão, na semana que vem, vou começar a fazer gozação aqui, vou começar a brincar e ninguém vai se queixar. Depois, acontece o que aconteceu na campanha, aquelas brincadeiras de campanha que o Governador fazia, e que a Oposição usou: “você trai o teu marido ou não trai o teu marido; é casada, não é...” e depois, começam as brincadeiras e vai pegar mal. Quero deixar bem claro aqui que essas brincadeiras não cabem para uma Sessão como é a nossa, pública, séria, como é a da Assembléia Legislativa do Paraná. Para mim, isso aqui é sério, não é brincadeira.

Então, peço a V. Exa. que a Casa tome providência, porque se não tomar, na semana que vem, vou começar a esculhambar aqui também e ninguém venha querer dizer para mim o que vou fazer. Vou deixar bem claro.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Em votação o requerimento.

Aprovado.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Solicito verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Vamos proceder a verificação de votação.

Os Deputados favoráveis ao requerimento, queiram levantar-se.

Doze Srs. Deputados votam a favor do requerimento.

Deputados contrários ao requerimento, queiram levantar-se.

Dezessete Srs. Deputados votaram contrários.

Está rejeitado o requerimento.

Requerimento nº 1071, de autoria do Sr. Deputado Fábio Camargo, constante do expediente. **À Comissão Executiva.**

Requerimentos nºs 1074 e 1075, de autoria do Sr. Deputado Ney Leprevost, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1079, de autoria dos Srs. Deputados Luiz Carlos Martins, Elio Rusch, Duílio Genari e demais Srs. Deputados, membros da Bancada da Oposição, constante do expediente. Em discussão.

O SR. ELIO RUSCH (Democratas) (**Pela Ordem**)

Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Adia-se a discussão para a próxima Sessão, na forma do artigo 155, do Regimento Interno.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, pelo que eu estou observando do convite do Sr. Secretário, está mais do que confirmado, não é, Deputado Romanelli, que foi o Secretário?

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (Pela Ordem)

Recebi um telefonema do Dr. Rafael Iatauro e ele encaminhou esse convite apenas aos Deputados que compõem a base aliada, numa iniciativa que, na verdade, vai ter um desdobramento na terça-feira e as pessoas que puderem comparecer à Escola de Governo verificarão, porque é efetivamente um instrumento para poder fortalecer os nossos vínculos. Nenhum Deputado que integra a bancada da Oposição recebeu o convite, nem o Deputado Jocelito, e quero dizer, Exa., que o Governador Requião, ontem, valorizou muito esta Casa, durante um grande manifestação de 1º de maio e assegurou que aquela conquista era uma conquista do piso salarial do governo do estado e da Assembléia Legislativa, valorizando inclusive, a todos os Parlamentares que compareceram àquele evento e especialmente a nossa Casa, o que foi muito importante.

Quero dizer a V. Exas. que recebi, por telefone, a confirmação da autoria, pelo Chefe da Casa Civil, o Dr. Rafael Iatauro, do convite formulado no sentido mais respeitoso a cada um dos Srs. Parlamentares que foram convidados.

O SR. LUIZ CARLOS MARTINS (PDT)

Sr. Presidente, era essa a pergunta que iríamos fazer. Na verdade, Deputado Romanelli, estamos sendo pautados por quem? Essa é uma pauta que veio daonde? Veio da Casa Civil e não pode acontecer mais isso aqui.

Precisamos entrar, inclusive, com uma queixa, Deputado Caíto Quintana, no PROCON, porque será que a audiência da “escolinha” está tão baixa assim que precisa fazer promoção para distribuir ônibus? Esse ônibus vai ser de brinquedo? Não sei. É verdadeiro? Também não sei. Quem vai dentro desse ônibus? Também não sei. Amanhã os jornais, com certeza estarão estampando na primeira página a questão do ônibus. Charges surgirão.

Esta Casa como é que fica? Vamos continuar aceitando esse tipo de provocação? Não podemos aceitar, de forma nenhuma! Daí, é jogo baixo, é jogo rasteiro, isso é perigoso e não podemos fazer parte desse jogo. Mesmo que o convite, Deputado Romanelli, tenha vindo só para os Deputados da base do governo! Eu conheço esses Deputados. Têm Deputados da base do governo que estão constrangidos com isso, porque o que vai aparecer para a sociedade é que os Deputados lá comparecem porque ganham algo, quando isso não é verdade.

Então, quando Deputado Rossoni disse que esse requerimento não era da Oposição, mas o requerimento é de toda a Casa, é verdadeiro, é de todos nós. Fica a se lamentar e a se questionar. Temos que levar essa questão dos ônibus em frente. Precisamos colocar o ônibus para caminhar, precisamos ligar o motor desse ônibus, precisamos ver que tipo de combustível ele vai usar.

Enfim, isso vai ter desdobramento, não tenho dúvida disso.

Muito obrigado.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB) (Pela Ordem)

Sr. Presidente, alguém falou aqui em presente na “escolinha”. É importante sermos sempre muito sérios, aqui, porque eu volto a dizer: a língua é o chicote. Acabei de ver mais uma pérola do nosso Líder do Governo, aqui.

Primeiro ele sobe à tribuna e diz que é um xerox, que é mentira esse documento.

Disse sim, e está na fita.

A questão de ordem que quero registrar é que o Deputado Romanelli primeiro disse que o documento não era verdadeiro e segundo, ele diz aqui agora que recebeu o telefonema e que o documento era oficial.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (Pela Ordem)

Sr. Presidente, fui citado pelo Deputado Jocelito e ele quer me colocar palavras que eu não disse.

Disse o seguinte: que o Deputado Jocelito havia subido à tribuna com um xerox de um documento. Se era xerox ou não, daqui não consigo ver, meus óculos não alcançam até a tribuna. Durante o processo de votação, recebi o telefonema do Chefe da Casa Civil confirmando o documento.

Então, V. Exa., Deputado Jocelito, não coloque palavras na minha boca.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB) (Questão de Ordem)

Sr. Presidente, acredito que não é uma questão de aprovar o requerimento ou não aprovar.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Até porque o requerimento já foi.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB) (Questão de Ordem)

Sr. Presidente, V. Exa. sabe da seriedade e da gravidade deste convite. Ele não atinge apenas os Deputados do Governo. Eu aqui conheço todos os Deputados do Governo e tenho certeza absoluta que eles vão à “escolinha” não com o objetivo de trocar a sua presença por algo de resultado. Agora, é uma questão de posicionamento de autoridade. A presidência desta Casa, se ficasse internamente na Bancada do Governo tudo bem, mas veio a público, veio a conhecimento de todos. Foi atingida a imagem de todos os Deputados.

Acredito que o Deputado Nelson Justus - e aí que é pertinente a minha questão de ordem - o Presidente Nelson Justus deve estar nos ouvindo neste momento. Ele tem que fazer um comunicado, na minha maneira de entender, ao Chefe da Casa Civil, que esta Casa exige respeito! Não estamos aqui para ser motivo de chacota, sejamos da Oposição, sejamos da Situação. Se fosse lá o meu neto que estivesse na Casa Civil, que não tem experiência, mas se há alguém que tem experiência em governo é o Chefe da Casa Civil, porque ele faz parte de

todos os governos que passaram por aí, ele entende de governo, é doutor em governo.

Sr. Presidente, se é que temos que continuar mantendo respeito pela Comissão Executiva desta Casa, espero um posicionamento oficial da Comissão Executiva. Sei que V. Exas. têm uma reunião semanal. O silêncio da Comissão Executiva já vai me deixar frustrado porque aí me sentirei desprestigiado por alguém que elegi para defender esta Casa.

Esse é o meu posicionamento de questão de ordem e agradeço a V. Exa. por ter compreendido e ter me estendido demais e de repente ter causado um pouquinho de stress, mas tenho certeza que estou sentindo que o Líder do Governo, e lamento por ele, Deputado Alexandre Curi, esse Líder que está nascendo para o Paraná. Amanhã ou depois estaremos numa cadeira de rodas e ele será Governador do Paraná, mas todo dia quando a Oposição não tem o que discursar o Governo dá um motivo na hora da reunião. Isto é um desastre!

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Quero responder à questão de ordem do Deputado Rossoni. Pessoalmente, como Deputado, concordo com V. Exa. e vou levar a questão de ordem levantada por V. Exa. na reunião da Executiva desta Casa.

O SR. MARCELO RANGEL (PPS) (Pela Ordem)

Mais uma vez estou fazendo um convite a todos os Deputados porque teremos uma reunião agora, logo após a Sessão, e estarei dando ciência a todos os nobres Parlamentares do documento que recebi do Tribunal de Contas, porque na segunda-feira esse documento se tornará público. Estarei divulgando a todos os órgãos de imprensa do estado do Paraná. Mas, em respeito à Assembléia Legislativa, gostaria de mostrar todos os dados, inclusive o parecer negativo do Tribunal de Contas a respeito dos gastos com publicidade do governo de Roberto Requião. Gostaria de mostrar aos Deputados logo após a Sessão.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (Pela Ordem)

Só gostaria de deixar registrada uma questão aqui. Ouvi aqui as palavras do Deputado Jocelito. Na verdade, o Deputado Jocelito scandalizou um tema, na verdade, que é um objeto do convite formulado para os Deputados que compõem a base do governo.

Quero dizer que nem o Deputado Jocelito, nem o Deputado Rossoni - me informou o Chefe da Casa Civil - foram convidados pelo menos para participar do evento. Agora, quero dizer, Deputado Rossoni, que V. Exa. não tem como declinar de um convite que não foi convidado.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Não há questão de ordem a ser decidida. Falta ser estabelecido amanhã pela Mesa Executiva, com votação às 10h00.

Encerramento da Sessão:

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para quinta-feira, dia 03 às 10h00, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei n°s 210, 212 e 219/07.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 121, 136, 190, 252, 259, 261 e 269/07.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 027, 131, 262, 275 e 276/07.

Levanta-se a Sessão.

